

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FRANCINAIDE DE LIMA SILVA

**O GRUPO ESCOLAR MODELO AUGUSTO SEVERO (1908-1928):
VINTE ANOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

NATAL, RN

2010

FRANCINAIDE DE LIMA SILVA

O GRUPO ESCOLAR MODELO AUGUSTO SEVERO (1908-1928): VINTE ANOS DE
FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação sob a orientação da Profª. Drª. Maria Arisnete Câmara de Moraes.

Natal, RN
2010

FRANCINAIDE DE LIMA SILVA

O GRUPO ESCOLAR MODELO AUGUSTO SEVERO (1908-1928): VINTE ANOS DE
FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovado com conceito final A, em 04 de fevereiro de 2010

BANCA EXAMINADORA

Maria Arisnete Câmara de Moraes
Prof. Dr^a. Maria Arisnete Câmara de Moraes

(Orientadora)

Ilane F. Cavalcante
Prof. Dr^a. Ilane Ferreira Cavalcante

(Examinadora externa)

Maria Inês Sucupira Stamatto
Prof. Dr^a. Maria Inês Sucupira Stamatto

(Examinadora interna)

Prof^a. Dr^a. Marlúcia Menezes de Paiva
(Examinadora suplente)

Aos meus pais, pela possibilidade de existir, sonhar e realizar, amor eterno.

À minha irmã, referência de cumplicidade.

À minha orientadora Maria Arisnete, metáfora de pesquisadora.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela grandiosidade e amor a mim dedicado todo sempre.

À Maria Arisnete Câmara de Moraes, minha orientadora, pela dedicação, incentivo e carinho despendido durante os anos de orientação acadêmica.

Às professoras Ilane Ferreira Cavalcante, Maria Inês Sucupira Stamatto e Marlúcia Menezes de Paiva pela leitura atenta e valiosas contribuições, também, durante o desenvolvimento desta investigação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de uma bolsa de estudo.

Aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, especialmente, Antonieta, Lúcia e Manoel pela ajuda na busca das fontes históricas.

Ao pessoal do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte (APE-RN), pelas contribuições prestadas no decorrer da pesquisa em documentos imprescindíveis à este trabalho.

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-RN), pelas fontes iconográficas, custodiadas e disponíveis à investigação.

Ao Sebo Vermelho pela edição e impressão de valiosas obras que muito contribuem para a pesquisa sobre a História do Rio Grande do Norte.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação pela seriedade no trabalho, em particular, Edenise Kelle de Lima Araújo, Letissandra Silva da Silva, Milton José Câmara dos Santos.

À Crislane Barbosa de Azevedo e Keila Cruz Moreira pelas contribuições e troca de materiais, sempre de grande valia.

Aos integrantes da Base de Pesquisa *Gênero e Práticas Culturais: abordagens históricas, educativas e literárias*: Edna Rangel de Sá Gomes, Elisangela Gurgel da Rocha Lima, Geisa Melo Silva de Assis, Ingrid Katiúcha Albuquerque da Silva, Janeclécia Ferreira da Silva, Jomar Ricardo da Silva, Karoline Louise da Silva, Maria da Conceição Silva, Rossana Kess de Brito Pinheiro e Sara Raphaela Machado de Amorim.

A Alanderson Maxson, Daniele Rodrigues, Eder Lima, Jomar Ricardo, Graciele da Silva, Maria de Fátima, Nívea Priscila, Renata Karla e Sara Raphaela, meus amigos e familiares, pela compreensão, pelo sorriso de incentivo e, sobretudo, pelas contribuições quando nos inquietávamos com as dificuldades cibernéticas.

RESUMO

Este trabalho tem por objeto de estudo o Grupo Escolar Augusto Severo, em Natal, primeira instituição do gênero no Estado do Rio Grande do Norte. Analisa a prática pedagógica, modelo de educação primária e de experimentação dos formandos da Escola Normal de Natal, entre 1908 e 1928. Neste período ocorreram tentativas de organização educacional por meio da Reforma do Ensino Primário (1908) e da Reforma do Ensino (1916). Fundamentamo-nos na História Cultural definida através da conjunção da história dos objetos na sua materialidade, das práticas nas suas diferenças e das configurações, dos dispositivos nas suas variações. Utilizamos os jornais *A República* e *Diário do Natal*, a revista *Pedagogium*, as Leis, Decretos e Mensagens do Governo, Códigos de Ensino e o Regimento Interno dos Grupos Escolares, documentos procedentes do acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) e fontes iconográficas, provenientes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RN). No Arquivo Público do Estado (APE/RN) pesquisamos os Livros de Inscrição dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas, Ofícios, Matrículas, Relatórios e Atas de reuniões da Diretoria Geral da Instrução Pública e Diários de Classe. Analisamos a ação dos docentes nesta instituição primária, assim como a história das disciplinas escolares e dos programas de ensino, ao problematizarmos conteúdos e métodos. Observamos que o método intuitivo era a tônica da prática pedagógica vigente e que os ritos de premiação, as festividades cívicas compunham o ideário modernizador da época.

Palavras-chave: História da Educação. Escola Primária. Grupo Escolar.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour objet d'étude le Groupe Scolaire Augusto Severo, situé à Natal, première institution du type dans l'État du Rio Grande do Norte. Il analyse la pratique pédagogique, le modèle d'éducation primaire et d'expérimentation des personnes en formation de l'École Normale de Natal, entre 1908 et l'année de 1928. Dans cette période, se sont produites des tentatives d'organisation scolaire par le biais de la Réforme de l'Enseignement Primaire (1908) et de la Réforme de l'Enseignement (1916). Nous nous sommes basés sur l'Histoire Culturelle définie à travers la conjonction de l'histoire des objets dans sa matérialité, des pratiques dans leurs différences et configurations, des dispositifs dans leurs variations. Nous avons utilisé les journaux *A República* et *Diário do Natal*, la revue *Pedagogium*, des Lois, des Décrets et Messages du Gouvernement, des Codes d'Enseignement et le Régime Interne des Groupes Scolaires, documents qui proviennent du fonds de l'Institut Historique et Géographique do Rio Grande do Norte (IHGRN) et des sources iconographiques, provenant de l'Institut du Patrimoine Historique et Artistique National (IPHAN/RN). Dans les Archives Publiques de l'Etat (APE/RN) nous avons recherché les Livres d'Enregistrement des Groupes Scolaires et Écoles Isolées, Offices, Inscriptions, Rapports et Actes de réunions de la Direction Générale de l'Instruction Publique et Journal de Classe. Nous avons analysé l'action des professeurs dans cette institution primaire, ainsi que l'histoire des disciplines scolaires et des programmes d'enseignement, la problématique des contenus et méthodes. Nous avons observé que la méthode intuitive était la dynamique de la pratique pédagogique efficace et que les rites de récompense, les cérémonies civiques comptaient l'ensemble des idées modernisatrices de l'époque.

Mots-clés : Histoire de l'Éducation. École Primaire. Groupe Scolaire

SUMÁRIO

<i>Apresentação.....</i>	10
<i>Capítulo Um – Percurso teórico-metodológico da pesquisa.....</i>	12
1.1 - O objeto de pesquisa.....	13
1. 2 - O diálogo com as fontes.....	20
<i>Capítulo Dois – Os Grupos Escolares no Brasil e no Rio Grande do Norte.....</i>	26
2.1 - A pesquisa historiográfica sobre Grupo Escolar.....	27
2.2 - Modernização em Natal.....	38
2.3 - As reformas do ensino no Rio Grande do Norte.....	54
<i>Capítulo Três – Práticas escolares no Grupo Escolar Augusto Severo.....</i>	68
3.1 - Configurações organizacionais e normativas.....	69
3. 2 - A intuição como método de ensino.....	82
3.3 - Avaliação e recompensa: vigiar e punir?.....	105
<i>Capítulo Quatro – “Pomposas e encantadoras foram as festas”</i>	115
4.1 - “Deve ser assim a escola!”.....	116
4.2 - “Deve ser assim o mestre!”.....	135
<i>Considerações Finais.....</i>	141
<i>Referências.....</i>	

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Horário dos bondes e itinerário ([HORÁRIOS...], 1914, p. 3).....	41
Figura 02 - Anúncios de casas comerciais instaladas no bairro da Ribeira ([ANÚNCIOS...], 1911, p.1).....	43
Figura 03 - A moda na Inglaterra (LONDRES, 1914, p.1).....	45
Figura 04 - Anúncio de aulas particulares ([ENSINO...]. 1908, p. 3).	47
Figura 05 - Anúncio de aula de música e luteria ([PROFESSOR...], 1908, p. 3).	47
	47
Figura 06 - Coreto na Praça Augusto Severo, década de 1920.....	49
Figura 07 - Conferência no Instituto Histórico sobre Augusto Comte (CONFERÊNCIA..., 1908, p. 1).....	50
Figura 08 - Grupo Escolar Augusto Severo, década de 1910.....	52
Figura 09 - Ilustração da matéria A Data da República, veiculada em <i>A República</i> , Natal, 1911.....	53
Figura 10 - Fachada do Grupo Escolar Augusto Severo após sua inauguração em 1908.....	69
Figura 11 - Turma da Escola Normal, década de 1920.....	71
Figura 12 - Entrada das meninas no Grupo Escolar Modelo Augusto Severo.....	71
Figura 13 - Esculturas francesas na Escola Estadual Winston Churchill.....	72
Figura 14 - Entrada direita do Grupo Escolar Augusto Severo, em 1907.....	73
Quadro 1: Matrícula e frequência de alunos no Grupo Modelo (1909-1913).....	78
Quadro 2: Matrícula e frequência de alunos no Grupo Modelo (1915-1920).....	79
Quadro 3: Matrícula no Grupo Escolar Modelo Augusto Severo, 1924.....	80
Quadro 4: Matrícula no Grupo Escolar Modelo Augusto Severo, 1925.....	80
Figura 15 - Capas da Coleção <i>Livro de Leitura</i> , de Felisberto de Carvalho.....	87
Figura 16 - Primeiro Livro de Leitura (CARVALHO, F., 1934a, p. 26-27).....	88
Figura 17 - Nova Cartilha Analítico Sintético (OLIVEIRA, M., 2009).....	91
Figura 18 - Cartilha Infantil (CARDIM, 2009).....	91
Figura 19 - Cartilha Analítica (BARRETO, 2009).....	92
Figura 20 - Cartilha Ensino Rápido da Leitura (OLIVEIRA, M., 1944).....	93
Figura 21 - Cartilha Ensino Rápido da Leitura (OLIVEIRA, M., 1944, p. 4-5).....	94
Figura 22 - Lição de leitura (OLIVEIRA, M., 1944, p. 14).....	94
Figura 23 - Cartilha Ensino Rápido da Leitura (OLIVEIRA, M., 1944, p. 40-41).....	95
Figura 24 - Cartilha Ensino Rápido da Leitura (OLIVEIRA, M., 1944, p. 43).....	98
Figura 25 - Cartilha Ensino Rápido da Leitura (OLIVEIRA, M., 1944, p. 43).....	98
Figura 26 - Ilustração da lição (OLIVEIRA, M., 1944, p. 44).....	99
Figura 27 - Cartilha Ensino Rápido da Leitura (OLIVEIRA, M., 1944, p. 45).....	99
Figura 28 - Segundo Livro de Leitura (CARVALHO, F., 1934b, p. 58).....	103
Figura 29- Segundo Livro de Leitura (CARVALHO, F., 1934b, p. 59).....	103
Figura 30 - Terceiro Livro de Leitura (CARVALHO, F., 1946, p. 36).....	109
Figura 31 - Alunos do Grupo Escolar Modelo Augusto Severo na Festa da Árvore de 1916.....	118
Figura 32 - Grupo Escolar Augusto Severo e dois transeuntes, em 1907.....	119
Figura 33 - Inauguração do Busto de Augusto Severo em 12 de maio de 1913.....	123
Figura 34 - Busto de Augusto Severo.....	124
Figura 35 - Festividade Cívica na Rua da Conceição, em Natal na década de 1920.....	130
Figura 36 - Festividade Cívica na Praça 7 de Setembro, em Natal na década de 1920.....	131
Figura 37 - Préstito na Praça Augusto Severo no Centenário da Revolução de 1817.....	131
Figura 38 - Escola Estadual Augusto Severo, em 2009.....	142
Figura 39 - Escola Estadual Augusto Severo, Petrópolis/Natal.....	142

Apresentação

A prática pedagógica no Grupo Escolar Augusto Severo é o objeto de estudo deste trabalho dissertativo, que ancora-se nas categorias Cultura Escolar e Modernidade Pedagógica a fim de construir a configuração educacional de Natal, no início do século XX. Dividimos este texto em quatro capítulos, embora saibamos da dificuldade que se instala ao sequenciar a escrita sobre o passado.

No primeiro, intitulado *Percorso teórico-metodológico da pesquisa* apresentamos o *Objeto de Pesquisa*, nossa trajetória de construção do objeto de estudo e sua delimitação. Enfim, nosso encontro com o objeto que ora apresentamos e *O Diálogo com as Fontes* no qual delimitamos as fontes utilizadas, os arquivos e os conceitos aos quais recorremos para a construção deste estudo.

O segundo capítulo *Os Grupos Escolares no Brasil e no Rio Grande do Norte* destaca *A Pesquisa Historiográfica sobre Grupo Escolar* na qual evidenciamos os estudos acerca do tema Grupo Escolar, as nuances sobre a implantação desse modelo de educação primária nas regiões do Brasil, as semelhanças e singularidades na criação, estabelecimento e difusão destas instituições educativas no país. Descortinamos, também, a *Modernização em Natal* através da qual destacamos, em parte, a vida social na cidade, o cenário econômico, político e cultural, os movimentos dos sujeitos circunscritos no entorno do Grupo Escolar Augusto Severo, o bairro da Ribeira. Tratamos sobre *As Reformas do Ensino no Rio Grande do Norte*, onde elucidamos as tentativas de organização educacional norte-rio-grandense por meio da Reforma do Ensino Primário (1908) e da Reforma do Ensino (1916).

O terceiro capítulo *Práticas escolares no Grupo Escolar Augusto Severo* está organizado em três tópicos. Em *Configurações Organizacionais e Normativas* demonstramos como a distribuição do espaço escolar serve a um procedimento disciplinar nas organizações modernas. Evidencia os aspectos do espaço destinado à atividade educativa, a disposição das escolas através do Curso Graduado, a matrícula e frequência. Demonstra, também, que a racionalização da atividade escolar é um dispositivo para conformar corpos e consciências. A *Prática Pedagógica: a intuição como método de ensino* trata dos aspectos que constituem o programa de ensino, os métodos, livros e procedimentos empregados no processo educativo na instituição em estudo. Por fim, *Avaliação e recompensa: vigiar e punir?*, inspiramo-nos em Foucault (1987) para analisarmos o processo avaliativo e os ritos de premiação, que legitimam um código de excelência, cujo cerne é o domínio de saberes e competências.

No quarto capítulo “*Pomposas e encantadoras foram as festas*” temos duas subdivisões. Em “*Deve ser assim a escola!*” *Pomposas e encantadoras foram as festas* versamos acerca das festividades escolares, dispositivos para a formação do sentimento cívico-patriótico. Elucidamos como as cerimônias, os símbolos e rituais, identificam as manifestações cívicas, ao mesmo tempo em que o culto à Pátria convertia-se em lição a fim de desenvolver uma atitude emocional e intelectual. Para isto, cantos, lições e marchas transformam-se em atividades formativas. “*Deve ser assim o mestre!*” confirma os professores e professoras como artífices da nacionalidade. A atividade docente organiza-se e confere a identidade profissional ao magistério e institucional a escola.

Finalmente, tecemos *Considerações* nas quais ratificamos nosso prazer em escrever sobre a História da Educação por meio da análise da prática instituída de sujeitos que atuaram na profissão docente.

1.1 - O Objeto de Pesquisa

A história, tal como assinalou Chartier (1990, p. 82), é sempre um relato. Sob esta perspectiva se faz necessário narrar minha prática enquanto historiadora da educação. O interesse surgiu em 2004, durante o Curso de Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A disciplina *Fundamentos Históricos-Filosóficos da Educação* respalda a formação do profissional de educação e proporciona a compreensão da construção do pensamento pedagógico ao longo dos tempos em diferentes contextos sócio-culturais. Começava a se estabelecer uma relação de interesse por este campo de estudo. A discussão acerca das idéias filosóficas em diversos cenários históricos permeia os primeiros semestres da graduação.

No segundo semestre, ao cursarmos a disciplina *Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem*, ministrada pela Professora Maria Arisnete Câmara de Moraes, discutíamos a linguagem em suas facetas e funções, bem como aspectos relacionados ao conceito de Letramento (SOARES, 1998). A leitura e a escrita apareciam como importantes elementos para a constituição profissional docente. Entretanto, foi a leitura de *Por que Ler os Clássicos*, de Calvino (1993), que chamou-nos a atenção. Colocamos a frase na forma interrogativa e indagamos: Por que Ler os Clássicos?. “Os clássicos são livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo ou individual” (p. 10-11), responde-nos o autor.

Esta acepção dada pelo escritor é posta em prática durante a disciplina através da atividade *Reminiscências*, motivada após a leitura do texto com o título homônimo de autoria da referida professora. No exercício de nos desnudarmos na escrita de nossos clássicos, revisitamos e escrevemos o texto *Um alpendre, uma rede, o vento e um livro*. A atividade de memória remete-nos ao momento de apropriação da língua por meio da leitura. Reportamo-nos à situação na qual se foi construindo o prazer pela leitura. Geralmente, o cenário era o alpendre da casa da minha avó materna, dentro de uma rede aconchegante, tendo o vento como agradável companhia e o livro como suporte da leitura. Ou ainda, à sombra de alguma árvore frondosa do quintal, também da avó. As circunstâncias da leitura, bem como as obras lidas fazem parte da composição deste ensaio. Estas memórias de como nos constituímos

leitora significaram a percepção do entrelaçamento da vida e da ficção através das letras. Imprimir significado às palavras é uma atividade contínua.

Este texto fez parte do projeto *Os Escritores*, coletânea publicada em fins de cada semestre, sendo o décimo o volume do qual participamos. Mais tarde, aprenderia que na pesquisa os clássicos também devem ser revisitados, dado que “um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” (CALVINO, 1993, p. 11).

No final do semestre procuramos a Professora Maria Arisnete Câmara de Moraes e lhe falamos do desejo de aprender, bem como de fazermos parte da Base de Pesquisa *Gênero e Práticas Culturais: abordagens históricas, educativas e literárias*, sob sua coordenação. Base esta que é vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Política e Cultura – NEPEPC, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/ UFRN).

Passamos a integrar o Grupo de Pesquisa como voluntária e, logo, Bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/ CNPq, atividade que desenvolvemos de 2005 a 2007. Neste período, participávamos das reuniões deste Grupo de Trabalho, frequentávamos as aulas do Ateliê de Pesquisa *Gênero, Educação e Literatura*, disciplina oferecida pela referida professora para os alunos regulares e especiais do PPGED/ UFRN. Nas discussões fomos nos familiarizando com o Referencial Teórico-Metodológico adotado para os estudos empreendidos no âmbito da Base de Pesquisa. Eram autores como Burke (1997), Chartier (1990), Duby (1993), Elias (1994), Le Goff (1998), Morais, M. (2002) dentre outros autores que colocavam em questão os postulados da História Cultural.

Nos Seminários Doutoriais, nas defesas de Teses e Dissertações, das quais participávamos, percebíamos que a temática de estudo do grupo girava em torno das relações de gênero e de práticas culturais, tais como o jornalismo, a história, a literatura e a educação. Além destas atividades participávamos de outros eventos acadêmicos, tais como seminários, encontros e congressos. Eram momentos de discussão, aprendizado e socialização de estudos que ampliavam nossa compreensão sobre as pesquisas acerca das representações, práticas ou apropriações do feminino, em contextos sócio-culturais e momentos históricos distintos.

Inicialmente, nos interessamos pela prática de Olda Marinho, professora primária formada na primeira turma da Escola Normal de Natal, em 1910. Contudo, após visitarmos a Escola Estadual Olda Marinho, no bairro da Praia do Meio, descobrimos que esta educadora havia atuado no Grupo Escolar Augusto Severo, primeira instituição primária do Estado do Rio Grande do Norte e espaço de experimentação pedagógica dos docentes formandos da Escola Normal de Natal. Não era o momento de estudarmos a prática educativa daquela professora. Surgiu o interesse por estudarmos como se dava a prática docente no Grupo

Escolar Augusto Severo e a orientação da professora Maria Arisnete foi imprescindível para a definição do objeto de estudo. Começamos a vislumbrar a análise da prática educativa de professoras no Grupo Escolar Augusto Severo entre os anos de 1908 a 1920.

Pesquisamos em arquivos e produzimos pequenos textos sobre o tema em estudo. No princípio, a apresentação deste objeto se deu de maneira tímida, em forma de pôster, no XVI Congresso de Iniciação Científica/ UFRN, em outubro de 2005. Logo escrevemos o artigo *A Prática Educativa de Professoras no Grupo Escolar Augusto Severo (1908-1920)*, apresentado no VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, em abril de 2006, em Uberlândia-MG. Participar de um evento científico internacional como esse, na condição de aluna de Iniciação Científica, foi uma experiência enriquecedora. Receber contribuições de professores e pesquisadores com maior experiência na área da História da Educação no Brasil, bem como de Portugal foi um aprendizado de grande valia. Além disso, ter contato com as publicações mais recentes da área e, ainda, o resultado de pesquisas destes dois países.

Dando continuidade ao estudo, com os instrumentos de pesquisa e, sobretudo, as pistas metodológicas obtidas por meio de orientações e das discussões do Grupo de Trabalho, ao qual nos vinculamos, apresentamos o trabalho *O Grupo Escolar Modelo Augusto Severo e a Pedagogia de suas Professoras (1908-1920)*, no XVII Congresso de Iniciação Científica/ UFRN, em outubro de 2006. Esta apresentação nos proporcionou a conquista do Prêmio Destaque de Iniciação Científica, no referido congresso, um reconhecimento ao trabalho e um incentivo para continuarmos na área da pesquisa científica.

Visto isso, desenvolvemos uma investigação que fez parte do Projeto *Gênero, educação e práticas de leitura / CNPq*. Neste, a coordenadora da Base de Pesquisa analisa “apropriações culturais a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, enfoca as formas de construção cultural das referências identitárias da feminilidade através de suas representações na sociedade” (MORAIS, M., 2007). O projeto tem como propósito, ainda, “analisar essas representações, e nelas também as questões de gênero, com suas diferenças e semelhanças, promover uma compreensão histórica do papel da mulher na sociedade, para melhor compreender a interação homem e mulher, segundo valores e interdependências historicamente constituídos” (Ibid, 2007).

A representação da mulher em contextos diversos da sociedade, em suas relações com os outros sujeitos sociais, é a tônica dos estudos que compreendem este projeto. Seguindo a proposição destes objetivos inserimos a pesquisa que realizamos a qual tinha por finalidade analisar a prática educativa das professoras primárias no Grupo Escolar Augusto Severo. Buscamos, através da atuação dessas professoras, compreender de que forma se

configurava a participação da mulher e sua condição na sociedade do período estudado. Ao mesmo tempo, pretendíamos desvelar como se deu sua contribuição enquanto sujeito social, para difundir uma nova forma de ensino, atendendo através da prática nos grupos escolares ao ideal republicano de construção de uma sociedade letrada. O resultado desta pesquisa foi apresentado como trabalho monográfico ao Curso de Pedagogia, sob o título *O Grupo Escolar Modelo Augusto Severo e a Prática Pedagógica de suas Professoras (Natal/RN, 1908 - 1920)*, o qual obteve Menção Honrosa como um dos melhores trabalhos de monografia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA/UFRN), no semestre 2007.1.

Contudo, indagações foram surgindo no decorrer da pesquisa, as quais não nos cabia respondê-las naquele momento. A intenção era, pois, aprofundar a temática a partir da construção de respostas a estes questionamentos. É isso que torna fascinante o trabalho de História: a chance de fazer novas perguntas às respostas já dadas – e, a partir delas –, criando constantemente novos passados (LOPES, E., 1986, p. 58). A continuidade deste trabalho corrobora com a idéia de abertura de novas discussões propiciadas pelos temas referentes à História da Educação.

A orientação da professora Maria Arisnete Câmara de Moraes e da Banca Examinadora do trabalho monográfico, com suas importantes contribuições, refletiu-se na redefinição do objeto de pesquisa. Na busca por aprofundar aquelas inquietações submetemos ao processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Educação, a fim de ingressarmos no Curso de Mestrado, no qual obtivemos êxito.

Na perspectiva da História Cultural emergem novos objetos no seio das questões históricas, dentre estas as modalidades de funcionamento escolar (CHARTIER, 1990, p.14). Desse modo, o objeto de análise que particularizamos é a prática pedagógica no Grupo Escolar Augusto Severo durante o período de 1908 a 1920. Analisamos a ação dos docentes nesta instituição primária, assim como a história das disciplinas escolares e dos programas de ensino, ao problematizarmos conteúdos e métodos de ensino. A análise da construção das disciplinas escolares, do método intuitivo adotado para o ensino nas escolas elementares o qual consubstanciava o ideário modernizador da época, são características da institucionalização da escola pública no início do Século XX.

Geralmente os estudos privilegiam como objeto as primeiras instituições criadas nos estados brasileiros e os ideais políticos que acompanham sua instalação. A produção sobre Grupos Escolares destaca a formação cívica e patriótica proporcionada aos cidadãos republicanos através da prática no interior desta instituição. Neste sentido, a especificidade do estudo sobre o Grupo Escolar Augusto Severo reside no fato desta instituição ter sido a

primeira do gênero no Estado do Rio Grande do Norte. E, também, por ser o local da prática pedagógica das professoras e professores, provenientes da Escola Normal de Natal, visando à formação da sociedade letrada Norte-Rio-Grandense. Assim, a análise da prática pedagógica consiste em investigar os modos, os instrumentos e os métodos usados pelos professores e professoras no cotidiano da sala de aula.

Compreender as práticas escolares enquanto dispositivos de transformação material, e de outras práticas culturais e seus dispositivos, é o que move este estudo. Entendemos a escola enquanto produto de práticas educacionais e sociais e, deste modo, ela torna-se dentro da perspectiva da História Cultural objeto de investigação.

Não existem objetos históricos fora das práticas, móveis, que os constituem, e por isso não há zonas de discurso ou de realidade definidas de uma vez por todas, delimitadas de maneira fixa e detectáveis em cada situação histórica: ‘as coisas não são mais do que as objetivações de práticas determinadas, cujas determinações é necessário trazer à luz do dia’(CHARTIER, 1990, p. 78).

O estudo situa-se entre 1908, quando da instalação do Grupo Escolar Augusto Severo, em Natal, e o ano de 1928, período em que a instituição já havia se consolidado como modelo para as demais escolas primárias no Estado do Rio Grande do Norte, após várias reformas empreendidas na Instrução Pública. Esta investigação pretende contribuir para a historiografia da institucionalização da Escola Primária e, desta forma, da educação no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Norte.

Os historiadores da Escola dos Annales deslocam seu interesse para a história da cultura. Este movimento foi denominado “do porão ao sótão” (BURKE, 1997, p. 81). Ou seja, os historiadores transferiram o itinerário intelectual de pesquisa da base econômica para a cultural.

Chartier propõe uma mudança de abordagem da história social da cultura para a história cultural da sociedade. A cultura enquanto campo de práticas ou de produção e, também, no âmbito dos símbolos, ou da representação, é o enfoque da perspectiva proposta pelo historiador francês.

Pensar de outro modo a cultura, e por conseqüência o próprio campo da história intelectual, exige concebê-la como um conjunto de significações que se enunciam nos discursos ou nos comportamentos aparentemente menos culturais [...] o conceito de cultura [...] denota um padrão, transmitido historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de acepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio dos quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida (CHARTIER, 1990, p. 66-67).

A História Cultural pode ser definida pela conjunção de três elementos indissociáveis. Uma história dos objetos na sua materialidade, uma história das práticas nas suas diferenças e uma história das configurações, dos dispositivos nas suas variações (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 47). Sob essa perspectiva, buscamos entender o contexto da implantação do Grupo Escolar Augusto Severo, enquanto escola primária na sociedade e na cultura Norte-Rio-Grandense, durante as três primeiras décadas do século XX, e as inovações das práticas produzidas com o estabelecimento desta instituição. Entendemos, portanto, a atividade escolar como uma prática culturalmente constituída. As práticas produzidas neste Grupo Escolar permitiram a construção da identidade escolar e dos profissionais de educação do Rio Grande do Norte.

Na concepção de Chartier (1990, p. 23) as práticas “visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição”. Elas dão conta, por assim dizer, das representações, em sua “forma simbólica”.

Ao desvelar a história institucional do Grupo Escolar Modelo Augusto Severo pretendemos demonstrar como essa modalidade de escola primária se consolidou no ensino público elementar potiguar e quais mudanças introduziram. A análise das práticas e representações construídas pelos profissionais de educação, especialmente os professores que ensinaram no grupo escolar em estudo, a partir de 1908 até a década de 1920, se constituem como principais objetivos do trabalho desenvolvido.

O funcionamento interno das escolas, o desenvolvimento do currículo, a construção do conhecimento escolar, a organização do quotidiano escolar, as vidas e a experiência dos alunos e professores: eis algumas das problemáticas que precisam ser estudadas em profundidade (NÓVOA, 1999, p.13).

Nesse sentido, são consideradas as representações dos profissionais de educação implicadas no processo para compreender a produção dessa instituição de educação primária e, dessa maneira, entender questões maiores da História da Educação.

Buscamos compreender a produção dessa escola também através da atuação dos profissionais envolvidos com a institucionalização escolar, uma vez que as representações do mundo social são determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Por isso, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p. 17).

O historiador assinala para o cuidado quanto à análise dos discursos provenientes das fontes das quais construiremos a representação desejada. Tecer modos de inteligibilidade das realidades históricas é um desafio.

Por conseguinte, apropriamo-nos das palavras de Duby (1993, p. 61), “cabe ao historiador esta mesma função mediadora: comunicar pelo texto escrito o ‘calor’, restituir ‘a própria vida’”. Trata-se de entender a vida, os relatos, a narração “como uma teia de relações complexas, onde cada indivíduo se encontra inscrito de múltiplas formas, as quais são todas culturalmente construídas” (CHARTIER, 1990, p. 83). Pesquisar documentos, especialmente os jornais, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, registros da sociedade norte-rio-grandense do início do Século XX, faz-nos sentir imersos na cidade de Natal de outrora, constituídos como elementos desta teia, separados apenas pelo tempo. O dobrar do sino da antiga Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, a cada hora, reforçava este sentimento de pertencimento a esta cidade na qual o soar do templo religioso ditava o tempo e as atividades cotidianas da vida dos sujeitos. Esta sensação contribuía para que imagens da sociedade natalense fossem formadas em nossa mente, naquelas tranqüilas manhãs de janeiro.

Retomamos, portanto, Calvino (1993, p. 250) que entende “o texto como tecido de palavras, imagens e significados, composição de motivos que se respondem”. Para a tessitura de idéias de pesquisa, lembramo-nos da orientação da Professora Maria Arisnete que sempre adverte-nos de que: “texto é tecido”. Este resulta dos questionamentos feitos pela experiência da referida professora que contribuiu para que o primeiro capítulo desta dissertação fosse tecido.

1. 2 - O Diálogo com as Fontes

A História Cultural abriga diferentes possibilidades de tratamento das fontes, bem como propicia uma expansão de objetos historiográficos. Sistemas educativos, bem como a prática pedagógica construída nestes, constituem-se temas de investigação. Sob esta perspectiva, a prática pedagógica no Grupo Escolar Augusto Severo no período de 1908 a 1920, é um objeto de estudo, dado que “as práticas culturais, seus sujeitos e seus produtos” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 41), são temas de interesse no âmbito da historiografia da educação francesa.

Analizar as disciplinas e o método utilizado para o ensino na instituição investigada, bem como o cotidiano de professoras no contexto de Natal e suas práticas no referido estabelecimento constituem-se como nosso objetivo. Definido o problema tivemos como configurar o objeto em questão e, assim, escolher as fontes que nos fornecem respostas. Desse modo, assim como história, as fontes representam possibilidades de construção de sentido e, como tal elas representam o passado e jamais o passado (LOPES, E., 1994, p. 20). Sabemos, então, que analisá-lo é tarefa de difícil empenho, pois é a partir dos arquivos que vamos construindo um texto, um passado histórico, lembrando sempre dos limites que o próprio arquivo impõe.

Como foi construída a representação da escola pública primária potiguar? Como a prática pedagógica no Grupo Escolar Augusto Severo produziu as singularidades e a cultura escolar próprias a esta organização primária? Foram as indagações postas.

Colocadas as questões de estudo nos mobilizamos no intento de compor o *corpus* documental que desse possibilidades de respostas ao problema posto. Entendemos que “o ponto de partida não é, desse modo, a pesquisa de um documento, mas a colocação de um questionamento” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 91) a esses registros. Ir ao encontro das fontes, a matéria-prima do fazer historiográfico, era uma tarefa que se impunha. Realizamos uma pesquisa a fim de identificar no conjunto dos materiais produzidos no Grupo Escolar aqueles que poderiam dar sentido à pergunta que inicialmente propusemos. Para tanto, foram as análises das informações contidas nos documentos reagrupadas.

Os documentos desta pesquisa são provenientes do acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte (APE/RN) no qual encontramos as Mensagens dos Governadores, registros importantes para a contextualização da educação e da sociedade

circunscrita neste estudo. Nesta instituição de pesquisa encontramos, também, o Livro de Honra, da Diretoria Geral da Instrução Pública, no qual os professores que se destacassem no Estado do Rio Grande do Norte eram homenageados, um estímulo para a prática docente. Foram pesquisados os livros de resoluções, bem como de inscrição dos Grupos Escolares que nos permitiram compreender os aspectos administrativos da educação, tais como as substituições, as licenças dos professores do Grupo Escolar Augusto Severo. Outros registros foram encontrados no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Recorremos, ainda, aos jornais *A República* e *Diário do Natal*, do período recortado para o estudo. Conforme Lopes e Galvão (2001, p. 84) impressos como jornais e revistas são utilizados há mais tempo e gozam de maior prestígio na pesquisa historiográfica. Realizamos a atualização ortográfica dos artigos provenientes dos impressos da época a fim de propiciarmos ao nosso leitor uma compreensão clara dos escritos utilizados.

Para este estudo analisamos, também, *O Boletim Pedagógico*, criado em 1909, que difundia entre alunos-mestres da Escola Normal os processos didáticos e os preceitos da Pedagogia Moderna. A revista *Pedagogium*¹, órgão da Associação de Professores do Estado, também faz parte das fontes pesquisadas. Neste periódico, em circulação desde 1921, eram veiculados artigos sobre a educação no Estado do Rio Grande do Norte concernentes à Pedagogia e aos aspectos administrativos e organizacionais da Instrução Pública. Os jornais e revistas como fontes de análise histórica permitem revelar o universo das representações sociais e, também, educacionais. E, neste estudo, possibilitam a percepção de como foram incorporados pelos sujeitos da época a implantação e, posteriormente, a representação do Grupo Escolar Augusto Severo, através dos escritos de professores como Anfilóquio Câmara, Manoel Dantas, dentre outros educadores.

Nesta investigação exploramos as Leis e os Decretos do Governo que orientaram a educação no período. As Leis de Reforma do Ensino; a Lei Orgânica do Ensino, promulgada em 1916; os Decretos, o de criação do Grupo Escolar Augusto Severo e das disciplinas, assim como o Código de Ensino, são documentos que configuram as idéias da educação no período investigado.

Com o objetivo de entender a organização, o funcionamento e a prática na instituição estudada analisamos o Regimento Interno dos Grupos Escolares, os livros de atas, diários de

¹ A *Pedagogium* era uma publicação da Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN), entidade fundada em 04 de dezembro de 1920 (RIBEIRO, 2003, p. 12). Sua primeira publicação aconteceu em julho de 1921, ou seja, sete meses após a fundação da APRN. Essas informações fazem parte da Dissertação de Marlene Fernandes Ribeiro, intitulada *Revista Pedagogium: um olhar sobre a educação do Rio Grande do Norte (década de 1920)*, sob a orientação da professora Rosanália de Sá Leitão Pinheiro.

classe, Relatórios dos Inspetores de Ensino da época e dos Diretores da Instrução Pública, bem como Anuários de Ensino. As fontes pesquisadas oferecem informações significativas a respeito do funcionamento das escolas públicas e das representações das profissionais envolvidas com a institucionalização da escola primária no início do século XX no Rio Grande do Norte. Os Regimentos Internos dos Grupos Escolares evidenciam como se dava a prática nestas instituições, as atribuições e deveres dos docentes, o programa de ensino a ser ministrado, o método e os livros que deveriam ser utilizados durante o processo de ensino. No encalço das práticas no Grupo Escolar Augusto Severo, analisamos a *Cartilha Ensino Rápido da Leitura*, de autoria de Mariano de Oliveira, edição de 1944, um dos compêndios recomendados durante a instrução elementar. Consideramos, ainda, os cinco livros que compõem a coleção *Livros de Leitura*, de Felisberto de Carvalho, usados na escola primária republicana durante a instrução das disciplinas leitura, escrita e caligrafia. Para esta pesquisa tivemos acesso às edições de 1931, 1932, 1934 e 1946, provenientes do Centro do Professorado Paulista, em São Paulo.

As dificuldades se impõem ao historiador, especialmente, no que concerne aos arquivos, nos quais verificamos “a destruição das fontes históricas e dos suportes de memória coletiva” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 33). Os registros sofrem a ação do tempo e parcela significativa da história é apagada neste processo. Durante a pesquisa em fontes como jornais, é o momento no qual isto se torna mais evidente para o pesquisador. Exemplares do jornal *A República* do início do Século XX, estão indisponíveis nos acervos públicos por estarem em processo de restauração ou por falta de tratamento adequado para sua preservação. Os que estão disponíveis para pesquisa, muitas vezes encontram-se em estado de degradação, seja pela ação do tempo ou, até mesmo, ocasionada pelo manuseio inadequado, dentre outros fatores. A digitalização de acervos públicos aparece como o caminho para a preservação dos registros de outrora e da memória coletiva construída ao longo dos tempos.

No acervo da Base de Pesquisa *Gênero e Práticas Culturais* encontramos as Teses, Dissertações e Monografias, defendidas em seu âmbito, assim como revistas científicas, tais como *Educação em Questão*, *Revista Brasileira de História da Educação*. Estes impressos representam a divulgação dos resultados das pesquisas empreendidas no âmbito acadêmico. A consulta a estes impressos significa o acesso aos temas discutidos em educação, assim como em suas áreas específicas. Os Anais de Congressos e de outros eventos acadêmicos fazem parte deste acervo e constituem-se como importantes materiais para a revisão do estado da arte desta pesquisa.

No acervo particular do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/ RN), instituição instalada no prédio conhecido como Casa de Padre João Maria, localizada na Rua da Conceição, n. 603, no bairro da Cidade Alta, tivemos acesso a fontes iconográficas para a pesquisa, dentre estas uma fotografia, datada de 1º de maio de 1916, a qual registra a Festa da Árvore, uma prática do Grupo Escolar Augusto Severo. Sejam escritos ou ilustrados, os documentos para a pesquisa em educação tomam outra acepção.

Desse modo, todo o material que apresentar indícios da história do homem, em seus diversos aspectos, social, cultural e educacional, pode ser utilizado para a pesquisa. As fontes e a história são uma construção, “uma representação do passado” (LOPES, E.,1994, p. 20). Evidenciam a perspectiva de quem as construiu, dos indivíduos que as conservaram e, dessa maneira, são representações e não a realidade de outrora. Ao historiador compete a leitura crítica dos documentos, a qual resultará em uma construção também por parte deste por meio de suas interpretações.

Todo historiador se encontra em presença de um conjunto de documentos que deve interpretar, fatos que foram conservados e anotados porque pareceram importantes a uma testemunha do passado, mas que a ele cabe reinterpretar para situá-los em uma perspectiva de conjunto que é a sua (LOPES, E.,1994, p. 22).

Durante o processo de coleta e seleção do material de pesquisa, surge a indagação: como tornar estes documentos em algo coerente, uma vez que estes depois de organizados tinham que ser analisados e, posteriormente, interpretados? Organizar o material investigado para dar inteligibilidade à pesquisa é uma atividade que se impõe ao historiador. Lopes e Galvão (2001, p. 95) asseguram que:

A categorização evita a mera descrição dos documentos: a lógica da narrativa (que faz parte da própria escrita da história) passa a ser dirigida por algumas perguntas centrais e norteadoras que permitiram a exploração das fontes. Algumas dessas categorias são definidas a priori pelo pesquisador; outras somente emergem do trabalho minucioso e cotidiano – de idas e vindas – com as fontes.

O trabalho de interlocução e diálogo com as fontes marcam o fazer historiográfico e esta atividade sinalizou para a necessidade de trabalharmos com conceitos, teorias. Para tanto, relacionamos esses registros oficiais com outras fontes, obtidas a partir de uma revisão bibliográfica. A interlocução entre fontes e teorias permite problematizá-los, assim como alterar as representações acerca da pesquisa histórica.

Pesquisamos, na Biblioteca Central Zila Mamede da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, as Teses, Dissertações e livros que resultaram das pesquisas empreendidas sobre a institucionalização da escola primária pública. Encontramos trabalhos como o de Araújo e Moreira (2006), Menezes (2003), Pinheiro, A. (2002), Souza (1998b) e Vidal (2006). Os temas de reflexão destes pesquisadores em História da Educação subsidiaram nossas análises. Outros autores, também, respaldam nosso estudo. São eles Burke (1997), o qual trata sobre a produção intelectual no campo da historiografia, sobretudo, acerca da expansão do território dos objetos, das novas fontes e o desenvolvimento de novos métodos para explorá-las; Chartier (1990) enfatiza a interlocução da pesquisa em História com outras áreas do conhecimento, tais como a Antropologia, a Filosofia, a Psicologia; Duby (1993) ao traçar o percurso metodológico de sua investigação desde a definição do objeto, o tratamento das fontes, faz-nos concluir que a pesquisa é contínua e sempre fecunda; Lopes e Galvão (2001) tratam sobre a categorização das fontes de pesquisa de modo a darmos inteligibilidade à pesquisa; Morais, M. (2003) ao evidenciar na prática os caminhos percorridos para a construção da pesquisa, como procede Duby (1993), concede-nos pistas metodológicas de grande valia; Nunes e Carvalho (2005) tratam sobre as fontes, as teorias, os conceitos, como também acerca das pesquisas nos arquivos e como organizá-las.

Ao entendermos que “cada fonte, cada documento, tem seu valor relativo estabelecido a partir da possibilidade de coerência com os outros” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 93), partimos para a escrita desta investigação.

A pesquisa histórica, conforme entende Nunes (2005, p. 258), se constrói sobre o tripé: fontes, interpretação, narração. A localização e organização das fontes, o minucioso e árduo trabalho de pesquisa e de interpretação deste material, culminam com o de narração, relato, por assim dizer, da história pesquisada. A escrita histórica constrói-se, com efeito, a partir das fórmulas que são as do relato ou do enredo. As estruturas do conhecimento histórico passam por uma transição para o trabalho de configuração narrativa ao apresentarem em seu discurso a concepção da causalidade, as características dos sujeitos da ação e a construção da temporalidade. Em virtude deste fato, a história é sempre relato, mesmo quando pretende desfazer-se da narrativa (CHARTIER, 1990, p. 82).

Este trabalho de escrita, também, entendido como narração é uma “operação de síntese”, conforme propõe Duby (1993, p. 55), e faz parte do ofício do historiador como uma “espécie de alquimia”, através da qual objetivamos a coesão e fruição da escrita.

O trabalho com as fontes nos convida, sobretudo, a sermos leitores aristocráticos: ler com paciência, desinteressado, com prazer (BARTHES, 1996, p. 20), seja nos arquivos ou, posteriormente, durante a análise.

Escrever sobre a escolarização no passado é, sobretudo, apresentar nossa leitura acerca deste passado. A escrita é, por assim dizer, um ato idiossincrático. É uma forma de expressar o prazer da pesquisa por meio da escrita do contexto lido, interpretado.

A leitura e escrita são práticas criadoras, libertadoras dos sujeitos. Inserimo-nos neste contexto de busca constante pelos significados impressos nas fontes por meio desta produção silenciosa que é a atividade leitora. Interpretar o texto das fontes, nas palavras de Barthes (1992, p. 39), não é dar-lhe um sentido é, ao contrário, “estimar de que plural é feito”.

2.1 - A Pesquisa Historiográfica sobre Grupo Escolar

A reflexão em torno da pesquisa sobre o Grupo Escolar Augusto Severo se dá a partir de interlocução com a produção sobre este objeto. Neste sentido, nos deteríamos apenas aos trabalhos que o particularizaram. Em vez disso, pareceu-nos que a tarefa principal consistia em começar por recuperar, como se deu a institucionalização da Escola Primária. Para a construção do objeto em questão, delimitamos as obras da produção nacional e regional, bem como sobre as instituições primárias objeto de pesquisa no Rio Grande do Norte.

Na pesquisa historiográfica sobre educação brasileira ganha relevância como objeto de estudo, o modelo de organização de educação primária denominado Grupo Escolar. Esta instituição surge em um contexto no qual inovação, tradição, continuidades, permanências são facetas da modernização. Conceitos que se imbricam para explicarmos a invenção da escola enquanto repartição pública.

No início do século XX a escola afirma-se cada vez mais como uma instituição central da sociedade democrática. Seguindo essa tendência o Brasil passou, após o advento da República, a incentivar a educação para construir uma sociedade letrada, já que a instrução representava um indício de desenvolvimento de um país. Era um momento no qual a sociedade brasileira passava por transformações econômicas, políticas e sociais que exigiam a modernização e a racionalização dos setores público e privado. Desse modo, a escola também passou a ser vista como meio de transmitir à população um conjunto de valores culturais e morais necessários à consolidação da pretendida sociedade moderna.

Surgidos no início da República no Brasil, como concepção de escola moderna, os Grupos Escolares eram espaços de práticas próprias a uma instituição de ensino formal. Era um modelo de ensino elementar de organização público urbana, adotado por países da Europa, como Espanha, França, Portugal e Suíça, e pelos Estados Unidos no final do século XIX, que se baseava na distribuição homogênea dos alunos, na existência de várias salas de aula e de um maior número de professores.

Esse modelo se configurou como projeto de educação popular dentro da Reforma da InSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA. Funcionando com várias escolas no mesmo prédio, marcaram o surgimento de um tempo inovador. O surgimento dessas instituições denotava as transformações ocorridas no que se refere à estrutura física, sobretudo marcada pelo aparecimento de uma nova organização tanto administrativa quanto didático-pedagógica. Os

Grupos Escolares foram criados em contraposição à forma de organização do ensino no Período Imperial, as Escolas Isoladas, as quais não precisavam estar juntas a outras escolas para seu funcionamento. O rompimento com os modelos anteriores, aqueles considerados como tradicionais, fazia parte da busca de um ensino com configurações modernas.

Como proposta educativa, os Grupos Escolares surgem em substituição à pedagogia jesuítica do período imperial. As finalidades educativas passam do ler, escrever e contar à formação científica, cívico-patriótica e instrumental, introduzida nos programas de ensino dos Grupos Escolares.

Imbuídos do ideal republicano de formação do Estado Moderno as instituições primárias difundem a Educação Popular, universalizam o ensino, no sentido de acesso à escolarização. Contrapondo-se ao modelo educativo destinado à elite no período anterior, passa a atender um número maior de alunos, com a intervenção do Estado. Configuram, por assim dizer, uma educação revestida do ideário da modernidade por meio dos princípios de democracia, gratuidade, laicidade e progresso. O processo educativo se coaduna com os interesses comerciais e tecnológicos.

No Brasil, esta instituição escolar surgiu no Estado de São Paulo em 1894, criada pelo Decreto n. 248, de 26 de julho, durante a segunda fase da Reforma da Instrução Pública Paulista.

Pela primeira vez, surge a escola como lugar, a exigência do edifício-escola como aspecto imprescindível para o seu funcionamento, dotada de uma identidade. A especialização dos espaços ocorreu de acordo com as finalidades do ensino, com as necessidades da completa separação entre os sexos e com as exigências da pedagogia moderna: classes, bibliotecas, museus, laboratórios, oficinas, ginásios, pátios para recreio, auditórios. A composição material dessa escola moderna e renovada pressupõe, também, o uso de novos materiais escolares, outro tipo de mobília escolar e abundante material didático (SOUZA, 1998b, p. 16-17).

A universalização da instrução, o combate ao analfabetismo e a difusão da escola primária estavam entre os elementos de modernização da sociedade brasileira. Era o projeto educacional do Brasil republicano.

A implantação desse modelo de instituição educativa, denominada Grupo Escolar, introduziu uma série de modificações e inovações no Ensino Primário tanto do Estado de São Paulo como do Brasil. Ajudou a produzir uma nova cultura escolar e efetivou vários sentidos

simbólicos da educação no meio urbano, entre eles a consagração da República. Generalizou no âmbito do ensino público práticas escolares em uso nas escolas particulares e circunscritas a um grupo social restrito – as elites intelectuais, políticas e econômicas.

O Grupo Escolar constituía um conjunto de escolas com direção comum, embora cada qual mantivesse sua organização interna (PINHEIRO, Rosanália, 2001, p. 34). O Curso Primário graduado era desenvolvido por esses estabelecimentos de ensino e podia ser organizado em escolas infantil, elementar e complementar que podiam funcionar com turmas mistas ou por sexo. Os Grupos Escolares eram criados e mantidos pelo governo do Estado nos municípios que requeriam o seu estabelecimento. A matrícula mínima para o funcionamento de uma escola que compunha a instituição deveria ser de vinte discentes e a média de frequência de quinze alunos. A baixa frequência de alunos era um dos fatores para o fechamento da escola.

A representação da instituição escolar neste período colocava o Grupo Escolar Augusto Severo em uma posição de destaque dentre as demais instituições sociais. O edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente (SOUZA, 1998b, p. 123).

A matéria publicada no jornal *A República*, indagava: “Quereis aferir de antemão a grandeza moral de um povo? Pedi que vos mostrem seus templos e suas escolas” (PAULO, 1908, p. 1). O ideal de progresso material e intelectual estava atrelado aos estabelecimentos de ensino. Além disso, a escola, juntamente com a religião, era responsável por moralizar o povo. Os discursos sobre educação assinalavam

Fundar uma escola é construir um futuro. Só um edifício pode avultar ao lado dela, o templo; – assim ficarão contíguas duas eternidades: Deus e a alma [...] O pão da seara mitiga a fome um dia, a instrução elemento perene: pão é pasto; idéia é luz. O lavrador planta para o corpo, o didática semeia para a alma. É na escola que o povo se transforma em nação. O alfabeto mantém o passado no presente e singra para o futuro (COELHO NETTO, 1911, p. 2).

A materialidade da escola expressa suas finalidades sociais, políticas e culturais. O sentido da renovação e sua importância no projeto republicano estão contidos no texto acima citado. Neles estão os princípios de racionalidade de que se revestiu a escola republicana, bem

como o de missão dos educadores de civilizar os cidadãos do Estado Moderno. Souza (1998a, p. 21) assevera que a crença no poder da escola de moralizar, civilizar e consolidar a ordem social difunde-se no século XX. Esta idéia permeia os sistemas estatais de ensino e pode ser observada nas reformas educacionais empreendidas nos estados brasileiros no período.

Os edifícios escolares complementavam a cena urbana. Era uma estrutura moderna em oposição às estruturas tradicionais de outrora. Stamatto (2006) discute a substituição do mestre-escola pela instituição escolar. Para a autora, uma das principais mudanças a partir do prédio estabelecido era que “o professor poderia ser transferido ou não a instituição escolar continuava presente na comunidade, não pela ação educativa do mestre, mas pela presença suntuosa do edifício onde funcionava a aula que atestava também a presença do estado e marcava na memória das pessoas o lugar físico organizado – destinado à escolarização” (STAMATTO, 2006, p. 1247).

A ruptura com o modelo escolar anterior a partir da institucionalização da escola primária é, de certo modo, uma inovação. Burke (2007) ao refletir acerca de *Cultura, tradição e educação*, detém- se no conceito de tradição. Para este autor, no século XIX, a tradição é entendida como patrimônio cultural. As inovações que se colocam com a institucionalização da escola primária permitem a afirmação de que a escola moderna brasileira foi inventada neste período. Burke (2007, p. 20) afirma que a “incorporação de elementos novos numa estrutura tradicional” permite uma inovação. Do mesmo modo, há continuidades de tradições em estruturas de aparente inovação. Acontece em Natal, com a implantação do Grupo Escolar Augusto Severo, a invenção da escola moderna, enquanto instituição social destinada ao ensino formal.

A recepção ao modelo de escola difundido na Europa no século XIX pela educação potiguar é uma novidade, à medida que são adaptadas práticas e aspectos da estrutura física com fins em atender as particularidades do Rio Grande do Norte.

Estas invenções acontecem no plano arquitetônico, pedagógico e administrativo. A materialidade da instituição educativa imprime símbolos e códigos para construção da cultura escolar moderna. Operam-se mudanças nas relações entre os indivíduos implicados na atividade educativa, como também na relação espaço-tempo escolar. Vale salientar, que as tarefas escolares obedecem aos horários e se realizam em seus espaços específicos. São salas de aula, bibliotecas, pátios, banheiros e, até mesmo, a entrada do estabelecimento de ensino, que concernem uma identidade própria ao estabelecimento de ensino.

Constituindo-se como escolas graduadas, os Grupos Escolares aglutinaram em um mesmo edifício as antigas escolas isoladas, organizando a docência em torno de séries escolares que passavam a corresponder ao ano civil e eram concluídas pela aprovação ou retenção em exame final. O ensino seriado e sequencial substituía as classes de alunos em diferentes níveis de aprendizagem, sob a autoridade única do professor, e era regulado pela introdução da figura do diretor, oferecendo organicidade e homogeneidade à escolarização e produzindo uma nova hierarquia funcional pública (VIDAL, 2006, p. 8).

A educação se volta para a produção dos indivíduos que construiriam a sociedade republicana. Nos Grupos Escolares a educação tinha um caráter moral e cívico para a formação social do educando, a de cidadão.

Surgidos no corpo das Leis de 1893, em São Paulo e no Rio de Janeiro, regulamentados e instalados a partir de 1894 no Estado de São Paulo, os Grupos Escolares emergiram ao longo das duas primeiras décadas republicanas. Foram instalados nos Estados do Rio de Janeiro (1897); do Maranhão e do Paraná (1903); de Minas Gerais (1906); da Bahia, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo e de Santa Catarina (1908); do Mato Grosso (1910); de Sergipe (1911); da Paraíba (1916) e do Piauí (1922).

Os estudos produzidos sobre os Grupos Escolares no Brasil destacam a importância da interlocução dos educadores e intelectuais dos estados e a legislação paulista. A inovação colocou o Estado de São Paulo na vanguarda dos projetos de modernização da instrução pública no país (SOUZA, 1998b, p. 162). A argumentação das diferentes investigações perpassa os aspectos relativos aos ditames políticos e sociais concernentes à implantação desse modelo de organização escolar primária. Nesse sentido, o Grupo Escolar Augusto Severo, objeto de interesse deste estudo, foi o primeiro a se estabelecer no Rio Grande do Norte nos moldes dos de São Paulo.

Cabe, neste momento, um destaque para a análise da instalação deste modelo de organização do Ensino Primário, denominado Grupo Escolar, implantado no Brasil no Estado de São Paulo em 1894. Souza (1998b) no livro *Templos de Civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)* destaca o processo de institucionalização dos Grupos Escolares, ressalta as motivações políticas e ideológicas republicanas e a influência dos modelos educacionais em circulação nos países mais avançados. Assinala as mudanças administrativas e pedagógicas introduzidas no Ensino Primário com a implantação da Escola-Modelo e acentua a imersão do Grupo Escolar no meio urbano. A construção de edifícios escolares, projeto idealizado no período republicano por

meio da arquitetura dos Grupos Escolares, foi responsável pela configuração da escola como um lugar dotado de uma identidade sociocultural (SOUZA, 1998b, p. 22).

A formação do cidadão republicano estava relacionada às inovações culturais e didático-pedagógicas introduzidas na escola primária graduada. A investigação de Souza (1998b) privilegia aspectos como o método intuitivo, considerado o principal elemento da renovação do ensino na época, a criação da profissão de diretor e o papel da escola graduada na civilização dos cidadãos.

A análise do surgimento do primeiro Grupo Escolar na Paraíba denominado Thomaz Mindello, instituído pelo Decreto n. 778, de 19 de julho de 1916, propicia relacionar Grupos Escolares, urbanização e modernização no discurso das elites republicanas das primeiras décadas do Século XX e as propostas de erradicação do analfabetismo então veiculadas. A realização deste estudo é de Pinheiro, A. (2002), o qual discute no livro de *Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba*, o processo de expansão e consolidação da educação escolar primária pública naquele Estado. Denominou “Era das Cadeiras Isoladas”, o momento em que o Marquês de Pombal criou em 17 de abril de 1766 “mediante a carta régia [...] uma cadeira de latim” (Ibid, 2002, p. 15).

O modelo de organização escolar centrado nas cadeiras isoladas sofre uma ruptura a partir de 1916, com a implantação do Thomaz Mindello, que marca o início do que o autor designou “Era dos Grupos Escolares”. Estes modelos coexistem até 1929, por meio das escolas rudimentares e elementares (Era das cadeiras isoladas), assim como das escolas reunidas ou agrupadas e dos grupos escolares (Era dos grupos escolares). Conforme Pinheiro, A. (2002, p. 124) foi somente a partir de 1930 que o “modelo de organização escolar caracterizado pelos grupos escolares passou a predominar”. Estas instituições não apenas atenderam às exigências estéticas da elite, mas também se prestaram a modernizar e embelezar a capital paraibana. Afirma o autor:

Os primeiros Grupos Escolares paraibanos foram alocados em suntuosas edificações, adaptadas ou construídas em bairros de elite ou nos centros das cidades, caso específico dos grupos escolares Dr. Thomaz Mindello e Antônio Pessoa, localizados no antigo centro comercial e de serviços da cidade da Paraíba (PINHEIRO, A., 2002, p. 140).

A suntuosidade dos edifícios escolares na Primeira República é o enfoque da pesquisa de Luciano Mendes de Faria Filho (2000). *Dos Pardieiros aos Palácios: Cultura*

Escolar e Cultura Urbana em Belo horizonte na Primeira República é o mote da reflexão sobre o Grupo Escolar, enquanto instituição que sintetiza as expectativas pedagógicas e políticas de racionalização e modernização social e educativa. Este modelo instituição educativa ocupava um lugar central na cidade, construiu uma representação atrelada a forma de organização anterior da instrução pública – as Escolas Isoladas (FARIA FILHO, 2000, p. 21). Neste sentido, a história dos Grupos Escolares, sob a percepção do educador, obedece a um esquema lógico “binário e polarizado” que a dinamiza. O movimento de institucionalização da escola se faz do arcaico ao moderno, do velho para o novo, dos pardieiros aos palácios.

Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar e civilização, dissertação de Crislane Barbosa de Azevedo (2006), analisa a implantação e funcionamento dos grupos escolares em Aracaju nos primórdios do século XX, instalados com a finalidade de elevar o nível do ensino ministrado no Estado de Sergipe. No período republicano a escola primária foi concebida como um direito de todo cidadão, uma necessidade e um direito de todo cidadão.

Conforme Azevedo (2006) os Grupos Escolares em Sergipe atendiam aos fins educativos do período republicano, num contexto de crescimento e modernização da capital sergipana. Em comum com a capital potiguar os primeiros Grupos surgiram no seio de uma Reforma da Instrução Pública em Sergipe, com o auxílio de educadores paulistas, na centro urbano e político-administrativo do Estado sergipano:

A reforma da Instrução Pública em Sergipe, empreendida na administração de Rodrigues Dória (1908-11), em 1911, contou com a participação do técnico paulista Carlos Silveira, enviado pelo governo do Estado de São Paulo atendendo à solicitação do governo de Sergipe. Viagens de estudos a São Paulo e o empréstimo de técnicos deste Estado passam a ser rotina administrativa na hierarquia das providências dos responsáveis pela instrução pública nos Estados brasileiros [...] Da Reforma nasceram os primeiros Grupos Escolares de Sergipe, ambos localizados em Aracaju – Grupo Escolar Modelo e Grupo Escolar Central. Entre 1911 e 1925, Aracaju assistiu ao nascimento de cinco Grupos: ‘General Siqueira’, ‘Barão de Maroim’, ‘General Valladão’, ‘Manoel Luiz’ e ‘José Augusto Ferraz’ (AZEVEDO, 2005, p. 191).

Os grupos escolares contribuíram para o embelezamento das cidades, com a majestosa arquitetura e a divulgação de ideais cívicos e para o asseio urbano, através da exigência de vacinação das crianças para a realização das matrículas. Assim como em Natal o

“Grupo Escolar Modelo funcionava anexo à Escola Normal”. As solenidades de inauguração dos Grupos no Sergipe eram acompanhadas pela imprensa. “Os edifícios que lhe servem de cenário são reais palácios que decoram a nossa capital com a sua arquitetura elegante de linhas bem conformadas” (AZEVEDO, 2005, p.102-103). A arquitetura como programa educador, fundava-se nos valores de ordem, disciplina e vigilância.

Estas instituições mudaram a face do Ensino Primário em Aracaju. Atingiram não somente crianças, mas a sociedade aracajuana do início do século XX, que passava a identificar a escola como um lugar próprio, de atividades específicas, diferente de antes, quando ela se confundia com a casa do professor (AZEVEDO, 2005, p. 205).

Particularizando o Grupo Escolar Augusto Severo, Moreira, K. (1997) examina a influência do movimento de inovação, disseminando as propostas pedagógicas para a escolarização da infância potiguar no período. A autora acentua:

Os grupos escolares, ao disporem de um código de práticas inovadoras, singulares e específicas, constituíram-se em um local privilegiado para se darem apropriações culturais modernas, como estratégia de inovação educacional e fator de racionalidade e eficiências (MOREIRA, K., 1997, p. 14).

Todavia, o aspecto pujante da análise deste estabelecimento de Ensino Primário, consiste na modernização educacional, bem como da cidade do Natal, do qual fez parte o projeto de construção de sua edificação:

A criação do Grupo Escolar Augusto Severo insere-se em um programa de inovação sócio-culturais pelo qual passava a cidade do Natal com a instauração de avenidas com iluminação elétrica, hospitais, fábricas, saneamentos, rede de telefonia, bondes elétricos, abastecimento de água, reforma do teatro Carlos Gomes e todo um aparato artístico, urbanístico e cultural. É a construção de espaços regulares e higienicamente projetados promovendo o novo (MOREIRA; ARAÚJO, 1997, p. 116).

Moreira, A. (2005) investiga o espaço escolar enquanto um elemento de modernização pedagógica por meio da análise arquitetônica do primeiro Grupo Escolar do Rio Grande do Norte.

As edificações modernas da cidade de Natal visavam “apagar a imagem de cidade arcaica do período Imperial”. Além disso, eram símbolos do progresso e da civilização. A capital potiguar passou por um processo de embelezamento dos anos 1904 a 1914, sendo contratado o arquiteto Herculano Ramos. O Grupo Escolar Augusto Severo era um equipamento urbano de modernidade, à medida que possuía os elementos arquitetrais que deveriam incorporar uma dimensão simbólica e educativa para “convencer, educar e dar-se a ver do ideário republicano” (MOREIRA, A., 2005, p. 54). A autora comprehende a representação deste espaço escolar enquanto equipamento urbano no processo de modernização da cidade do Natal e como modelo educacional para o Estado do Rio Grande do Norte. Conforme a autora, a edificação escolar deveria ocupar um espaço próprio definido como lugar específico para as atividades de ensino e trabalho docente e ser portadora de uma identidade arquitetônica dos demais prédios públicos e civis. A organização do espaço escolar sintetizava o projeto político atribuído à educação popular e configurava o ambiente educativo, consoante as concepções pedagógicas ditas modernas para a escola primária.

Sobre a semelhança arquitetônica da instituição modelar potiguar com as demais instalações educacionais republicanas no país, a autora constata:

O Grupo Escolar Augusto Severo, instituição modelar do ensino primário potiguar representa uma autêntica semelhança com os grupos escolares implantados na maioria das cidades brasileiras, na primeira década do século XX, de uma arquitetura moderna e concepção espacial condizente às proposições do ideário republicano (MOREIRA, A., 2006a, p. 2626).

Num outro aspecto, a criação do Grupo Escolar Augusto Severo, atendeu a um padrão cultural escolar requisitado pelas elites dirigentes locais, pois sua construção estava incluída no programa urbano-cultural de edificações modernas. De acordo com Berman (1986, p. 18) os aspectos peculiares da modernidade do Século XIX evidenciam-se através da nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas, ferrovias, bem como jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de mídia.

O Rio Grande do Norte passava por este processo de urbanização e modernização dos espaços. Monumentos educativos eram erguidos, ruas alargadas, ambientes higienizados. “A modernidade é o que fica menos parecido consigo mesmo; e a antiguidade – que deveria

estar nela inserida – apresenta, em realidade, a imagem do antiquado” (BENJAMIN, 1989, p.88). Modificações sociais aconteciam a todo momento neste contexto.

Era necessário destacar que a cidade modernizada também dispunha de uma escola moderna. Sua construção integrou o programa “de obras de embelezamento, melhoramento e saneamento da cidade do Natal e configurou-se como um projeto estético de modernidade do bairro da Ribeira, na primeira década do século XX” (MOREIRA, A., 2006a, p. 2630).

Em 2006, com a publicação do livro *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*, o tema continua a ser discutido. No livro citado encontra-se o seguinte registro sobre o Grupo Escolar Augusto Severo:

Primeiro Grupo implantado no Rio Grande do Norte, inaugurado em espetacular festa pública e cívica, dirigido pelo professor Ezequiel Benigno de Vasconcelos Júnior, também diretor da Escola Normal, surgiu como paradigma de inovação pedagógica para as demais instituições escolares primárias do estado, disseminando as propostas pedagógicas de Pestalozzi e de Froebel (VIDAL, 2006, p. 16-17).

A construção de prédios próprios, destinados ao funcionamento dos grupos escolares, dá novo sentido à escola. O Grupo Escolar era um espaço que possibilitava “a formação de hábitos de higiene, de moralização e de controle” (*Ibid*, p. 35). A pesquisadora acentua que “o equipamento e material didático-pedagógico deveriam contribuir para a aplicação de métodos modernos de ensino”.

O Grupo Escolar capitão Mor Galvão, criado na vila de Currais Novos, a partir do Decreto n. 256, de 25 de novembro de 1911, é objeto da Dissertação de Morais, S. (2006), sob o título *Um olhar sobre o ensino primário: o Grupo Escolar “Capitão Mor Galvão” (1911-1927 – Currais Novos - RN)*. No referido trabalho a autora investiga a história do Ensino Primário em Currais Novos, estabelecendo uma articulação com a criação do Grupo Escolar em estudo. Tece um comentário sobre as relações de poder fundamentado nos aspectos econômico e político estruturados no desenvolvimento da pecuária e da extração agrícola, sob os domínios da oligarquia rural. A organização do currículo do ensino graduado e do ensino isolado, em conteúdos e atividades da aprendizagem diferenciados na sua forma de atendimento com o tempo e a duração, é um dos aspectos abordados na pesquisa.

Morais, S. (2006) denota a importância da criação do Grupo estudado para a história da educação em Currais Novos e destaca nas relações de gênero a construção social

representada pela participação de profissionais do sexo feminino trazendo à tona a trajetória da mulher no exercício do magistério.

Stamatto (2006, p. 1247) destaca o Grupo Escolar Coronel Silvino Bezerra, construído em 1927, em Vila das Flores, no Rio Grande do Norte, relaciona a construção do prédio escolar ao ideário de modernização das elites locais que controlavam a administração pública naquele momento. Sob o ponto de vista desta autora, a maior invenção em matéria de educação realizada pela administração republicana foi a reunião, em um mesmo prédio, de várias escolas, isto é, de vários professores – por isso o nome de Grupo Escolar – sob fiscalização diária de um único administrador – o diretor homem – que zelava pela ordem e respeito à hierarquia e pelo bom funcionamento das aulas.

Construir esta visão do estado da arte na pesquisa sobre Grupos Escolares nos possibilita a percepção de que as investigações contemplam, especificamente, os aspectos legais, políticos e culturais de uma dada sociedade. Com esses exemplos de pesquisas percebemos que o tema está longe de ser esgotado.

Sabemos que “a história continua” (DUBY, 1993, p. 25). Na dinâmica da sociedade, outras Leis, Regulamentos e Decretos respaldaram e respaldam o ensino no Brasil. A modernização da sociedade exige novas formas de educação. A Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação de 1º e 2º graus. No corpo desta norma os Grupos Escolares são extintos e o Ensino Primário corresponde ao ensino de 1º grau o qual acontece em oito anos letivos destinados à formação da criança e do pré-adolescente. Esta modalidade de ensino é obrigatória e gratuita dos sete aos quatorze anos (BRASIL, 2009). As mudanças legais são na nomenclatura e na expansão dos anos de formação. Os Grupos Escolares permaneceram no imaginário social. A sociedade remetia-se à instituição destinada à escola infantil como “grupo”, dando continuidade à representação daquela escola do início do século XX.

O Decreto n. 11.201, de 06 de dezembro de 1991, autorizado pelo então Governador do Estado do Rio Grande do Norte José Agripino Maia, aprova o tombamento do prédio do antigo Grupo Escolar Augusto Severo, situado à Praça Augusto Severo, n.261, Ribeira, em Natal. A partir desta determinação o prédio fica sob a responsabilidade da Secretaria e Educação e Cultura e da Fundação José Augusto (RIO GRANDE DO NORTE, 1991).

Portanto, percebemos a relevância da pesquisa sobre a prática pedagógica neste estabelecimento. O estudo que se propõe a desvelar o fazer pedagógico no interior desta instituição em Natal permite, em parte, a recuperação da história deste modelo de organização educativa e contribui para a história da educação norte-rio-grandense.

2.2 - Modernização em Natal

Através de jornais, revistas educativas e livros do período em estudo, analisamos a configuração da cidade de Natal, entre os anos de 1908 e 1928, especificamente, a do bairro da Ribeira, na época centro cultural e urbano da cidade. Ao tomarmos os impressos como referência na construção da representação de Natal no início do século XX, estamos cônscias que expressam visões políticas, os interesses que defendiam e jamais fatos que os contrariassem. Desse modo, os sujeitos a partir de suas concepções ideológicas constroem as representações pretendidas. Nossa intenção é a escuta atenta às vozes a que nos reportamos a fim de explicitar não somente nossa visão, mas compreender as perspectivas dos sujeitos de outrora, produzidas sob a influência da posição de cada um na sociedade. Entendemos que:

cada época tem sua própria visão do mundo, que as maneiras de sentir e pensar variam com o tempo e que, em consequência, o historiador é solicitado a se precaver o quanto puder das suas, sob pena de nada compreender (DUBY, 1993, p. 87-88).

O cenário social natalense era constituído por uma rede de interdependência entre indivíduo e ambiente moderno. Compreendemos interdependência a partir da seguinte acepção:

como em um jogo de xadrez, cada ação decidida de maneira relativamente independente por um indivíduo representa um movimento no tabuleiro social, ou jogada que por sua vez acarreta um movimento de outro indivíduo – ou, na realidade, de muitos outros indivíduos –, limitando a autonomia do primeiro e demonstrando sua dependência (ELIAS, 2001, p.158).

Cada ação decidida no cenário mundial, no que diz respeito à cultura e à economia, era influenciada ou estava em consonância com as atuações nos principais centros urbanos os quais ligavam-se a capital do Rio Grande do Norte. Esta relação de interdependência entre Natal e os núcleos citadinos europeus é expressa pela presença de vapores como o *Siegmund*, proveniente da Alemanha, *Travaller*, paquete inglês e, até mesmo, embarcações vindas da

Noruega os quais levavam e deixavam produções culturais, demandavam medidas, soluções que repercutiriam em lugares distantes de onde eram gestadas. Do mesmo modo, elementos comuns a sociedade potiguar e outros meios sociais instituem esta dinâmica relacional.

Os ideais que permeavam a cidade de Natal nos primórdios da República eram o de modernização, urbanidade, progresso. Em fins do século XIX, os mecanismos de formação da sociedade moderna afloram fomentados pelos acontecimentos no campo político e cultural configurando uma distinta organização social. A nascente industrialização e o ideal de desenvolvimento da nação, tônica dos discursos de dirigentes de províncias e de intelectuais, demandam diferentes formas de trabalho.

Um Liga de Ensino no Rio Grande do Norte, matéria veiculada no impresso carioca *Jornal do Comércio* e publicada nas colunas do jornal natalense *A República*, em 18 de agosto de 1911, sob o título *Rio Grande do Norte*, acentuava que nesse Estado “com o regime republicano, os melhoramentos, têm sido tantos que, relativamente, nenhum estado da federação aproveitou mais” (RIO..., 1911, p. 2). Duas décadas após a Proclamação da República o estado potiguar apresentava progressos em relação ao período monárquico:

Quem sabe o que era o pequeno Rio Grande do Norte, em 1889, quem conheceu naquela época sua moderníssima capital, não pode deixar de admirar, se examina com calma e sem descabidas exigências, os progressos que ali se conseguiram (RIO..., 1911, p. 2).

O jornal assinala as configurações da cidade numa época em que a Ribeira era “um alagadiço de água salobra” (MORAIS, M., 2003, p. 26). Havia a necessidade de um toro de madeira para servir de ponte, atravessando, logo depois da Estação da Estrada de Ferro, o sulco por onde corriam as águas. Existiam poucas ruas empedradas, iluminadas a petróleo, um pântano e vários matagais entre os bairros da Cidade Alta e da Ribeira. A matéria assinala a existência de “dois ou três semanários políticos e costumes de aldeia” (RIO..., 1911, p. 2).

Natal, no início do século XX, era uma cidade que passava por transformações as quais evidenciavam os ares da pretensa urbanidade. Seus 30.696 habitantes, segundo recenseamento de 1920 (CÂMARA, Anfilóquio, 1923, p. 31), formavam uma cadeia de

interdependências. Com jornais diários circulando desde a Proclamação da República², “cinco ou seis hebdomadários mais ou menos literários, e costumes cariocas” (RIO..., 1911, p. 2). A civilização urbano-industrial estabelecia uma ruptura nas concepções tradicionais do século XIX. A informação passa a atingir a população por meio dos jornais, da literatura de folhetins, veiculados diariamente, e outros meios de mídia. Circulavam nos jornais idéias e teorias sobre a humanidade discutidas globalmente. Os jornais passam a formar opiniões e difundem as idéias presentes na Europa sobre cultura. Há, sob este ponto de vista, uma internacionalização da vida cotidiana (BERMAN, 1986, p. 34).

Nos transportes, destacam-se numerosas estradas carroçáveis, ligando a capital às cidades importantes do interior do Estado, serviço regular de lanchas a vapor para atravessar e para subir o rio Potengi, até a cidade de Macaíba. Na cidade de Natal havia uma linha de bondes com meia dúzia de carrinhos e duas dúzias de burrinhos, os quais seriam substituídos pelos de tração elétrica, se continuassem com os ‘competentes resultados’(RIO..., 1911, p. 2). A Empresa de Melhoramentos, administrada pelos senhores Valle Miranda e Domingos Barros, oferecia no que concerne à viação urbana, a *Great Western* que unia o Estado a outros do nordeste e a Central Rio Grande do Norte que ligava a capital as demais cidades potiguaras. A estrada ferroviária *Great Western* fazia o transporte da elite local aos portos da cidade do Recife. A capital potiguar ganhava ruas asfaltadas e avenidas como a Junqueira Ayres que ligava a cidade Baixa, constituída pelo bairro da Ribeira, à Alta, e onde estavam instaladas a Chefatura de Polícia e a Capitania do Porto (CÂMARA, Anfilóquio, 1923, p. 31).

Elementos do progresso, os transportes públicos surgiram em Natal sem eletricidade ou gasolina. Surgidos das necessidades de atender a população da cidade em expansão a partir da criação da Cidade Nova, o transporte encurtava distâncias na pretensa urbe. A preocupação em organizar a cidade propiciou o desenvolvimento de diversos empreendimentos nos ramos dos transportes, da higienização e arborização de ruas e praças, aspectos que conferiam a urbanidade. “Não temos dúvidas sobre o progresso de Natal, sob a influência dos derradeiros melhoramentos”, assinalava o editor de *A República*, em 1908, quando as obras de melhoria urbana se intensificaram.

Em 25 de setembro de 1911 era inaugurado o serviço de transportes:

² O jornal *A República*, era um tablóide fundado a 1º de julho de 1889 pelo Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Político do partido Republicano, Pedro Velho era “chefe da propaganda abolicionista e republicana no Rio Grande do Norte, foi fundador da República no Estado e seu primeiro governador” (MORAIS, 2000a, p.110). Além deste impresso havia *O Diário do Natal*, jornal de circulação diária na cidade do Natal, fundado em 1891 e de propriedade da Editora O Diário S. A., cujo fundador foi Assis Chateaubriand.

Tiveram lugar hoje as primeiras experiências dos bondes elétricos da Empresa de Melhoramento. A primeira realizou-se às 7 horas da manhã indo o Bond até a Santa Cruz da Bica. A segunda realizou-se ao meio dia, transpondo o carro a maior parte do circuito urbano, na Cidade Alta e na Ribeira. O *trainway* percorreu as linhas perfeitamente bem, sendo grande a massa popular que assistiu à sua passagem em muitas ruas de ambos os bairros ([VIAÇÃO...], 1911, p. 1).

Os transportes possibilitaram aos moradores de Natal novos modos de vida. Todavia, os moradores da Ribeira eram privilegiados, uma vez que as linhas de bondes confluíam para este bairro. Havia itinerários do bairro do Alecrim, do Tirol e de Petrópolis para a Ribeira a partir das cinco horas da manhã, em percursos que duravam em média dezessete minutos. O serviço terminava às vinte e uma horas. Contudo, o circuito *Natal-Club* a Ribeira tinha uma duração de apenas oito minutos e, embora fosse o percurso mais curto, funcionava até mais tarde para oportunizar tranquilidade aos sujeitos em seus afazeres sociais. O último bonde saía da casa de eventos às vinte e duas horas e dezoito minutos chegando ao destino final às vinte e duas horas e vinte e seis minutos.

CIRCUITO			
NATAL-CLUB	RIBEIRA	NATAL-CLUB	RIBEIRA
5,48	5,56	2,12	2,20
6,06	6,14	2,30	2,38
6,24	6,32	2,48	2,56
6,42	6,50	3,06	3,14
7,00	7,08	3,24	3,32
7,18	7,26	3,42	3,50
7,36	7,44	4,00	4,08
7,54	8,02	4,18	4,26
8,12	8,20	4,36	4,44
8,30	8,38	4,54	5,02
8,48	8,56	5,12	5,20
9,06	9,14	5,30	5,38
9,24	9,32	5,48	5,56
9,42	9,50	6,06	6,14
10,00	10,08	6,24	6,32
10,18	10,26	6,42	6,50
10,36	10,44	7,00	7,08
10,54	11,02	7,18	7,26
11,12	11,20	7,36	7,44
11,30	11,38	7,54	8,02
11,48	11,56	8,12	8,20
12,06	12,14	8,30	8,38
12,24	12,32	8,48	8,56
12,42	12,50	9,06	9,14
1,00	1,08	9,24	9,32
1,18	1,26	9,42	9,50
1,36	1,44	10,00	10,08
1,54	2,02	10,18 Ult.	10,26 Rue.

Natal, 6 de Fevereiro de 1914
J. B. Vasques
Gerente.

Figura 01 - Horário dos bondes e itinerário ([HORÁRIOS...], 1914, p. 3).
Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN).

Além dos bondes o residente da capital dispunha de serviço de locação de carros de cinco, três lugares ou de cargas e bagagens. O aluguel que poderia acontecer a qualquer hora era ofertado pela Garagem Rio Branco, instalada na Rua Junqueira Ayres (GARAGE..., 1914, p. 2).

Na Ribeira concentravam-se os armazéns de compra e venda de açúcar e algodão para exportação. Navios internacionais aportavam em Natal e traziam os costumes europeus. Neste período instalavam-se incipientes indústrias, escritórios de firmas inglesas e americanas, bancos e hotéis na Cidade Alta (PINHEIRO, Rosa, 2005, p. 76).

Os arquétipos da vida moderna são evidenciados nos jornais os quais representam a cidade em processo de modernização. Os anúncios que circulavam nos diários informavam os natalenses sobre a moda e as novidades provenientes da Europa. Paquetes ingleses como o *City of Gloucester* aportavam em Natal e partiam para Liverpool, com escalas em outros portos brasileiros. Os vapores traziam o que havia de contemporâneo e fino à cidade, intensificando as relações comerciais entre continentes e construindo um sólido âmago institucional da modernidade. A ida e vinda de navios transatlânticos corrobora com a emergência de um mercado mundial. À medida que se expande, absorve e destrói todos os mercados locais e regionais que alcança. Produção e consumo – e necessidades humanas – tornam-se cada vez mais internacionais e cosmopolitas (BERMAN, 1986, p. 89).

O anúncio de lojas incita as necessidades de consumo de produtos europeus. O jornal *A República* noticia a inauguração do *Natal Moderno*, estabelecimento comercial de sortidos produtos, situado a Rua Dr. Barata, no bairro da Ribeira, em solenidade no dia 15 de novembro de 1911. Sob a administração de G. Melo e Companhia, detentores de capital e prática no segmento, o comércio era mantido pelos maiores centros produtores para servir a sua digna freguesia do que houvesse de melhor.

A Rua Dr. Barata à época reunia múltiplos estabelecimentos comerciais, desenvolveu intensamente esta atividade até metade do século XX. Moraes, M. (2006, p. 44) acentua que esta rua abrigou a *Casa Nolasco*, loja de propriedade de Pedro Nolasco de Sena, pai da professora e intelectual potiguar Chicuta Nolasco Fernandes, primeira diretora da Escola Normal de Natal. Neste logradouro estavam instalados escritórios de empresas, tais como a redação e a Tipografia do jornal *A República* o qual publicava o expediente do Governo (TYPOGRAFIA..., 1908, p. 3). Era por esta via que transeuntes e novidades circulavam:

Nas tardes de sábado o comércio abria e a Dr. Barata transformava-se em uma verdadeira passarela de moda. As senhoras e senhoritas desfilavam com os mais elegantes trajes, complementados com luvas e chapéus: livraria cosmopolita, Natal Modelo (NESI, 1994, p. 99).

Os comerciantes preocupavam-se em afirmar a diversidade de produtos e a fineza que representava o consumo destes dando destaque à procedência, quase sempre européia ou carioca. A casa de comércio *Condor*, assinalava que havia recebido bonitas cadeiras inglesas de pano bordado e carrinhos de crianças. Eram artigos finos de último gosto, tal qual a bota à Napoleão. A loja *Bom Jesus* acentuava o sortimento de rendas e bicos de seus estoques e a *Rainha da Moda*, por sua vez, que seus produtos provinham da capital do país. Propunha-se a acabar com o monopólio do segmento de calçados pelo mercado local e noticiava a venda de copos de vidro.

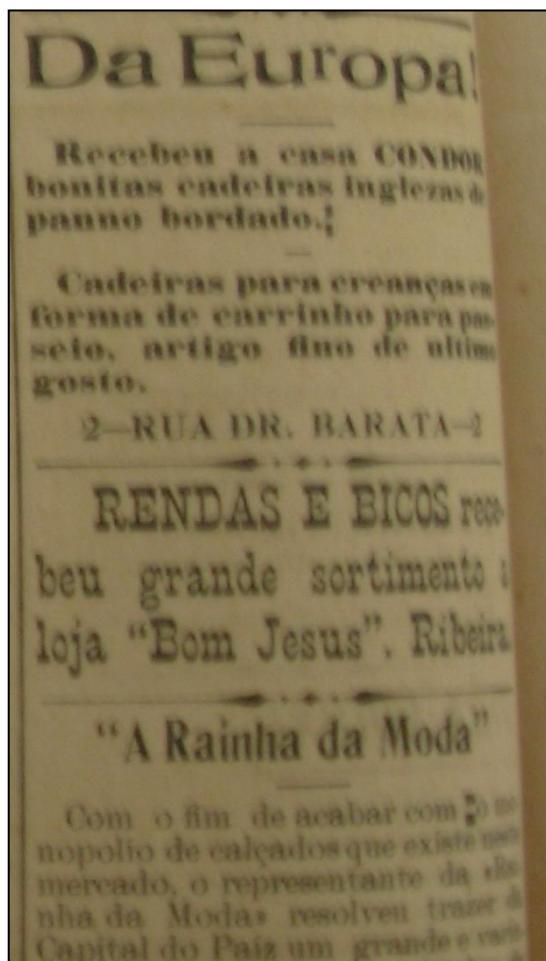


Figura 02 - Anúncios de casas comerciais instaladas no bairro da Ribeira ([ANÚNCIOS...], 1911, p.1).
Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN).

O comerciante Galvão & Companhia vendia casimiras inglesas dos fornecedores mais afamados. Echarpes pretas e de variadas cores em seda, gase, com bordados japoneses, poderiam ser encontradas na *Boutique Iracy*. A *Casa Londres* fazia o comércio de tecidos finos, com uma riquíssima coleção em cetim, sedas lisas ou lavradas, crepe da china de pura seda, para vestidos de noivas, roupas infantis e de senhores e senhoras da sociedade.

A loja *O Grande Oriente*, administrada pela Viúva Reis e Companhia, apresentava o que havia de novidade em chapéus e capotas para as damas, os cavalheiros e rapazes potiguares. Sapatinhos de verniz para mulheres, em saltos altos e baixos, também eram encontrados neste estabelecimento. A *Alfaiataria Reis*, sob a mesma administração, tinha em seus estoques sortimentos de casimira inglesa, brins dos melhores fabricantes, cortes de fustão e de seda para coletes, aviamentos de primeiríssima qualidade. A loja de corte e costura garantia a perfeição, elegância e pontualidade da entrega das encomendas concebidas pelo hábil artista Senhor Thomaz Santa Rosa. A empresa era paraibana e estava instalada no centro comercial natalense no período.

Ladeado a um anúncio de serviço de alfaiataria, o jornal anuncia o testemunho de um freguês anônimo que asseverava a existência e qualidade de uma alinhada coleção de modernos chapéus de todos os gostos, inclusive colombianos de fios Panamá, no estabelecimento do Senhor Matheus Petrovich.

A publicidade, veiculada no jornal, incutia hábitos civilizados, em conformidade com a sociedade moderna que se pretendia construir. Através dos tablóides opiniões eram formadas e novos usos se estabeleciham. A matéria veiculada em *A República* define Londres como o centro refinado da moda masculina aspecto este que se expandia aos figurinos de Paris, Berlim, Madri e terras onde se rendiam culto à elegância. Enquanto a alta moda feminina seguia tendência parisiense, a masculina era ditada em Londres. A pauta era a sobriedade da roupa para os homens, segundo a qual estava em desuso o estilo que determinava a ostentação de pedras ao dedo ou na camisa durante apresentações em bailes, teatros jantares e recepções. Contudo, a moda havia decretado o uso de brilhos como botões de brilhantes, o que representava a supremacia do *chique*. Jaquetões de pique branco, ornados com acessórios que importavam a máxima elegância para os homens. O editor acentuava que a mulher moderna usava colarinhos do traje masculino, os quais passaram, e o homem, conforme a moda, passaria a usar meias medidas como elas. A gazeta acentuava que o homem deveria ter “cuidado com as tapeações, não vá o bicho da moda lembrar-se de decretar que homens usem saias e boleros” (LONDRES, 1914, p. 1).

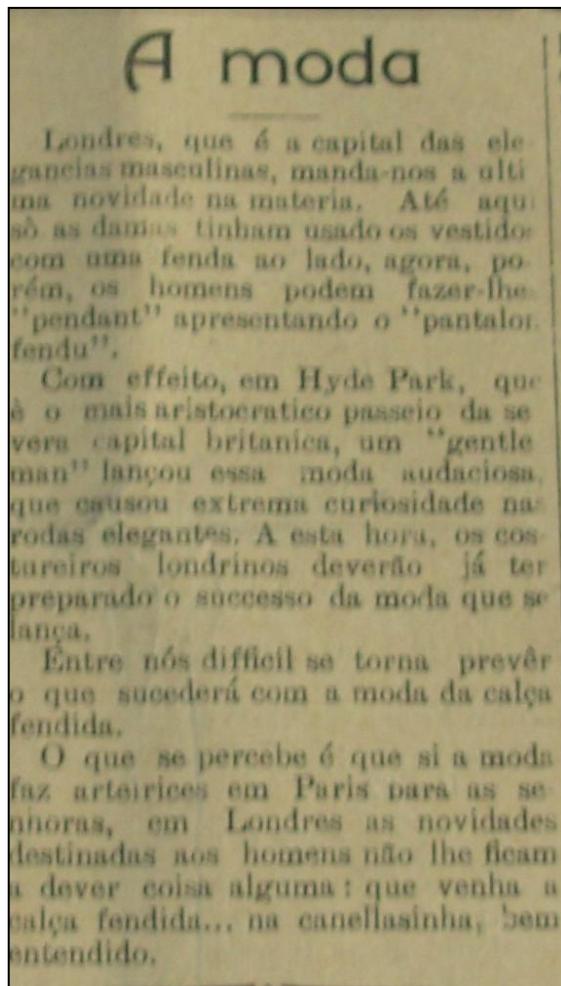


Figura 03 - A moda na Inglaterra (LONDRES, 1914, p.1).

Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN).

Entre os anúncios de modismo, destacam-se os serviços das farmácias *Maranhão* e *Monteiro*, ambas instaladas no bairro da Ribeira, as quais ofereciam seus serviços também durante a noite ([PLANTÃO...], 1914, p. 2).

Com a República, Natal emancipou-se. O Porto abriu, por assim dizer, a cidade ao mundo e as obras de melhoramento deste propiciavam que navios da Marinha Nacional ancorassem naquele escoadouro de mercadorias, provindas do sul e do norte do Brasil, como também vapores estrangeiros.

Seus progressos eram notáveis. O *Jornal do Comércio*, importante diário carioca, era da opinião que o Porto de Natal, com as obras ultimamente executadas, "tem melhorado de um modo bem apreciável" (CONTENTE, 1908a, p. 1). O trabalho de progresso, modernização da cidade, passava pela melhoria do cais, dado que este ligava a capital potiguar a outras cidades do globo e através deste recebia influências estrangeiras.

Conforme Braz Contente (1908a, p. 1) Natal se impunha, não pela energia de seus habitantes, pelo valor de sua riqueza interna, mas pelas condições excepcionais de sua situação geográfica.

Os homens da República fizeram de Natal o cérebro do Estado e o povo do Rio Grande do Norte há de fazer de Natal o empório do seu progresso, o orgulho de nossa terra. Tempo virá em que a cidade mais oriental da América apresentará ao mundo o fanal da civilização brasileira (CONTENTE, 1908a, p. 1).

Todavia, entraves dificultavam as ações portuárias. O *Jornal do Comércio* veiculava o brado do alto custo do frete e seguros arrecadados pelas companhias européias no Porto de Natal. Comparava o referido ao de Recife e acentuava a facilidade de acesso de vapores ao cais, decorrente da vastidão do ancoradouro, concluindo que a manutenção do Porto norte-riograndense era mais barata. O jornal *A República* anunciava os vapores que chegariam à capital e a Sociedade Lloyd Brasileiro encarregava-se de comercializar a passagem de interessados em viajar nos paquetes (VAPORES..., 1908, p. 3).

Os bairros da Cidade Alta e da Ribeira transformavam-se e traduziam as feições das cidades avançadas. No início do século XX o bairro da Ribeira e o da Cidade Alta eram “espaços de convivência da sociedade” (MORAIS, M., 2003, p. 26).

Cascudo (1999, p. 234) ressalva a rivalidade existente entre os habitantes dos bairros da Ribeira e da Cidade Alta. De acordo com o historiador os habitantes da Ribeira eram conhecidos por Canguleiros e os moradores da Cidade Alta como Xarias. Estas alcunhas provêm do gosto gastronômico dos habitantes dos dois bairros mais representativos da capital potiguar no início do século passado. Xaréus e cangulo eram pescados abundantes na marginal do Potengi.

Além de reunir as repartições públicas, as casas comerciais mais importantes da época, o bairro da Ribeira era habitado por respeitáveis vultos intelectuais e políticos. Habitavam as adjacências Severino Bezerra de Melo, Nestor dos Santos Lima e Stella Vésper Gonçalves, professores, assim como Alberto de Albuquerque Maranhão, Joaquim Ferreira Chaves, estadistas.

Isabel Gondim refere-se ao bairro no qual se dedicou à educação:

Incerto olhar de tristeza
 Volvi saudosa à Ribeira
 Por vê-la das ondas mansas
 Emergindo prazenteira
 (MORAIS, M., 2003, p. 26)

Em conformidade com Isabel Gondim, educadores como Clementino Câmara, Alexandre Brandão, Alarico Lustosa, Dioclécio Dantas Duarte, Nicholas Charles Dumaresq, Maria e Áurea Magalhães, Mena de Andrade Melo e Tomaz Babini ofereciam seus serviços de educação ou abrigavam em suas casas escolas particulares neste bairro.

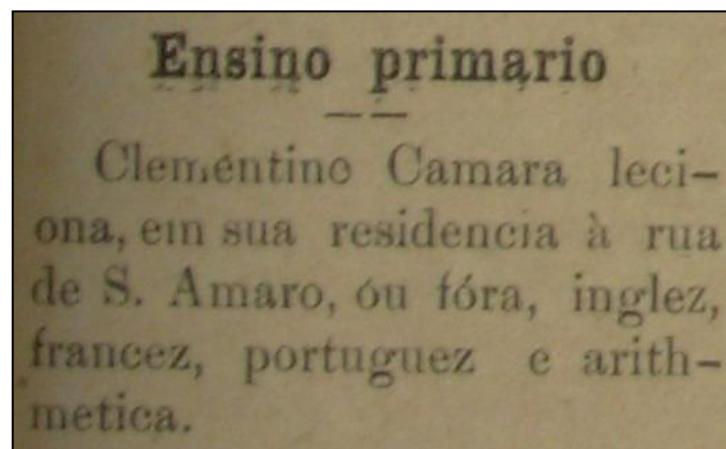


Figura 04 - Anúncio de aulas particulares ([ENSINO...]. 1908, p. 3).
 Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)



Figura 05 - Anúncio de aula de música e luteria ([PROFESSOR...], 1908, p. 3).
 Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)

No centro cultural e urbano da cidade eram construídas edificações majestosas, uma vez que estas materializavam a modernidade, a ordem, o progresso e o controle social, ideais difundidos pelo regime republicano. Antes do advento da República:

Natal era então uma cidadezinha de edificações pobríssima, conquanto suas casas não fossem cobertas de palha, segundo afirmavam *descobridores*, que lá iam arranjar, da legendária caridade dos examinadores indígenas, certificados que permitissem a sua imensa ignorância violar as portas das Academias (RIO..., 1911, p. 2).

No livro *Cenários Norte-Riograndenses* (1923), escrito em comemoração ao centenário da independência política do Estado do Rio Grande do Norte, Anfilóquio Câmara delineia os aspectos político, econômico e físico da capital potiguar. Apresenta o seguinte registro as transformações na urbe natalense:

Toda a cidade é servida por largas avenidas e ruas bem arborizadas, jardins encantadores, calçamento regular, canalização e o abastecimento de água potável a todas as casas, com telefones, cafés, casas de diversões, bibliotecas, estabelecimento balneário, na praia de Areia Preta, associações de toda ordem, inclusive recreativas, como o *Natal-Club* que constitui uma tradição da sociedade natalense, – é uma cidade que vai em progresso crescente, oferecendo aos seus habitantes toda a sorte de conforto. (CÂMARA, Anfilóquio, 1923, p. 31).

Neste ensaio percebemos o desenho de uma cidade que se pretendia moderna. “Que imagens do porvir já não evocam” (BENJAMIN, 1989, p. 84) estas representações da cidade de Natal. O desenvolvimento material da capital potiguar era acompanhado por progressos intelectuais. As agremiações, os clubes, as bibliotecas, as praças estavam cada vez mais presentes na sociedade, tinham a finalidade de incutir novos códigos, de civilizar os cidadãos. No *Natal-Club* aconteciam encontros de grêmios literários, apresentações artísticas como da Trupe J. Viana, noticiada em 13 de outubro de 1908:

Realizou-se no domingo último o espetáculo da *troupe* J. Viana [...] O espetáculo foi honrado com a presença do Exmo. Governador do Estado e

sua Exma. família. No camarote n.15 achava-se a comissão do grêmio ‘Augusto Severo’ comparecendo, igualmente, as do Atheneu e do Grupo Escolar ([TROUPE...], 1908, p. 1).

A concepção de modernidade perpassa por novos costumes culturais e uma infinidade de experiências que se oferecem. A ida ao *Natal-Club*, ao teatro, circunscrevem-se na prática destas atitudes de valorização da civilização. Ao investigar o processo civilizador, pelo qual passou a sociedade ocidental, tendo por esteio a sociogênese do Estado, Elias (1994, p. 16) detém-se aos conceitos de “civilização” e de “cultura”. O sociólogo assevera que “a estrutura do comportamento civilizado está estreitamente inter-relacionada com a organização das sociedades ocidentais sob forma de Estados”. A sociedade brasileira passa no entre séculos XIX e XX por esta formação do Estado nacional e, para isso, utiliza-se dos mecanismos necessários a este intento.



Figura 06 - Coreto na Praça Augusto Severo, década de 1920.
Fonte: *380 anos de história foto-grafia da cidade de Natal (1599-1979)*.

As atrações do Teatro Carlos Gomes faziam parte do cotidiano dos indivíduos. A *Grande Companhia Raymond*, oferecia diversificados números de mágica, humor, fantasia e cultura em seus espetáculos. Apresentações de música irlandesa e inglesa eram acompanhadas de orquestras. Contava com a maestria de um pianista alemão, Gustave Von Frederick (TEATRO..., 1908, p. 3). A *Ferro Carril*, empresa que administrava o transporte na capital,

disponibilizava “bondes para a Cidade Alta após os espetáculos na maior casa de cultura da cidade” (PALCOS..., 1908, p. 1).

O Royal Cinema exibia as produções cinematográficas em Natal. O cassino Polytheama, situado à Praça Augusto Severo, projetava filmes para diversão da sociedade. Esta casa de eventos, inaugurada em 1911, dispunha de três salões e era administrado pelos Senhores Gurgel e Paiva (PALCOS..., 1911a, p. 1).

No campo intelectual, afloram associações, agremiações que promovem eventos desta natureza. A Conferência no Instituto Histórico e Geográfico, proferida pelo Diretor do Ateneu Alfredo de Souza Barros é um exemplo deste tipo de evento. A conferência pública lembrava o aniversário de morte de Augusto Comte (CONFERÊNCIA..., 1908, p. 1).

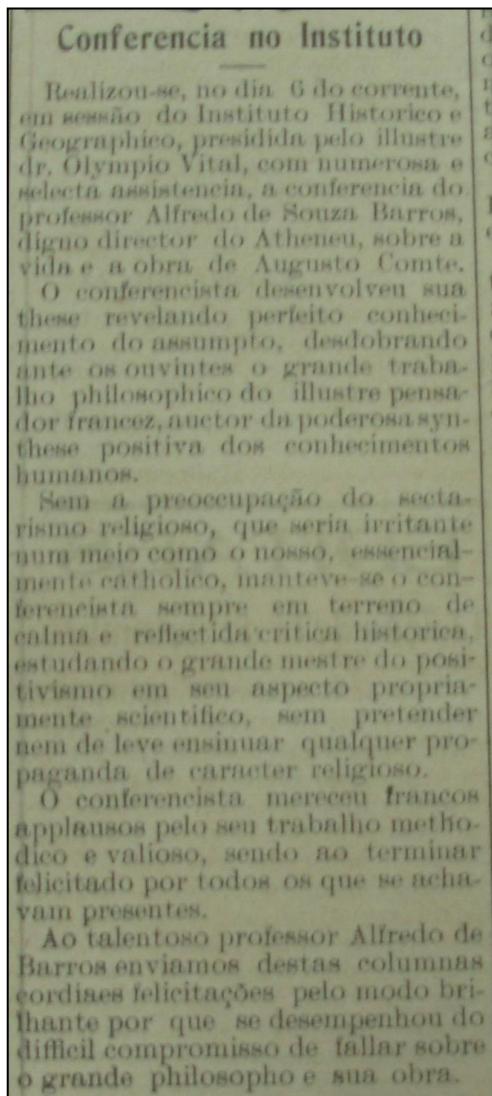


Figura 07 - Conferência no Instituto Histórico sobre Augusto Comte (CONFERÊNCIA..., 1908, p. 1).
Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)

Neste contexto, as condutas eram construídas a partir das vivências sociais, como também a educação escolarizada passa a ter a função de difundir estes ideais. Os costumes cariocas eram apreciados. Morais, M. (2002) considera o Rio de Janeiro oitocentista a “vitrine da civilização”. Na capital política, econômica e cultural do país “diferentes visões de mundo conviviam e fundiam-se no mesmo espaço social, compondo a sinfonia da cidade e redefinindo padrões de comportamento” (MORAIS, M., 2002, p. 33). Em Natal as condutas eram marcadas pelas relações patriarciais e senhoriais presentes no período colonial. Contudo, os costumes provincianos aos poucos cediam lugar aos códigos cosmopolitas, exigidos pela sociedade burguesa, com seus ideais de individualismo e racionalismo, influência das idéias provenientes do continente europeu.

Conforme Araújo e Moreira (2006, p. 198) a Ribeira “era um bairro representativo por congregar as repartições públicas, o Palácio do Governo, as lojas comerciais, as moradias de famílias de renda alta, além de ser contemplado pelas paisagens do rio Potengi e do mar”. Esta ideia é ratificada por Câmara, Anfilóquio (1923, p. 31):

A Ribeira ou a cidade Baixa é a parte mais comercial, localizando-se nela todo o comércio em grosso. Aí demoram o porto, as repartições dos Correios, dos telégrafos, da Alfândega, do Serviço do Algodão e da Inspetoria de Obras Contra as Secas – esta nas Rocas –, o Teatro, os bancos, a Escola Normal e escolas anexas modelo, a Escola Doméstica, as redações dos jornais, dois jardins públicos, um cinema, os hotéis, as estações das estradas de ferro, os trapiches, uma fábrica de fiação e tecidos, a praticagem e a Inspetoria de Saúde do Porto.

Em 1911, além de edificações públicas e particulares, algumas das quais, como o Teatro Carlos Gomes, inaugurado em 1904, o palacete do Congresso Estadual, o Superior Tribunal de Justiça, a estação da Estrada de Ferro Central, a cidade possuía iluminação pública e particular a acetileno, jardins nos lugares dos matagais e dos pântanos. A cidade dispunha de água tratada e de serviços de saúde pública para o saneamento de bairros o que denota a assepsia pretendida pelo processo de modernização dos espaços citadinos. O princípio da higienização era apregoado na ‘transformação da moderna vida material’ (BERMAN, 1986, p. 87).

A matéria veiculada no *Jornal do Comércio* acentuava a magnitude das edificações públicas e particulares da capital potiguar no início do século XX. Dentre estes prédios figurava o Grupo Escolar Augusto Severo, um dos que “ficariam bem em qualquer cidade

mais rica" (RIO..., 1911, p. 2). Nesta configuração o prédio escolar deveria ser amplo, iluminado e arejado.

Na cidade Alta, na qual habitava a maior parte da população urbana, estavam o Palácio do Governo, o Tesouro, o Conselho Municipal, as repartições da Instrução Pública e da Higiene, o Congresso do Estado, o Quartel Federal, a Delegacia Fiscal, cinemas, o mercado público, o Atheneu, outros colégios, a maior parte das igrejas, o Quartel da Polícia Militar, a Escola de Aprendizes Artífices, dois jardins públicos, a Catedral, a Biblioteca Pública, o Superior Tribunal e o juízo seccional.

Nestas configurações é instalado o Grupo Escolar Augusto Severo ao lado do Teatro Carlos Gomes, atual Teatro Alberto Maranhão, e defronte à Praça Augusto Severo. Posteriormente, foi construída a Escola Doméstica de Natal, uma instituição pioneira em educação feminina na América Latina, idealizada por Henrique Castriciano e inaugurada em 1914.



Figura 08 - Grupo Escolar Augusto Severo, década de 1910.
Fonte: *380 anos de história foto-grafia da cidade de Natal (1599 - 1979)*.

O Grupo Escolar Augusto Severo, inserido nestas configurações, destinava seu fazer pedagógico a esta sociedade em vias de desenvolvimento material, cultural e urbano. Logo em seguida foi criado o Grupo Escolar Frei Miguelinho, Decreto n. 277 -B- de 28 de novembro de 1912, inaugurado em 1913, no bairro do Alecrim.



Figura 09 - Ilustração da matéria A Data da República, veiculada em *A República*, Natal, 1911.
Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN).

As necessidades de fazer parte da sociedade escrituralista, tal qual coloca Certeau (1994), e de leitores se impõem e criam uma demanda por escolarização. Jornais, ofícios, atas, cadernos, assinaturas, evidenciam a importância do registro e da leitura no meio social norte-rio-grandense do início do século passado. A escola primária passa por reformas que a ajustam às finalidades educativas do período.

2.3 - As Reformas do Ensino no Rio Grande do Norte

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela tentativa de organização do Ensino Primário no Rio Grande do Norte. Desde o governo de Augusto Tavares de Lyra (1904-1906)³, o ensino público do Estado recebia atenção. Em 1906 o então Diretor do Atheneu Norte-Rio-Grandense Francisco Pinto de Abreu, em seu relatório anual apresentado ao Governador do Estado do Rio Grande do Norte, apontava a situação em que se encontrava o ensino público. Especialmente, a instrução primária, onde as poucas escolas existentes encontravam-se desprovidas de material, não satisfazendo às necessidades da população, se destruindo pela falta de estímulos do magistério mal remunerado e desprotegido, assim como pelo relaxamento da fiscalização. Para este Diretor era um dever urgente a Reforma do Ensino Primário, já que a instrução primária a seu ver era “indispensável a todas as classes sociais; é a base necessária à secundária, como esta ao ensino superior. E ela é quem habilita o bem viver, ao desempenho das funções de cidadão, por modesto que seja seu posto no largo campo de concorrência vital” (RIO GRANDE DO NORTE, 1906).

No referido relatório o Diretor do Atheneu apresentava uma proposta de reforma, que posteriormente ficou conhecida como Reforma Pinto de Abreu, pretendendo formar cidadãos aptos para lidarem com as novas formas de trabalho exigidas pela sociedade republicana que começava a se articular. Essa reforma tinha por objetivo preparar os cidadãos para a nova fase de reconstrução econômica prometida pelas associações progressistas e pelo governo. O professor acentuava:

Na grande luta moderna, só a instrução elementar pode diminuir o número dos miseráveis, dos fracos, engendrando novas armas de trabalho. O povo precisa saber ler, para utilizar seu esforço, provendo com facilidade a substância, produzindo muito mais e melhor (RIO GRANDE DO NORTE, 1906).

³ Augusto Tavares de Lyra (1872-1958) assumiu politicamente os cargos de Governador do Estado do Rio Grande do Norte, Deputado Federal, Senador Federal, assim como foi Ministro da Justiça e Negócios Interiores, na Presidência de Afonso Pena, Ministro da Viação e Obras Públicas, na Presidência de Venceslau Brás. Além disso, foi Advogado, professor e como escritor publicou diversos trabalhos dentre estes *História do Rio Grande do Norte* (MORAIS, 2000a, p. 26-27).

O relator do ensino público assinalava para a necessidade da instrução primária que seria orientada por um sistema racional e prático, para se assimilar os preceitos novos da arte. Propunha ao país aparelhar-se para a luta da concorrência industrial com outros países ou, ao contrário, perder espaço para as grandes nações. Pela instrução se atingiria os estágios mais elevados da civilização, entendendo-se que a falta de instrução do povo era a causa da distância existente entre o Brasil e as demais nações civilizadas. Morais, M. (2002, p. 36) já apontava essa necessidade no século XIX, ao assinalar que “os discursos sobre a instrução eram a tônica da sociedade. Instrução significando, portanto, a aquisição de conhecimentos, de saber, de erudição”.

A palavra de ordem seria ganhar autonomia para exercer a missão democrática no Brasil republicano, visando alcançar o ideário de formação de um cidadão apto ao trabalho capitalista e para participar da vida pública, para lidar com o governo, além do mais, exercer de forma consciente o direito à liberdade.

Que é do alicerce para o grande edifício político, o apóio indispensável para as custosas construções da Moral e do Direito? Relativamente ao Brasil Republicano: como nos desempenharemos da missão democrática, se nos faltarem as luzes, o adestramento para o manejo do aparelho governativo, no exercício consciente do sagrado direito da liberdade? (RIO GRANDE DO NORTE, 1906).

A difusão do ensino devia ser responsabilidade da União, do Estado e do Município, sem restrição de competência legal de nenhum deles, já que o ensino é incumbência dos poderes públicos.

O professor Pinto de Abreu já apresentava certa preocupação com os professores, especialmente com sua formação, como fica claro no seguinte trecho do relatório elaborado por ele:

Urge providenciar sobre o preparo dos mestres, garantindo-lhes vencimentos compensadores; definir a competência municipal nessa matéria; rever os regulamentos para simplificar os programas e adotá-los às nossas condições de vida; reformar o sistema defeituoso de inspeção; restabelecer o fundo escolar, escriturado especialmente no tesouro, sabiamente previsto por uma lei de 1892, com a contribuição forçada de todos os municípios, incumbindo-se no Estado da construção de escolas e custeio do Instituto Profissional (RIO GRANDE DO NORTE, 1906).

Em sua visão, a função do mestre deveria ser privilegiada através da garantia do seu bem-estar no exercício da nobre missão social de ensinar. Para ele, o professor deveria ser tão respeitado “como o vigário da freguesia, por ser um órgão indispensável de civilização” (RIO GRANDE DO NORTE, 1906). Sendo os poderes municipais os responsáveis pelos docentes, através dos quais se alcançariam a moral, o direito e a política que honrasse e felicitasse o povo.

Em mensagem lida em 1º de novembro de 1907, o Governador do Estado Antônio José de Melo e Souza (1907-1908)⁴, acentua os desafios a serem enfrentados pela Reforma do Ensino proposta por Francisco de Abreu:

Sem dúvida, a reforma da instrução primária não é daquelas que as simples leis e regulamentos podem fazer, se é que alguma haverá dessa natureza; porque além dos recursos materiais indispensáveis e que certamente as leis não geram, deve existir, desenvolvida e esclarecida, a consciência do dever, tanto por parte dos mestres, como daqueles a quem incumbe a direção e a fiscalização do serviço.

O estadista assinala o papel imprescindível dos sujeitos envolvidos na reforma que vinha sendo gestada e seria votada dali a poucos dias. O Congresso Legislativo votou a Lei n. 249, de 22 de novembro de 1907, que autorizou o governo “a reformar a instrução pública, dando especificamente ao ensino primário moldes mais amplos e garantidores de sua proficuidade” (RIO GRANDE DO NORTE, 1907, p. 5).

O administrador Antônio de Souza havia destinado certo valor “à edificação de um prédio destinado ao primeiro grupo escolar da capital” (RIO GRANDE DO NORTE, 1907, p. 5). A autorização da construção de um edifício moderno para fazer parte do programa urbano-cultural de edificações modernas da cidade do Natal foi uma medida anterior à sua administração. As plantas e o orçamento da obra já haviam sido organizados por ordem do Governador que o antecedeu, o Exmo. Dr. Tavares de Lyra o qual havia contratado o arquiteto Herculano Ramos. O prédio do Augusto Severo estaria concluído em 31 de dezembro de 1907 e seria inaugurado em janeiro seguinte (RIO GRANDE DO NORTE, 1907).

⁴ Antônio José de Melo e Souza (1867-1955) foi Governador do Estado do Rio Grande do Norte no primeiro mandato de 1907 a 1908; no segundo mandato de 1920 a 1923. Escreveu com o pseudônimo de Polycarpo Feitosa livros como: *Gizinha, Flor do Sertão, Dois Recifes, Os Moluscos* (MORAIS, M., 2003, p. 35).

Com a autorização da Reforma do Ensino, essa edificação foi destinada ao primeiro Grupo Escolar de Natal e iniciador do gênero a se estabelecer no Rio Grande do Norte, nos moldes das instituições graduadas criadas no Estado de São Paulo. Conforme Souza (1998b, p. 28) a escola primária no Estado de São Paulo adquiriu uma finalidade cívica, moral e instrumental. Era preciso fundar uma escola identificada com os avanços do século, uma escola renovada nos métodos, nos processos de ensino, nos programas, na organização didático-pedagógica; enfim, uma escola moderna em substituição à arcaica e precária Escola de Primeiras Letras existentes no Império. A Lei do Ensino Primário, de 15 de outubro de 1927, assevera que “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias” (BRASIL, 1827, p. 71).

Pelo Decreto n. 174, de 05 de Março de 1908 foi criado o Grupo Escolar Augusto Severo⁵, instalado no bairro da Ribeira, “abrangendo pelo menos duas cadeiras de ensino primário mantidas pelo Estado” (RIO GRANDE DO NORTE, 1909a). Este decreto autorizava também o regulamento para a regência deste estabelecimento. Uma das primeiras medidas da Reforma do Ensino de 1907 foi a instalação desta instituição primária.

A administração de Alberto Maranhão (1908-1913)⁶ seguiu promovendo várias mudanças no Ensino Primário, criando pelo Decreto n. 178 de 29 de abril de 1908 os Grupos Escolares e as Escolas Mistas em outros municípios e reabrindo pelo mesmo decreto a Escola Normal de Natal para o preparo de professores de ambos os sexos. A formação no magistério tinha por finalidade suprir o Estado com profissionais de educação qualificados segundo suas exigências, isto é, formar os novos mestres de maneira racional “consoante a orientação da moderna Pedagogia” para que a reforma obtivesse o êxito esperado. O referido decreto restabelecia também a Diretoria Geral da Instrução Pública, extinta em 1900, a fim de fiscalizar o ensino. Estas medidas tinham por finalidade a reorganização da Instrução Pública para adaptá-las as novas condições sociais e interesses do povo no governo republicano (RIO GRANDE DO NORTE, 1908, p. 46).

⁵ O prédio onde funcionou o Grupo Escolar Augusto Severo foi doado pelo Governo a então futura sede da Faculdade de Direito. Funcionou, ainda, a Secretaria Geral de Polícia Civil. Atualmente há um projeto de reforma das instalações e, posteriormente, o prédio será destinado a acolher a Escola de Dança do Teatro Alberto Maranhão (EDTAM).

⁶ Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (1872-1944) foi governador do Estado do Rio Grande do Norte em dois mandatos, o primeiro de 1900 a 1904 e o segundo de 1908 a 1913 (MOREIRA, A., 2005, p. 30), e líder do Partido Republicano após a morte de seu irmão Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1892-1895) (OLIVEIRA, G., 1999, p. 90).

Entretanto, a Reforma do Ensino Primário suscitava discussões diversas entre os potiguares. O jornal *Diário do Natal*, em 7 de junho de 1908, alertava ao Governador do Estado que *Sempre é tempo de emendar o erro*:

Mas, porque os métodos modernos de ensino sejam preferidos aos antigos, porque as nossas escolas no interior estivessem desprovidas do material escolar preciso, porque os professores tivessem poucas habilitações para o ensino, segue-se fechar estas escolas até que pudéssemos ter as modernas, regidas por professores competentes, habilitados de acordo com os preceitos da moderna pedagogia? Certamente que não, porque antes pouco do que nada. Os nossos professores, mesmo os mais atrasados, sempre ensinam a ler e escrever uma carta, embora mal, e a fazer as quatro operações fundamentais da aritmética. O homem do centro, o rústico pobre que consegue essa instrução para seus filhos, dá-se por satisfeito (SEMPRE..., 1908, p. 1).

A matéria reconhece a situação em que se encontrava o ensino norte-rio-grandense com escolas carentes de materiais, a incompetência e “a falta de habilitações dos professores”, mas considerava um ato “extravagante, impensado, desastrado” a supressão de todas as cadeiras públicas de instrução primária, uma vez que:

Para o estabelecimento de um único grupo escolar nesta capital o governo lutou com dificuldades não pequenas. Primeiramente com a construção do prédio, que com os móveis e material escolar necessários, deve andar por sessenta e muitos a setenta contos, o que para as forças do nosso orçamento já é objeto; em segundo lugar para arranjar o pessoal docente preciso, sendo obrigado a mandar contratar no Rio de Janeiro um professor competente para dirigir o grupo e chamar para professoras e adjuntas as poucas moças que, com algumas habilitações para o ensino, estavam prestando-nos aqui bons serviços no magistério particular (SEMPRE..., 1908, p. 1).

O colunista do *Diário do Natal* temia o insucesso da reorganização do ensino, por ser dispendiosa. Reclamava a insuficiência das vagas que mal atendiam a demanda de crianças na capital, quiçá, no interior, bem como as demoras dos efeitos desta nova configuração educativa:

Assim, só depois de construídos os prédios e de haver alunos mestres titulados pela Escola Normal, que vem abrir-se, para professores, poderá o governo ir estabelecendo esses grupos e escolas, daqui há uns quatro ou cinco anos se a coisa na cair no esquecimento, como pode acontecer com todas estas reformas radicais (SEMPRE..., 1908, p. 1).

Segundo a matéria a população ficaria privada de escolarização, nos moldes antigos e novos, por pelo menos quatro anos. O colunista sugere ter o Governador como único interlocutor:

Reflita o Dr. Alberto Maranhão atenda para as condições do Estado e se convencerá que a transformação do nosso ensino; que todos nós reconhecemos necessária, não pode ser obra de um dia, demanda tempo, de muito trabalho e força de vontade, e só pode ser feita por partes [...] Sempre é tempo de emendar o erro (SEMPRE..., 1908, p. 1).

A 11 de junho de 1908, os redatores do jornal *Diário do Natal* assinalavam que o ilustre professor Ezequiel Benigno de Vasconcellos Júnior, digno diretor do Grupo Escolar Augusto Severo, “distingui-nos com um convite para assistirmos a solenidade de inauguração do grupo escolar que terá lugar amanhã, a uma hora da tarde, comemoração ao 91º aniversário do sacrifício do grande patriota norte-rio-grandense Frei Miguelinho” (GRUPO..., 1908d, p. 1). Além de noticiar a solenidade, o diário apresentava o programa da festividade revestida de caráter cívico-patriótico.

A inauguração do Grupo Escolar Augusto Severo se deu a 12 de junho de 1908 em Natal. A data da inauguração deste estabelecimento de ensino representava um importante acontecimento para a história da República no Brasil e no Nordeste por corresponder ao aniversário da morte de Miguel Joaquim de Almeida Castro, Frei Miguelinho, considerado herói e mártir do movimento republicano de 1817 (ARAUJÓ; MOREIRA, 2006, p. 198).

A solenidade de abertura do primeiro Grupo Escolar norte-rio-grandense foi uma grande festa cívica. Com a entoação de hinos pátrios, pela Orquestra H. Engelmann, a presença do Governador do Estado Alberto Maranhão, ao qual coube a abertura da sessão inaugural, a alocução do Diretor Geral da Instrução Pública, Francisco Pinto de Abreu, do diretor da instituição, assim como da professora Evangelina Ramos, a recitação de poesias por alunos e alunas e apresentação de ginástica pelas alunas. Esta festividade foi lembrada pela revista *Pedagogium*, em sua primeira edição, em 1921, que assinalava: “a 12 de junho,

inaugurou-se o Grupo Escolar Augusto Severo dirigido pelo inolvidável professor carioca, Ezequiel Benigno de Vasconcellos Junior” (PEDAGOGIUM, 1921).

O funcionamento do Augusto Severo aconteceu, inicialmente, com três escolas, uma infantil mista, uma elementar masculina e outra elementar feminina, tendo cada uma delas um professor e dois adjuntos. A direção da instituição escolar primária criada no Rio Grande do Norte, logo foi confiada ao professor Ezequiel Benigno de Vasconcelos, também diretor da Escola Normal, recém reaberta. De acordo com Araújo e Moreira (2006, p. 197) o professor foi “especialmente convidado para dirigir as duas instituições devido à sua longa experiência educacional inovadora na capital do país”, a época o Rio de Janeiro. A contratação dos serviços de profissionais de educação de estados como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro era um fato reconhecido em outros estados do país naquele contexto. O contrato do primeiro diretor terminou em maio de 1909, quando Nestor dos Santos Lima, então professor da Escola Normal de Natal, foi designado para dirigi-lo provisoriamente, autorizado pelo art. 3 do Decreto n. 198 de maio de 1909. Em 1º de julho o Diretor Geral da Instrução Pública, Francisco Pinto de Abreu, reassume a direção do Grupo, por força do decreto acima, no qual permaneceu até 1910 (LIMA, 1911j, p. 3).

Em 3 de novembro de 1908, em mensagem veiculada no jornal *A República*, Alberto Maranhão apresentava suas impressões sobre o ensino em administrações anteriores à sua:

O que se lê em todas as mensagens dos meus ilustres antecessores com referência à nossa instrução primária. Serviço de grande utilidade pública fundamental, o ensino das primeiras letras era lamentavelmente descurado; e, nos relatórios do ilustrado Diretor da Instrução, têm figurado sempre os dados reveladores da sua quase inexistência em todo o Estado, pela falta de preparo e estímulo de um professorado sem remuneração suficiente e completamente estranho aos modernos métodos da instrução infantil (INSTRUÇÃO..., 1908, p. 2).

Ressaltava a situação em que se encontrava o professorado pago com recursos estaduais, a necessidade da formação de mestres e da construção de edifícios adequados ao ensino das crianças. A modificação do método de ensino era um dos problemas flagrantes. Todavia, o estadista era cônscio de que aquelas eram as medidas iniciais para a solução das dificuldades da instrução pública:

Começo a reforma da instrução pública no Estado, que será completada, quando convertido em lei o projeto que ora se discute no Senado Federal, forem regulamentadas as bases que deverão determinar o acordo entre a União e os Estados para a difusão eficaz e necessária da instrução em todo o território da República. Só então poderemos remodelar todo o serviço, dando-lhe uma forma definitiva (INSTRUÇÃO..., 1908, p. 2).

No Rio Grande do Norte a Reforma do Ensino Primário, idealizada por Pinto de Abreu, defendeu a ampliação da educação renovada que seria efetivada pela institucionalização de uma rede de Grupos Escolares para permitir às crianças o exercício da aquisição da cultura letrada. Lima (1911j, p. 3) destaca que a atuação de Pinto de Abreu teve por principais medidas: “a organização do ensino graduado, introduzindo notáveis melhoramentos no que se refere à técnica metodológica e dedicando-lhe muito cuidado e interesse, como já o havia feito, no período de sua organização”. Os ideais de reforma concebidos pelo professor Pinto de Abreu, conhecido como o Pestalozzi Potiguar, foram as bases do ensino norte-rio-grandense até 1916, quando do novo aperfeiçoamento administrativo e pedagógico da educação.

Os efeitos “proveitosos” que a Reforma do Ensino de 1908 proporcionou na capital e no interior, mais uma vez eram ressaltados por Alberto Maranhão, desta vez em mensagem proferida ao Congresso Legislativo no ano de 1909:

Funciona proveitosamente o grupo modelo, com freqüência extraordinária de duzentos alunos, em cujas classes praticam os futuros mestres [...] Os Grupos Escolares perfeitamente instalados nos municípios de Natal, Mossoró, Caicó, Acari, Martins, São José, Caraúbas e Serra Negra, ministram ensino a novecentas crianças, pelos processos mais adiantados (RIO GRANDE DO NORTE, 1909e).

Muitos municípios estavam concluindo a construção dos edifícios escolares. Neste mesmo ano, já funcionavam sete Grupos Escolares nos quais deveriam ser ministradas aulas nos processos mais adiantados de ensino. Esses Grupos Escolares foram sucessivamente criados por uma série de atos administrativos, eram eles: “30 de Setembro”, na cidade de Mossoró; “Senador Guerra”, em Caicó; “Thomaz de Araújo”, edificado em Acari; “Antônio Carlos”, no município Caraúbas; “Almino Afonso”, instalado em Martins; “Coronel Mariz”, na vila de Serra Negra; “Barão de Mipibú”, em São José. No ano seguinte foram criados os

Grupos Escolares “Moreira Brandão”, na vila de Goianinha; “Fabrício Maranhão”, na vila de Pedro Velho; “Antônio Azevedo”, na cidade de Jardim do Seridó; “Nísia Floresta”, na vila de Papari; “Joaquim Correia”, na vila de Pau dos Ferros, sendo no final deste ano um total de doze no Estado, funcionando dez regularmente, ministrando instrução primária por métodos modernos. Até 1917, foram criados vinte e seis Grupos Escolares, sendo o Grupo Escolar Augusto Severo, em Natal, no bairro da Ribeira, e os demais nas cidades e vilas do Estado.

Além do acesso à educação ao maior número de pessoas, a reforma idealizada por Pinto de Abreu e empreendida por Alberto Maranhão procurava também prezar pela qualidade desse ensino. Dessa forma, para exercer a profissão docente se fazia necessária essa titulação formal, exigindo a formação profissional do Ensino Primário através do curso oferecido pela Escola Normal de Natal, com estágio no Grupo Escolar Modelo Augusto Severo.

Esse estabelecimento de ensino passou, em 1909, por ordem do Decreto de n. 198 de 10 de maio, à Escola Modelo para o ensino público elementar e a ser o local onde se daria a prática dos alunos formados pela Escola Normal de Natal. Ainda em 1909 estavam sendo preparados pela Escola Normal de Natal os profissionais que iriam substituir os diretores e mestres contratados para a instrução primária. A partir da reforma do ensino, em 1908, os professores das instituições primárias eram contratados anualmente (RIO GRANDE DO NORTE, 1909b, p. 47). Estes podiam ser diplomados pelo Curso Secundário, ministrado no Ateneu Norte-rio-grandense, ter experiência no magistério, ou na falta de profissionais que atendessem a estes critérios, serem selecionados entre os alunos mais distintos da Escola Normal (RIO GRANDE DO NORTE, 1909f).

O primeiro regimento do Grupo Escolar Augusto Severo data de 1º de julho de 1909. Neste documento, referência para a organização das demais instituições primárias estaduais, está disposto o plano de ensino adotado no Grupo Escolar Modelo, o qual consta de educação intelectual, moral e cívica, física, ministrada neste estabelecimento. Versa sobre o tempo letivo, a matrícula e a frequência, assim como a forma de disciplinar os alunos. Trata de aspectos concernentes ao corpo docente, a diretoria do grupo, ao material e livro didático.

Até aquele momento tinham sido lançadas as bases da reforma integral de toda a instrução primária remodelando o aparelho administrativo do ensino público. A Reforma da InSTRUÇÃO PÚBLICA no Estado foi sancionada pela Lei n. 284, de 30 de novembro de 1909, que acrescentou medidas obrigatórias para o ensino, tais como a titulação de professores pela Escola Normal de Natal e a divisão dos Grupos Escolares por classe. Nesta organização, o Grupo Escolar Augusto Severo era considerado de primeira categoria, já que os grupos

situados na capital tinham essa denominação. De segunda classe eram tidos os das outras cidades. Os estabelecimentos primários que funcionavam nas vilas eram de terceira e os das povoações de quarta classe.

O Governador, em mensagem de 1910, volta-se à reforma do ensino iniciada sob sua administração e ressalta:

Foram criados doze grupos escolares, dez dos quais funcionam regularmente. Desta arte recebem instrução primária, pelos métodos modernos mais de mil crianças, graças à solicitude com que as Intendências municipais e o Povo em geral têm correspondido ao apelo do Governo (RIO GRANDE DO NORTE, 1910d).

No entanto, o político concorda que: “o sucesso da reforma depende principalmente da preparação pedagógica dos novos mestres”. Para tanto, expede o Decreto de n.214, de 26 de janeiro de 1910, o qual distribui em quatro anos o Ensino Normal (RIO GRANDE DO NORTE, 1910a, p. 57). Posteriormente, o Decreto n. 233, de 29 de setembro do mesmo ano, que providencia sobre as provas de capacidade dos normalistas.

Em 1911, o Grupo Escolar da capital encontrava-se em uma fase definitiva, sendo empossados os professores efetivos das seis classes dos três cursos que por ali funcionavam. As etapas por que tinham passado a instituição primária modelar, foram ressaltadas pelo então diretor do grupo, o educador Nestor dos Santos Lima. Em suas palavras foram três os períodos pelos quais passou o Augusto Severo. Na primeira, os professores eram contratados; na segunda, as classes eram regidas por normalistas designados pelo Governador. E, em 1911, os professores que lecionavam no Grupo Escolar Augusto Severo eram diplomados pela Escola Normal de Natal e efetivos na instituição primária pública natalense (LIMA, 1911j, p. 3).

Nestor Lima afirmou que o Grupo Escolar Augusto Severo era um dos mais importantes órgãos do sistema do ensino primário do estado. O estabelecimento de ensino satisfazia à necessidade urgente da instrução e dava a conhecer a sociedade norte-rio-grandense: “a escola graduada, como chamam os norte americanos”. Em sua visão:

O Grupo Modelo tem por principal destino a experimentação dos métodos, processos e princípios de organização de ensino, a serem aplicados nas

nossas escolas; constitui o modelo de sua organização, como é também um caldo de cultura das naturais propensões ou de negações pronunciadas para a difícil tarefa de educar (LIMA, 1911j, p. 3).

Desde o princípio servia para a aprendizagem prática do magistério para os alunos formandos da Escola Normal da capital potiguar. Em matéria no jornal *A República* intitulada Instrução Pública, o então Governador do Estado Alberto Maranhão assinalava que “o Grupo Escolar Augusto Severo – fundado pelo meu ilustre antecessor serve atualmente de escola à aplicação na qual fazem sua aprendizagem os estudantes da Escola Normal” (INSTRUÇÃO..., 1908, p. 2).

O Código de Ensino, instituído pelo Decreto n.239, de 15 de dezembro de 1910, autorizado pela Lei n. 284, de 30 de novembro de 1909, a fim de organizar a instrução pública; no ano seguinte, pelo de n. 261, 28 de dezembro de 1911; e, ainda, o Decreto n. 359, de 22 de dezembro de 1913, que promulga este documento, na prática não “colimou o fim visado pelo legislador” (RIO GRANDE DO NORTE, 1917a, p. 5).

O início de um novo ano, 1914, sobretudo, de uma nova administração política, inspira os cronistas a conferirem suas opiniões. O ensino é um tema recorrente no momento, dada as experiências pelas quais passava o setor. Os editores são instigados a exprimir reflexões:

A primeira virtude do legislador é conhecer as condições do povo para o qual legisla, a fim de não fazer leis supérfluas ou em desacordo com as necessidades reais do meio onde essas leis vão atuar [...] Em matéria de ensino elementar, sobretudo, o nosso espírito imitador tem acentuado nos últimos tempos pelo fetichismo do grupo escolar, remédio com o qual imaginamos poder curar a chaga do analfabetismo (A MENSAGEM..., 1914, p. 1).

O projeto no qual se inseria a institucionalização da escola pública previa o combate ao analfabetismo. Desse modo, a instrução da população ampliava-se com os Grupos Escolares. Contudo, a demanda de crianças por ensino escolarizado era grande e o brado da insuficiência de instituições para atendê-las continuava:

Não basta, é bem de ver, que exista na sede de um município qualquer um edifício, o mais belo e majestoso da cidade, ostentando no alto da fachada a inscrição ‘Grupo Escolar’, sob o patronato de algum morto ilustre ou mesmo de algum vivo já recomendado à posteridade, para que a população desse município tenha instrução suficiente. Se os professores são idôneos, e os métodos por eles adotados estão de acordo com os preceitos da pedagogia moderna, pode-se afirmar que as crianças – habitando essa ou aquela sede de tal ou qual município estão recebendo o ensino que lhes assegurará na luta pela vida o êxito que é de desejar. Por muito numerosa, entretanto, que seja a população infantil beneficiada pelos Grupos Escolares, ela não representará, talvez, um terço das crianças privadas da mais rudimentar instrução nas vilas e povoados, para não falar das que habitam as fazendas dispersas pelo vasto deserto sertanejo (A MENSAGEM..., 1914, p. 1).

Neste sentido, o editor afirmava que deveria ser de preocupação do Governador combater o analfabetismo, independente das condições de tempo e de lugar. Cogitava a possibilidade da atuação do mestre-escola para construir a sociedade letrada, embora reconhecesse que as finalidades educativas, naquele momento, haviam se expandido:

Não é preciso dizer que o ensino primário terá de ser assim, forçosamente mais ou menos incompleto, conforme for ministrado, aqui ou ali, pelo professor merecidamente diplomado, ou pelo simples mestre-escola exercendo o seu ofício com paciência e vagar, no recinto modesto das suas casas sertanejas, ensinando a meninos humildes o que ele pode ensinar com proveito. Dir-se-á que é muito pouco aprender apenas a ler, escrever e contar no limite das quatro operações aritméticas (A MENSAGEM..., 1914, p. 1).

A educação escolarizada, no período republicano, fundamentava-se na utilidade prática, tinha por finalidade desenvolver um pensamento científico. Os discursos acentuavam este objetivo:

Seria realmente de maiores vantagens para o país que das nossas escolas saíssem os nossos filhos com o necessário preparo para concorrerem na vida prática com os estrangeiros que para aqui afluem, certos de sua superioridade e seguros de uma vitória merecida (A MENSAGEM..., 1914, p. 1).

Em meio aos reclames sobre as mudanças no projeto educativo norte-rio-grandense, tendo em vista os anseios sociais do período, destacam-se idéias favoráveis as inovações postas. Estava em voga a concepção de que “a reforma do ensino é de fato a mais urgente providência para o levantamento moral e prático da humanidade, na hora presente da evolução das raças” (Z.A., 1914, p. 1).

Os atos que permitiam a instrução do povo evidenciavam o intuito de racionalizar a sociedade para construir um tempo inovador nos ideários, nos modos de ser dos indivíduos. O discurso a seguir ratifica este conceito:

A instrução básica, as escolas primárias e profissionais, do tipo sério e rigorosamente científico posto em prática nos Estados Unidos e em alguns países da Europa; e o reconhecimento por parte dos governos e dos povos de cada vez mais vivo se vai formando o anseio coletivo entre os pensadores para um ideal que possa presidir a concórdia mundial da razão e do sentimento, são as chaves de ouro dessa desejada e necessária idade nova que possa permitir a morte de todos os ódios e o império fecundo do Amor e da Justiça (Z.A., 1914, p. 1).

As medidas no campo educativo buscavam fazer da educação um instrumento cada vez mais comprometido com os fins sociais. Sob esta perspectiva, a Lei n. 405 de 29 de novembro de 1916, reorganiza o Ensino Primário, Secundário e Profissional do Estado do Rio Grande do Norte. O código sancionado pelo então desembargador Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920)⁷ pretendia reformar o ensino “dando-lhe meios de maior eficácia, embora sem inovar a orientação que lhe fora estabelecida” (RIO GRANDE DO NORTE, 1917a, p. 6).

De acordo com o comentarista da Lei de Reforma, de 1916, também conhecida como Lei Orgânica, havia sido votada a Lei n.382, de 18 de novembro de 1915, que autorizou “o governo a dar nova organização ao ensino oficial primário, normal e profissional” (RIO GRANDE DO NORTE, 1917a, p. 6). Para este intento o Governador Ferreira Chaves nomeou uma comissão composta por Manoel Dantas, Henrique Castriciano, Antônio de Souza, José Augusto e Moisés Soares para lhe apresentar um projeto de reforma. As bases do referido projeto foram organizadas pelo Diretor da Instrução Pública, Manoel Dantas, que aceitou as

⁷ Joaquim Ferreira Chaves Filho (1852-1937), desembargador e político, foi o primeiro Governador do Rio Grande do Norte eleito pelo povo através do voto aberto. Administrou o Rio Grande do Norte entre os anos de 1914 e 1920. Foi Ministro da Marinha (1920-1921) e Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Brasil (1921-1922). Além da atuação política, era poeta (PINHEIRO, Rosa, 2005, p. 28).

emendas de “conhecimentos pedagógicos” apresentadas pelos ilustres membros. Logo foi ratificado na Lei Orgânica do Ensino, Lei n. 405, que inova ao criar os Conselhos Escolares, instrumentos para organizar e fiscalizar o ensino, em substituição aos delegados escolares.

Por este preceito o ensino no Rio Grande do Norte é leigo em todos os seus graus: primário, secundário e profissional; é regulamentada a forma de criação dos estabelecimentos de ensino os quais deveriam ser construídos obedecendo as regras de higiene das habitações.

Conforme este código o ensino é obrigatório, com vistas o combate ao analfabetismo, de modo racional no que diz respeito aos métodos. Dentre as ações previstas na Lei de Reforma está a criação das Caixas Escolares, órgão ligado a cada Grupo Escolar, que organizaria uma comissão de assistência às crianças carentes do bairro onde se localizavam. Aos infantes que não frequentassem a escola por questões econômicas seriam concedidas doações para a aquisição de roupas e livros. A receita dos Caixas Escolares era uma subvenção do Congresso do Estado, das Intendências Municipais e de outros fundos.

Dessa forma, a sociedade buscava uma educação escolar primária seriada e integral, ao sabor da pedagogia moderna para a construção da consciência social do indivíduo republicano do século XX. Essa iniciativa de educação escolar pública, laica e renovada para a população infantil em idade escolar objetivava modelar o cidadão consciente da sociedade que estava sendo construída.

3.1 - Configurações Organizacionais e Normativas

No início do século XX, era um fato reconhecido a construção de instituições educativas na altura de praças, à época espaços de convivência da sociedade. Em Natal, o Grupo Escolar Augusto Severo foi instalado no largo da Praça Augusto Severo, ao lado do Teatro Carlos Gomes. As instituições educativas eram mais um monumento republicano a ser admirado e a transmitir seus valores. A edificação escolar simbolizava a modernidade, urbanidade e higienização. Por outro lado, assumia a identidade que a consagrou enquanto instituição por meio da disposição do espaço e do tempo, da organização do programa de ensino por cursos, por sua vez, organizados em classes de alunos.



Figura 10 - Fachada do Grupo Escolar Augusto Severo após sua inauguração em 1908.
Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

O edifício no qual foi instalado o Grupo Escolar Augusto Severo (Figura 10) era sumptuoso e embelezava o centro da cidade à época. Neste sentido, a instalação de um estabelecimento educativo nesta localização cumpria a finalidade de instaurar significados culturais e ser mais um símbolo da propaganda da República. A ordem higiênica e moral

definia a localização da escola. De acordo com as determinações higiênicas o edifício escolar deveria ser construído em um lugar elevado, seco, bem arejado. Eram evitados lugares pantanosos e ruas estreitas. No início do século XX, o bairro da Ribeira passou por uma revitalização para torná-lo um lugar salubre. As recomendações quanto à higiene eram cumpridas por meio do prédio que era pintado com cores neutras, tendo a azul ou verde primazia entre as cores indicadas pela Diretoria Geral de InSTRUÇÃO PÚBLICA. Conforme o Código de Ensino, os edifícios escolares deveriam ser elegantes, modestos, bem arejados e iluminados pelo sol, teriam salas de aula para quarenta alunos, no máximo, sob forma retangular, medindo, pelo menos, seis metros de largura por sete de comprimento (RIO GRANDE DO NORTE, 1913, p. 107).

O prédio do Grupo Escolar Augusto Severo era composto por três salas de aula, um vestíbulo e duas áreas de circulação. O vestíbulo era o salão no qual realizavam-se as reuniões do Conselho de InSTRUÇÃO PÚBLICA, as solenidades da escola e as recepções aos alunos e às autoridades. Desde sua implantação a instituição dispunha de água, luz elétrica e linha telefônica. Os compartimentos do edifício estavam dispostos de maneira a comunicar-se entre si por meio de portas. Isto propiciau também o controle e vigilância das atividades em cada uma das salas de aula. Os recintos tinham janelas para arejar o ambiente e acesso ao jardim.

A porta principal representava a hierarquia presente na escola. Era destinada ao diretor da instituição, professores e visitantes. Os alunos só poderiam entrar por esta via durante as solenidades. Em dias letivos comuns, as crianças entravam pelos dois acessos laterais existentes no edifício. As meninas entravam pela porta da esquerda e os meninos ingressavam pela direita. Esta definição de espaços dificultava as relações dos sujeitos de um sexo com os de outro e contribuía para a significação dos papéis e das performances sociais de meninos e meninas. Ao lado das entradas havia estátuas em bronze, um menino e uma menina com livros à mão, que sinalizavam o acesso dos alunos às salas de aula e a sabedoria por meio da escolarização. Ela absorvia na leitura. Ele, não menos compenetrado, apresenta-se com a pena à mão no ato de escrever. Aos seus pés, livros empilhados acenam para uma educação enciclopédica. Eles explicitam a leitura e escrita, bases da instrução, mas também educam de maneira simbólica quanto à generificação de espaços.

Na fotografia (Figura 11), a seguir, estão: ao centro, Nestor dos Santos Lima, diretor da Escola Normal de Natal, os professores, uma professora e uma turma de alunos-mestres e alunas-mestras da Escola Normal de Natal, na década de 1920. Estão distribuídos de forma hierárquica na entrada esquerda da instituição escolar, destinada, também, às alunas do Curso Normal. Após o corpo docente da instituição de formação profissional estão as alunas,

seguidas pelos alunos do estabelecimento. Em destaque, a escultura feminina decora e é um signo conformador dos papéis sexuais das meninas do Grupo Escolar Modelo e das moças da Escola Normal de Natal. A segunda ilustração (Figura 12) é um registro fotográfico mais recente. Mostra a referida entrada e a ausência da obra de arte francesa.



Figura 11 - Turma da Escola Normal, década de 1920.
Fonte: Aquino (2007, p. 76).

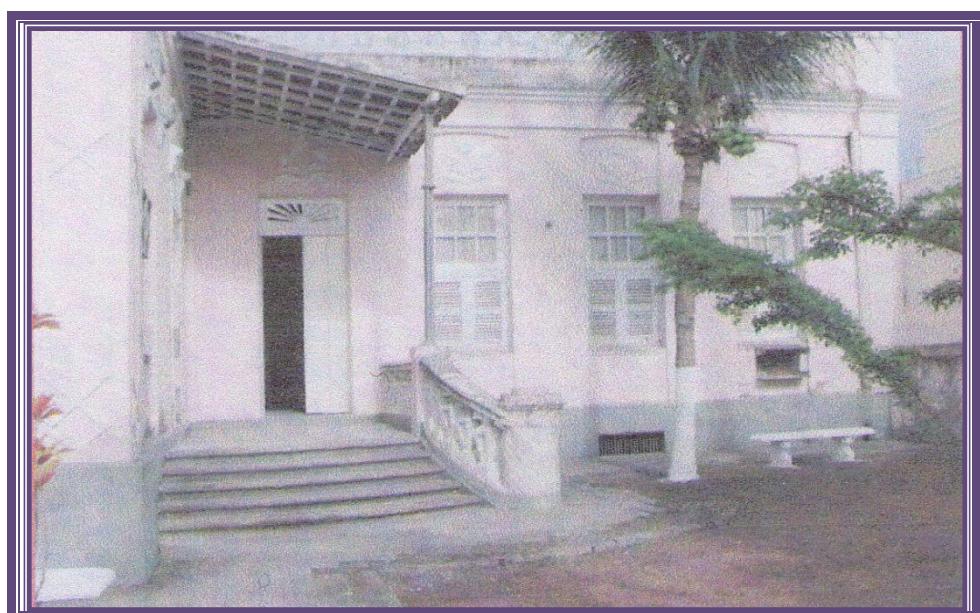


Figura 12 - Entrada das meninas no Grupo Escolar Modelo Augusto Severo
Fonte: Moreira, A. (2005, p. 104).

As esculturas são elementos estilo *art nouveau* elaboradas na *Fonderies d'art du Vallée du Cone* e trazidas de Paris pelo então governador Alberto Maranhão, em 1908, para embelezar o pórtico de entrada do Grupo Escolar Augusto Severo e o jardim deste estabelecimento de ensino.

Em 1949, quando o prédio foi cedido à primeira Faculdade de Direito, as esculturas foram levadas para a Escola Normal de Natal, instalada na Praça Pedro Velho. Nestas instalações passou a funcionar também o Grupo Escolar que primeiro recolhera as duas obras de arte. Os monumentos percorreram diferentes locais. Da Escola Normal de Natal foram, em 1963, para a então restaurada Lagoa Manoel Felipe, situada na Rua Rodrigues Alves, no bairro do Tirol. As estátuas voltaram à porta do saber ao serem afixadas no pátio do moderno prédio da Escola Estadual Winston Churchill, recém construído na Avenida Rio Branco no bairro da Cidade Alta, por ocasião de sua inauguração em 1968. Deste período até os dias atuais as esculturas estão sob custódia desta instituição.



Figura 13 - Esculturas francesas na Escola Estadual Winston Churchill.
Fonte: Acervo da autora, registro fotográfico em junho de 2009.

A imagem (Figura 14) evidencia a entrada direita do Grupo Escolar Modelo e a estátua do menino a enfeitar a instituição, um ano antes da inauguração do estabelecimento de ensino.



Figura 14 - Entrada direita do Grupo Escolar Augusto Severo, em 1907.
Fonte: Aquino (2007, p. 73).

No pátio do Grupo Escolar Augusto Severo, a recreação dos alunos e alunas acontecia em horários distintos ou em espaços diferentes. As crianças do sexo feminino não encontravam-se com as do sexo masculino para conservar o ideal de moralidade da sociedade na época. O Regimento Interno dos Grupos Escolares estabelecia quatro horas para o desenvolvimento das atividades e um intervalo de meia hora para a recreação e descanso das crianças (RIO GRANDE DO NORTE, 1925c, p. 9). O horário de recreio coincidia, mas as atividades aconteciam em espaços distintos, em decorrência da natureza da recreação destinada a cada sexo. Os sanitários de alunas e alunos eram afastados da edificação. Estas separações de meninos e meninas, pretensamente desprovidos de sexualidade, denotam o

cuidado da instituição para manutenção de sua condição de escola moralmente correta. As relações de gênero estabelecidas na instituição possibilitavam a escolarização dos corpos. Meninos e meninas podiam conviver até certa idade. No Grupo Escolar Modelo alunos e alunas eram separadas por escolas e cursos. O Curso Infantil era o espaço de convivência entre os sexos.

Na década de 1910, são construídas mais três salas de aula. O Governador do Estado adquiriu mobiliário proveniente da Alemanha para as três escolas recém instaladas, a fim de melhor atender as necessidades da população infantil. Na área térrea, a ampliação do ambiente constava de secretaria, tesouraria, arquivo, sala de diretório acadêmico, sala de aula, gabinete de diretor, recreio coberto, cantina e sanitários. Na parte superior havia uma sala de aula, sanitário e biblioteca (MOREIRA, A., 2005, p. 98). As dependências do Grupo Escolar Augusto Severo abrigavam, também, a Escola de Música.

A arquitetura escolar estabelecia normas de convivência entre alunos e professores, assim como entre alunas e alunos. A mediação das relações pessoais entre docentes e discentes acontecia a partir do controle interior e de aspectos exteriores. As normas de conduta de cada funcionário eram previstas no regimento e reguladas pelo diretor da instituição. O Regimento Interno dos Grupos Escolares dispõe sobre o asseio, a pontualidade, a moralidade e o respeito de docentes e discentes. Este código prescrevia as formas de agir dos alunos em sala de aula, assim como durante o recreio. Dentre os deveres dos alunos estavam a preservação do patrimônio institucional o qual concernia à edificação e ao material escolar. O educando era incentivado a tratar com delicadeza, respeito e urbanidade os colegas, os mestres, o diretor e os demais funcionários, devendo, para isso, acatar os conselhos e cumprir as determinações demandadas por seus responsáveis na escola.

A instituição educativa denominada Grupo Escolar caracteriza-se por aspectos arquitetônicos e pedagógicos peculiares. A arquitetura é, por assim dizer, determinada pelo modelo escolar instituído e surge como uma forma moderna e eficiente de organizar a instrução. Materializava perspectivas inovadoras e modernas em termos da instrução.

A estrutura do edifício destes estabelecimentos era composta por várias salas de aula atribuídas cada uma delas a uma escola denominada pelo curso que oferecia. O Grupo Escolar se constituía pela reunião de três, no mínimo, ou mais escolas funcionando em um mesmo prédio, cada uma regida por um ou dois professores. Sua administração organizava-se de acordo com a quantidade de escolas que o formava. Cada Grupo Escolar poderia comportar no máximo dez escolas de ambos os性os. Quando acoplava menos de cinco escolas a direção ficava a cargo de um dos professores, cuja indicação era feita pelo Governo. Passando

de cinco escolas, o diretor assumia apenas as funções administrativas (SILVA, M., 2004, p. 51).

Os Grupos Escolares ministram vários cursos que compunham o Curso Graduado, cuja principal característica era a seriação do programa de ensino em seis anos de estudo. O Ensino Primário incluía o Curso Infantil, ou de Iniciação, Elementar, ou de Desenvolvimento, e Complementar, ou de Integração (RIO GRANDE DO NORTE, 1917a, p. 29-30). Estes cursos, por sua vez, eram divididos em duas classes correspondentes a uma série (ano) do curso, tendo por critério de agrupamento a faixa etária ou o estágio de desenvolvimento em que os alunos encontravam-se. A finalidade era classificá-los de forma homogênea para facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

No Curso Primário podiam matricular-se nas aulas masculinas os educandos dos seis aos doze anos de idade. Nas classes para meninas eram admitidas alunas dos seis aos quatorze anos. Nas mistas, meninas e meninos, dos cinco aos dez anos. Para matricular-se era necessário apresentar a certidão de idade, atestado médico constando a vacina contra varíola e não apresentar nenhuma enfermidade (RIO GRANDE DO NORTE, 1909f, p. 9).

Os Cursos Infantil e Elementar faziam parte dos primeiros quatro anos da Instrução Primária e apresentavam disciplinas comuns. Cada ano do Infantil e Elementar correspondia a uma classe para as quais havia conteúdos específicos nas disciplinas Leitura e Escrita, Língua Materna e Aritmética. As demais disciplinas eram ministradas para as duas classes. As pequenas variações do programa de ensino de um curso para o outro se dava através do grau de complexidade dos assuntos, na dissociação de disciplinas comuns a ambas as classes e especificações por sexo. No Curso Infantil, por exemplo, a disciplina Trabalhos Manuais era ministrada para ambos os sexos, mas com particularidades para o sexo feminino. No Curso Elementar, muitas disciplinas de ensino apresentavam características peculiares aos sexos. Neste mesmo curso, enquanto os meninos estudavam a disciplina Civismo, às meninas cabia o estudo de Economia Doméstica.

As Escolas Isoladas instaladas no Grupo Escolar Augusto Severo ministram o ensino por meio dos Cursos Graduados, Infantil e Elementar, com o mesmo material pedagógico das demais escolas da instituição, mas mantinham autonomia administrativa e podiam ser mistas, masculinas e femininas, diurnas e noturnas, para atender à instrução de adultos. A instalação destas escolas no Grupo Escolar Modelo contrariava a representação da Escola Isolada como sendo aquela instituição que funcionava nas casas dos professores e em ambientes poucos adaptados ao funcionamento de uma escola pública de qualidade.

A escola noturna modelo para adultos, a cargo do professor Apolinário Barbosa e sob a direção de Nestor Lima, então diretor da Escola Normal, instalou-se aos poucos. Somente em 1914, ela passou a funcionar destinada aos adultos que trabalhavam durante o dia.

Compareceram poucos alunos, mas é de esperar que dentro de breve prazo a matrícula seja animadora, em vista da conveniência da hora da dita escola para os rapazes que são empregados durante o dia. A escola funciona de 19 e meia às 21 e meia, no salão da escola que dá para o Teatro Carlos Gomes ([ESCOLA...], 1914, p. 1).

Com exceção a do Grupo Modelo, a Escola Noturna para Adultos funcionava de “preferência nos bairros operários e nos burgos agrícolas das localidades, com programas e horários especiais e mais restritos, acomodados à sua natureza e locais” (RIO GRANDE DO NORTE, 1917a, p. 49). A instrução noturna para jovens e adultos era uma das medidas para possibilitar o acesso da população à instrução. Era conveniente aos rapazes que trabalhavam durante o período diurno que tivessem onde instruir-se à noite sem deixar de trabalhar.

Com a adição do Curso Noturno, o Grupo Escolar Augusto Severo passa a ser composto por seis escolas. Eram elas a Infantil Mista, a Elementar Masculina, a Elementar Feminina, a Isolada Masculina, a Isolada Feminina e a Noturna para Adultos. As medidas pedagógicas adotadas neste estabelecimento de ensino eram padrão para os demais. A Escola Noturna do Grupo Escolar Frei Miguelinho, instalada em 1919, seguia os preceitos da Escola Modelo. Manoel Dantas, Diretor Geral da Instrução Pública, dirigia-se ao diretor do estabelecimento de ensino instalado no bairro do Alecrim nos seguintes termos:

Comunico-vos, para os devidos fins, que a escola isolada noturna ultimamente criada nesse grupo fica sob nossa imediata fiscalização, devendo o respectivo professor seguir a livraria e os programas da escola isolada noturna do Grupo Modelo ‘Augusto Severo’ (RIO GRANDE DO NORTE, 1920c, p. 56).

A Escola Complementar, ou Escola Primária Superior, podia existir junto à Infantil e Elementar. No Rio Grande do Norte esta escola surge a partir da Lei n. 405, de 29 de novembro de 1916, e tinha por finalidade preparar o aluno para o Curso Secundário (ARAÚJO, M., 1982). O Curso Complementar era graduado em dois anos por meio da seriação do programa de ensino que o compunha. No primeiro ano da Escola Primária

Superior era ministrado o Curso Simples, durante o qual os alunos aprendiam Língua Materna, Aritmética, Geometria Prática, Geografia e História do Brasil, Instrução Cívica, Educação Física e Prendas Manuais para as classes femininas. No segundo ano, denominado Curso Desdobrado, ministram-se as disciplinas que constam no Curso Simples e acrescentava-se o ensino especial de Línguas Estrangeiras, Datilografia, Escrita Mercantil, Noções de Agricultura, Zootecnia, Veterinária, Mecânica, Eletricidade, Artes Manuais, Industriais, Usuais ou Economia Doméstica (RIO GRANDE DO NORTE, 1925c, p. 26).

O aluno que desejasse estudar no Curso Complementar oferecido no Grupo Escolar Augusto Severo deveria estar preparado e ter sido aprovado em exame final de Curso Elementar. Se não apresentasse o certificado submetia-se a um exame de admissão que constava de avaliação escrita das disciplinas Leitura, Língua Materna, Aritmética e Lições Gerais, segundo o programa da segunda classe elementar dos Grupos Escolares.

O Curso Complementar era misto, dividido cada ano em classes de quarenta alunos, no máximo, sob a direção de professores. Ao aluno que terminasse com aproveitamento o segundo ano e fosse aprovado e classificado nos exames finais de todas as disciplinas, seria conferido o certificado de estudos primários superiores, que lhe dava direito à matrícula no primeiro ano do Curso Normal, independente de exame de admissão.

A Lei n. 405, de 29 de novembro de 1916, também apresentou as primeiras diretrizes sobre a Escola Rudimentar. Acentuava que estas instituições eram criadas fora dos povoados, para funcionarem em períodos alternados, em um ou em outro ponto, conforme as exigências locais (RIO GRANDE DO NORTE, 1917a, p. 49). A Escola Rudimentar podia ser diurna ou noturna, fixa, como a instalada no Grupo Escolar Augusto Severo, ou ambulante, como as que atendiam nos bairros, povoados ou fazendas que contassem mais de cinquenta analfabetos. A instalação de uma Escola Rudimentar dotava o Grupo Modelo de todos os tipos de Escola Primária.

Na década de 1920, intensifica-se a instalação desta escola em todo o território potiguar. Bezerra (1921) coloca como intenção precípua do Governador Antônio José de Melo e Souza levar o ensino às populações de localidades distantes dos centros urbanos. A intenção era que as crianças que não pudessem frequentar os Grupos Escolares não ficassem privadas de instrução. O Governo do Estado realizava “o milagre de criar escolas” (RODRIGUES FILHO, 1922b, p. 43), mesmo que estas possuíssem um programa de ensino restrito. Para isso, preparava um sistema de inspeção escolar que atendesse à demanda.

Onde não puder chegar o Grupo Escolar com seu sistema mais complicado chegará o tipo da Escola Rudimentar, sistema mais acessível a nossas paupérrimas populações, resolvendo o problema cuja solução constitui o grande sonho, o sublime ideal do povo que deseja sobressair no concerto da civilização – o combate a ignorância desmoralizadora (RODRIGUES FILHO, 1922b, p. 43).

O acesso da população infantil à educação era assegurado pelo poder público que oferecia ensino gratuito nas escolas do Grupo Modelo. A ampliação deste acesso acontecia por meio da construção de prédios para a instalação de novos estabelecimentos destinados ao ensino graduado. Por este motivo, as reformas do ensino lograram a criação de uma rede de instituições deste tipo no Rio Grande do Norte. Em 1917, eram vinte e seis Grupos Escolares. Pela Lei Orgânica do Ensino, Lei n. 405 de 1916, o ensino elementar era gratuito e obrigatório para as crianças de ambos os sexos que tivessem dos oito aos quatorze anos de idade (RIO GRANDE DO NORTE, 1917a, p. 39).

Para escolarizar as crianças natalenses foram instituídas, de forma crescente, escolas no Grupo Modelo. A instalação destes estabelecimentos eram acompanhadas pelo aumento dos índices de matrículas na instituição. A inscrição nos cursos do Grupo Escolar Modelo Augusto Severo, três anos após sua inauguração, era maior que sua estrutura podia atender. Este estabelecimento de ensino tinha capacidade para cento e vinte alunos, mas pela demanda escolar, a matrícula elevava-se a duzentos educandos, tendo uma média de frequência pouco inferior a esse número (Quadro 1).

Ano	Matrícula	Frequência
1909	200	192
1910	206	194
1911	203	191
1912	163	142
1913	160	154

Quadro 1: Matrícula e frequência de alunos no Grupo Modelo (1909-1913).
Fonte: Moreira, A. (2005, p. 90).

Os dados concernentes à matrícula e frequência dos alunos referentes aos anos de 1912 e 1913 apresentam um decréscimo, se considerarmos o crescimento apresentado nos primeiros anos de funcionamento da instituição. Nos anos iniciais o número de alunos que

frequentavam as aulas das escolas do Grupo Modelo não destoavam do número de matriculados. A redução de matrícula e frequência pode ter sido provocada pela abertura do Grupo Escolar Frei Miguelinho, no bairro do Alecrim, em 1913.

A matrícula nas escolas do Grupo Escolar Modelo, em 1914, era de duzentos e quarenta e quatro alunos e a frequência de duzentos e quarenta e dois (Quadro 2). No ano seguinte, havia trezentos e trinta e um alunos matriculados (MOREIRA, A., 2005). Não há registro do número de alunos que frequentavam a instituição neste ano. Entretanto, a informação acerca da matrícula permite-nos a análise de que o ingresso no estabelecimento de ensino em estudo crescia significativamente de um ano para o outro, ou seja, o Grupo Escolar Augusto Severo matriculou noventa alunos a mais de um ano para o outro.

Esta tendência persistiu nos anos seguintes, conforme assinala os dados sobre a matrícula e frequência na referida instituição:

Ano	Matrícula	Frequência
1916	341	326
1917	354	329
1918	347	323
1919	300	280
1920	365	304

Quadro 2: Matrícula e frequência de alunos no Grupo Modelo (1915-1920).

Fonte: Moreira, A. (2005, p. 91).

O número de alunos matriculados e de frequência no Grupo Escolar Modelo emite a oscilação de crescimento por que passava a instituição. Estaria a perda de alunos associada ao fracasso escolar? Se considerarmos somente a frequência, temos que anualmente, são evadidos uma média de vinte alunos (Quadro 2). Entretanto, os dados de 1919 destoam da normalidade, uma vez que, o número de evadidos chega a cinquenta e um estudantes.

A matrícula em suas escolas atendia ao objetivo das ações políticas na educação potiguar: alfabetizar a população. As condições de higiene, conforto e a frequência dos alunos eram importantes para o funcionamento destes tipos de instituições. Conforme o Código de Ensino, as escolas cuja frequência se reduzisse a um quarto do número de alunos matriculados seriam suprimidas (RIO GRANDE DO NORTE, 1913, p. 103). Dotado de aparatos e códigos peculiares, o número de inscritos no Grupo Escolar da Ribeira mantinha-se inalterado, apesar da instalação de outras instituições públicas de instrução primária na capital.

O *Livro de Inscrição dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas* registra os cursos oferecidos no Grupo Escolar Modelo Augusto Severo e o número de alunos matriculados durante os anos de 1924 e 1925.

Em 1924, matricularam-se uma média de quatrocentos e trinta alunos (Quadro 3). No ano seguinte, eram quatrocentos e cinco infantes recebendo conhecimento escolarizado (Quadro 4). Além de demonstrar o ingresso constante de alunos, as informações expressam que o número de evadidos era mínimo nas dez escolas do Grupo Modelo em meados da década de 1920.

No *Livro de Inscrição dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas* não há o registro do número de matriculados nos meses de janeiro, julho, novembro e dezembro, uma vez que este correspondia ao período de recesso ou férias escolares.

Mês-escola	EIM	EEM	EEF	ECM	ECFem (1º ano)	ECFem (2º ano)	EIMasc	EIFem	ERM	ENA	Total
Jan	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Fev	52	51	59	43	41	39	48	49	29	19	430
Mar	54	52	60	46	41	39	49	50	30	20	441
Abr	56	49	63	44	39	40	49	51	31	23	445
Maio	53	45	60	40	39	40	48	47	28	29	429
Jun	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Jul	53	48	60	41	39	38	47	48	24	37	435
Ago	54	42	64	38	38	38	43	48	30	46	441
Set	51	41	60	37	37	37	34	46	30	48	421
Out	51	40	59	34	37	37	31	44	30	45	408

Quadro 3: Matrícula no Grupo Escolar Modelo Augusto Severo, 1924.

Fonte: Livro de Inscrição dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas (1924-1925).

Legenda:

EIM: Escola Infantil Mista; EEM: Escola Elementar Masculina; EEF: Escola Elementar Feminina; ECM: Escola Complementar Masculina; ECF: Escola Complementar Feminina; EIMasc: Escola Isolada Masculina; EIFem:Escola Isolada Feminina; ERM: Escola Rudimentar Mista; ENA:Escola Noturna para Adultos.

Mês-escola	EIM	EEM	EEF	ECM	ECF (1º ano)	ECF (2º ano)	EIMasc	EIFem	ERM	ENA	Total
Jan	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Fev	44	51	55	40	50	42	30	33	26	34	405
Mar	43	54	57	39	50	43	33	34	29	44	426
Abr	43	56	54	39	51	41	35	34	29	45	427
Maio	42	53	56	37	50	41	32	35	29	45	420
Jun	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Jul	41	51	57	36	48	39	27	35	26	45	405
Ago	42	50	56	33	48	38	28	35	25	42	397
Set	40	47	55	33	48	38	29	35	26	40	391
Out	37	47	55	31	46	35	27	36	22	36	372

Quadro 4: Matrícula no Grupo Escolar Modelo Augusto Severo, 1925.

Fonte: Livro de Inscrição dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas (1924-1925).

O Grupo Escolar Augusto Severo tornava-se a cada ano mais provido de material e professores pedagogicamente qualificados para receber a demanda. Nos primeiros anos não dispunha de material suficiente, conforme afirma Lima (1911j, p. 3), que ao reconhecer que o estabelecimento não estava totalmente “completo em vista dos progressos que se tem feito nessa parte, é, entretanto, lisonjeiro o seu estado e longe não estará o dia em que ele se há de equiparar aos melhores estabelecimentos de ensino primário no Brasil”. Em poucos anos o Grupo Modelo cumpria seu papel na instrução pública dentre as obras de melhoramentos da cidade de Natal como um dos órgãos imprescindíveis do sistema do ensino primário, na época, já que satisfazia a necessidade urgente da instrução e dava a conhecer a sociedade norte-rio-grandense: “a escola graduada, como a chamam os norte americanos” (LIMA, 1911j, p. 3).

Funcionando como espaço para a experimentação dos alunos-mestres da Escola Normal, permitia a experimentação dos métodos, processos e princípios de organização de ensino, a serem aplicados nas escolas primárias. Era um estabelecimento modelo em sua organização, como também na tarefa de educar.

A escola, suporte da memória coletiva cultural, expressão simbólica de valores de cada época, perpetua-se nas lembranças que ficam para as futuras gerações. Sua construção histórica, enquanto a mão do homem não destrói é uma prova disso. A instituição educativa apresenta em sua configuração como lugar, espaço próprio para a educação, os signos e vestígios da condição e das relações sociais que se estabeleceram entre os sujeitos que ali atuavam. O espaço escolar educa, institui modos de ser e de fazer, como também expressa subjetividades.

3.2 - A Prática Pedagógica: a intuição como método de ensino

As práticas que instituíam a primeira escola primária como instituição modelo no Rio Grande do Norte são analisadas a partir do conceito de Cultura Escolar, conforme a acepção dada por Julia (2001, p. 10) que o entende como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”.

Desta forma, conteúdos, métodos de ensino, avaliações, código disciplinar e festas religiosas fazem parte da Cultura Escolar e objetos de análise desta investigação. As normas que conduziam a prática pedagógica do Grupo Escolar Augusto Severo advinham de prescrições mediadas pelas disciplinas as quais difundiam o ideal de formar cidadãos com valores morais, cívicos e patrióticos. O espaço educativo, a matrícula, os cursos, os programas de ensino, métodos de ensino, assim como processos avaliativos, estabelecem e regulam o tempo de atividades, as condutas de alunos e professores e confere à escolarização uma identidade peculiar.

As alterações no modelo escolar davam, por assim dizer, uma nova forma e cultura à instituição educativa. No contexto da escola primária republicana materiais e métodos eram ressignificados, tendo em vista os preceitos, procedimentos e repertórios que condiziam com os pressupostos da Pedagogia Nova. O ideário da Pedagogia Moderna atrelava saber científico à atividade escolar. A aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a científicidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, intuir na construção do conhecimento do aluno, constituíam-se como princípios da Pedagogia Nova (VIDAL, 2003, p. 497).

As propostas pedagógicas que melhor atendiam às pretensões dos educadores norte-rio-grandenses, quanto à Pedagogia Moderna, eram as de Johann Pestalozzi e Friedrich August Fröbel. As pedagogias destes pensadores estavam atreladas ao ideal humanista de desenvolvimento livre e pleno do ser humano, como também da autonomia dos homens. Os regimentos da educação estavam imbuídos deste pensamento, bem como colocavam a criança no centro do processo educativo ao pretender que o aluno adquirisse os conhecimentos por sua própria atividade, sob a direção do professor (RIO GRANDE DO NORTE, 1925c, p. 16).

O que apreendemos do passado das práticas ora analisadas são as determinações e o ideário pedagógico vigente. Segundo as resoluções educacionais do período a adoção do método intuitivo, também denominado Lições de Coisas, estava entre as atribuições do professor, com vistas a atender às novas formas de abordar e entender o processo de ensino-aprendizagem. Esse método contrapunha-se ao método tradicional – baseado na repetição e memorização – e, consequentemente, as formas de pensar, perceber e de agir que o método tradicional produzia, substituindo o caráter abstrato e pouco utilitário da instrução, pela observação e experimentação científica.

A Lei n. 405, de 29 de novembro de 1916, estabeleceu o cargo de inspetor do ensino, desempenhado por professores diplomados. Dentre as atribuições do inspetor do ensino estavam a instrução de diretores e professores de Grupos Escolares quanto à organização técnica das classes e à adoção de métodos e processos de ensino. Além disso, os inspetores deveriam visitar as instituições escolares e apresentar relatório anual ao diretor de InSTRUÇÃO PÚBLICA com propostas de melhoramentos e modificações a serem introduzidas no sistema escolar (RIO GRANDE DO NORTE, 1917a, p. 45-46). O professor Anfilóquio Câmara era o Inspetor de Ensino responsável pela inspeção dos estabelecimentos instalados nos bairros da Ribeira, Cidade Alta e do Alecrim. O Diretor Geral da InSTRUÇÃO PÚBLICA, em exercício em 1920, Manoel Dantas recomendava-o o cuidado quanto à estatística escolar na capital, a localização das instituições, os professores, os nomes dos alunos matriculados, os materiais e métodos de ensino empregados. A Diretoria da InSTRUÇÃO aconselhava o Inspetor a frequentar as aulas do Grupo Modelo para acompanhar os métodos de ensino nele empregados a fim de facilitar o serviço de inspeção nos diferentes Grupos Escolares do Estado (RIO GRANDE DO NORTE, 1920a, p. 184).

Ao privilegiar o método intuitivo o docente evitaria o modo individual de aprendizagem e a prática de memorização que se daria de forma mecânica. O professor tinha que se esforçar para transmitir a seus alunos as noções de forma clara e exata a fim de promover o desenvolvimento gradual e harmônico das faculdades dos educandos.

As lições serão, sobretudo, práticas e concretas; os professores as encaminharão de modo que as faculdades do aluno sejam incitadas a um desenvolvimento gradual e harmônico, cumprindo ter em vista o desenvolvimento da faculdade de observação, empregando-se para isto processos intuitivos (RIO GRANDE DO NORTE, 1917a, p. 39).

A utilização de métodos modernos pelos professores buscava atingir o desenvolvimento integral do educando. A educação da criança considerava “seus modos naturais de desenvolvimento e os processos melhor adaptados a disciplinar-lhe acertadamente as faculdades” (CALKINS, 1950, p. 29). Para tanto, era privilegiado o método de ensino intuitivo o qual concebia que os sentidos são os caminhos para as explicações dos mestres em sala de aula.

Este método consistia na valorização da intuição como fundamento de todo o conhecimento, isto é, a compreensão de que a aquisição dos conhecimentos decorria dos sentidos e da observação (SOUZA, 1998b, p. 159). A prática do ensino concreto seria realizada pelas Lições de Coisas, como também ficou conhecido o método intuitivo. A obra *Primeiras Lições de Coisas*, transposição didática das ideias de Pestalozzi, consubstancia o uso do método intuitivo nos Grupos Escolares. Este livro do professor norte-americano Norman Alisson Calkins foi publicado pela primeira vez no ano de 1861. Serviu como orientação aos professores do ensino elementar durante a implantação do método de ensino intuitivo, do final do século XIX e início do século XX, e contempla os conteúdos a serem ministrados no Ensino Elementar, assim como as prescrições metodológicas a serem seguidas pelos docentes. Esta obra foi traduzida por Rui Barbosa em 1886. O manual adotado por educadores primários aponta a definição desse princípio ao afirmar que “é pelos sentidos que nos advém o conhecimento do mundo material. Os primeiros objetos onde se exercem as nossas faculdades são as coisas e os fenômenos do mundo exterior” (CALKINS, 1950, p. 29).

Souza (1998b, p. 160) demonstra o pensamento de Pestalozzi e expõe os princípios estabelecidos para as Lições de Coisas:

Cultivar as faculdades na ordem natural de seu desenvolvimento; começar, por conseguinte pelos sentidos; não dizer nada à criança que ela pudesse descobrir por si mesma. Reduzir cada matéria a seus elementos mais simples. Explicar uma dificuldade de cada vez; seguir passo a passo a informação de acordo com o que a criança pudesse receber; atribuir a cada lição um objetivo determinado, imediato ou próximo; desenvolver a idéia e não a palavra; aperfeiçoar a linguagem; proceder do conhecido para o desconhecido; do simples para o composto; da síntese para a análise, seguindo não a ordem do sujeito, mas a da natureza.

Conforme estes princípios “o processo natural de ensinar parte do simples para o complexo; do que se sabe, para o que se ignora; dos fatos, para as causas; das coisas, para os nomes; das idéias, para as palavras; dos princípios para as regras” (CALKINS, 1950, p. 31). A educação tinha como princípio básico a natureza do desenvolvimento infantil para a aquisição do conhecimento. Esse enfoque se refletiu também na organização do ensino, sendo as Lições de Coisas a condensação de mudanças culturais que se consolidam no século XIX, tais como: a concepção de infância que implicou reconhecer o desenvolvimento das faculdades da criança e os aspectos da natureza infantil; a curiosidade, a imaginação, a inquietude, a recreação.

Segundo Calkins (1950) o mais natural e saudável incentivo para obter a atenção e a aquisição de conhecimentos é associar a recreação ao ensino, pois possuem as crianças uma nativa avidez de ciência e atividade. Desse modo, o mestre jamais obrigaria seus discípulos a decorar mecânica e inconscientemente as regras, antes que o aluno conhecesse os fatos particulares que elas resumem. A Moderna Pedagogia pretendia promover o desenvolvimento espontâneo da criança e fazê-la adquirir conhecimentos pelo exercício normal de suas faculdades (RIO GRANDE DO NORTE, 1909f).

A primeira ação do mestre na instrução primária deve fazer “é cultivar no menino os hábitos de observação acurada, ensinando-o igualmente a agrupar as coisas semelhantes entre si” (CALKINS, 1950, p. 32). Tratava-se de um novo desafio para o professor desenvolver seu trabalho. Os professores deveriam evitar método de soletrar na leitura, o uso de ardósia na escrita e no desenho, a tabuada de cor no cálculo.

As disciplinas, produtos específicos da escola, “são inseparáveis das finalidades educativas” (JULIA, 2001, p. 33). Possibilitam a escolarização de saberes originados em espaços externos ao ambiente escolar e “se relacionam e intercambiam informações” (VIÑAO, 2008, p. 204). Elas materializam o ideário educativo de uma época por meio do corpo de conhecimentos que aglutinam. A instrução no Grupo Escolar Augusto Severo tinha por finalidade a educação integral da criança, que implicava a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social. Obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades, virtudes morais e valores cívico-patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade eram transmitidos através de um programa de ensino enciclopédico. Este saber escolar e o tempo de cada um dos aprendizados compunham a cultura que faz reconhecer a identidade institucional dos Grupos Escolares. Nesta perspectiva, o ensino no Grupo Escolar Augusto Severo buscava preparar a criança para a vida moderna

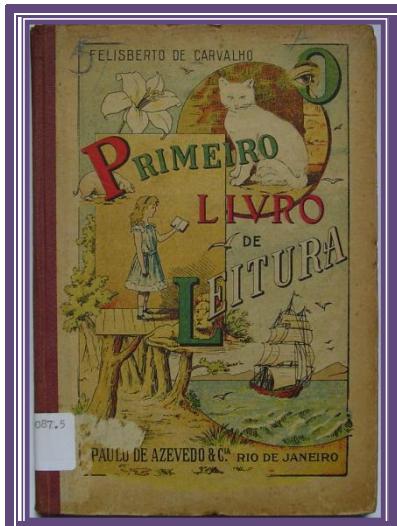
por meio de uma instrução cuja base “consistia em Leitura e Escrita, Língua Materna, Cálculo e Desenho” (RIO GRANDE DO NORTE, 1925c, p. 16).

A instrução no Grupo Modelo Augusto Severo era seriada e composta por diversos conhecimentos, mas o estudo da Leitura, Escrita e Caligrafia, assim como da Língua Nacional refletiam a preocupação dos educadores, políticos, em tornar os cidadãos capazes de participarem de maneira efetiva na sociedade cada vez mais letrada. Estas competências deveriam ser aprendidas ao mesmo tempo, visto que:

A leitura, a escrita e a ortografia são mútuos auxiliares naturais, pois que todos entendem com um fim único, que é a comunicação escrita dos pensamentos; desenvolve simultaneamente o maior número de faculdades: a atenção, a imaginação, o juízo e a vista; exercita a mão (CARVALHO, F., 1934a, p. 14).

Para o ensino da Língua Materna o professor deveria empregar o exercício de composição, elocução, estilo, ditado, vocabulário e gramática. Entretanto, a leitura era a base de todo o ensino. Carvalho, F. (1934a, p. 10) concebia o exercício de ler como uma “expressão vocal e inteligente dos pensamentos escritos e impressos”. Era importante e indissociável o ensino da escrita, da leitura e da caligrafia. Os educadores acreditavam que a leitura na escola primária propiciava a aquisição de ideias, pensamentos, conhecimentos, a comunicação e o desenvolvimento dos órgãos vocais.

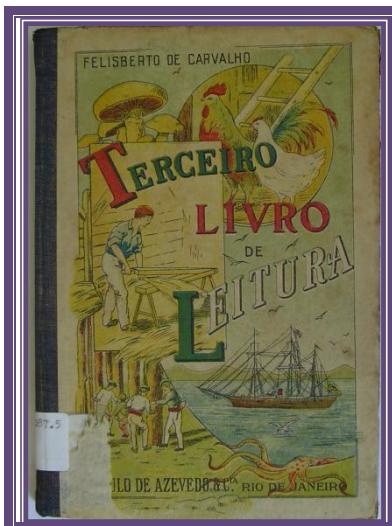
Figura 15 - Capas da Coleção *Livro de Leitura*, de Felisberto de Carvalho



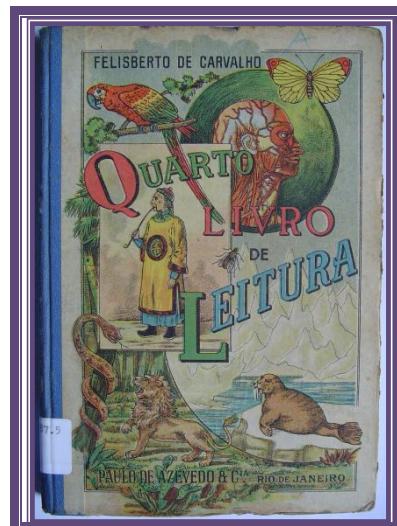
1934a



1934b



1946



1932



1931

A coleção *Livro de Leitura* de Felisberto de Carvalho teve diferentes edições era um material utilizado na escola primária republicana. Os cinco volumes que a compõem consideravam os tipos de leitura recomendados no Grupo Escolar Augusto Severo. A leitura elementar, a leitura corrente e a leitura expressiva, valendo-se de textos e exercícios que desenvolveriam essas habilidades. Estes livros apresentavam de maneira graduada o conteúdo a ser ministrado no Curso Primário. Cada volume correspondia a um ano letivo, estando o conteúdo do quarto ano dividido no quarto e quinto volumes. Nas lições presentes nos tomos apareciam três tipos de grafias distintas que variavam nos tamanhos. O calibre das letras diferia de acordo com o objetivo a ser atingido nas lições e, também, no que se refere ao grau de dificuldade. As grafias eram a simplificada, de uso obrigatório, a vertical, para os exercícios de cópia e a inclinada. A letra vertical atendia as necessidades do corpo do aluno no ato da escrita. Este tipo caligráfico era considerado ideal, mais adaptado aos signos da modernidade, pois levava ao universo escolar a legibilidade e simplicidade do texto produzido na máquina de escrever. Além disso, solucionava os problemas de miopia e escoliose verificados entre os alunos. Além do mais, os livros eram ornados por gravuras que precediam cada lição e serviam para que o aluno pudesse realizar um exame prévio do texto a ser lido, além de repassar as idéias novas sem fatigar as crianças.

As lições nº 7 e nº 8 sugeridas no *Primeiro Livro de Leitura*, de Felisberto de Carvalho, apresentam a ilustração dos três tipos de letra utilizados na escola primária.

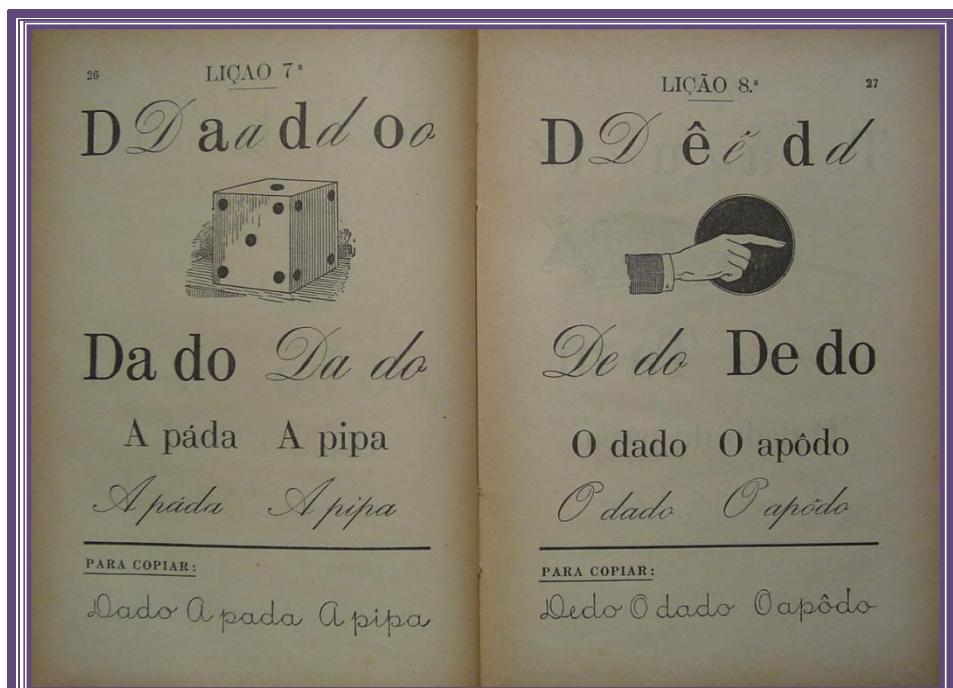


Figura 16 - *Primeiro Livro de Leitura* (CARVALHO, F., 1934a, p. 26-27).
Fonte: Acervo do Centro do Professorado Paulista.

Na leitura elementar os alunos da primeira classe infantil conhceriam e distinguiriam os caracteres. Para que os educandos iniciassem com proveito a leitura elementar, o mestre ensinaria o alfabeto fazendo ouvir os sons que as letras representam. De igual modo, seria feita a composição das sílabas e palavras. Estava proibido o sistema de soletração (RIO GRANDE DO NORTE, 1909f).

A partir de 1º de fevereiro de 1918, o método de ensino adotado na leitura nos Grupos Escolares e Escolas Isoladas era o analítico sintético, conforme a *Nova Cartilha Analítico Sintética*, do professor Mariano de Oliveira. A prática desse método no Rio Grande do Norte seguia as instruções da Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo. O professor diplomado era obrigado a utilizá-lo, em substituição ao intuitivo, sendo considerado inapto pela Diretoria se não cumprisse este preceito (RIO GRANDE DO NORTE, 1919a, p. 15).

A leitura corrente, destinada aos educandos da segunda classe infantil e da primeira elementar, articulava de forma correta e contínua os sons contidos em um período ou trecho, sem os decompor ou titubear, dando as devidas pausas, conforme a pontuação. A leitura corrente exigia do aluno o conhecimento de todas as palavras do trecho, a pronúncia e significação. O professor solicitava ao aluno que realizasse a leitura mental, através da qual ele deparava-se com palavras novas. O educando deveria questionar o docente sobre a pronúncia e significado dos vocábulos desconhecidos. Ao professor cabia expor o sentido das palavras que poderia ser natural, figurado ou técnico. Em seguida, o mestre pediria ao aluno que realizasse a leitura em voz alta para toda a classe, mas permanecia “junto à sua mesa para acompanhar mentalmente a leitura, nunca se colocando ao pé do aluno que lê, o que é mau costume”. O docente só corrigiria o aluno após o término da leitura. Neste estágio, o ensino da leitura corrente deveria tornar os alunos aptos para lerem de modo exato, fácil e convenientemente rápido, uma sucessão de frases ligadas pelo sentido, articulando bem e pronunciando corretamente as palavras (CARVALHO, F., 1934b).

Um dos aspectos mais importantes da leitura corrente era a prosódia. Segundo Carvalho, F. (1946) a boa pronunciaçāo dá beleza à leitura, tanto quanto a má torna-se insuportável. Seria indispensável que o professor tivesse o cuidado de continuar a exigir dos seus alunos a pronunciaçāo a que os deveria ter obrigado na leitura elementar. A dicção correta das palavras também era um dos aspectos da leitura expressiva ensinada na segunda classe elementar. O leitor deveria ter uma boa compreensão das palavras. Ao realizar a leitura expressiva deveria o aluno fazer uma leitura mental e observar a dicção das palavras. Para Carvalho, F. (1932, p. 7) “a leitura expressiva consiste na indicação perfeita das diferentes

vistas do espírito e dos diversos sentimentos do escritor, por meio das entonações, das inflexões e dos movimentos da voz de quem lê”.

No quarto volume do *Livro de Leitura*, há o registro de que ler bem é bem compreender, bem sentir e bem exprimir, isto é, o bom leitor deve ter o espírito para compreender, alma para sentir, e gosto para bem exprimir (CARVALHO, F., 1932).

A leitura expressiva era recomendada durante o ensino na Escola Primária Superior, também conhecida como Escola Complementar. Carvalho, F. (1931) indicava, no quinto compêndio de sua coleção, o aprendizado deste tipo de leitura, acentuando que os alunos estariam hábeis a ler com perfeição, com naturalidade ao final das lições. Após cada aula os alunos realizavam exercícios de elocução e de redação sugeridos no livro. No Curso Complementar o aluno tinha lições sobre química e física, dentre outros conhecimentos, dado que preparavam-se para o Curso Secundário ou Profissional, caso optassem pelo magistério primário. As lições de diversas naturezas estavam dispostas umas ao lado das outras.

Os métodos e processos empregados no ensino da leitura no Grupo Modelo podiam ser o Alfabetico, no qual se conheceria as letras; o Fônico ou *Port Royal*, no qual era necessário o conhecimento dos sons, primeiro das vogais, depois das consoantes; o de Silabação que consistia na decomposição das palavras em sílabas e exigia o conhecimento de grande número de sílabas isoladas para realizar a composição das palavras. Estes métodos são denominados sintéticos, visto que tendem a fazer a recomposição da palavra depois de conhecidas as unidades que a compõem. Em contraposição, o método analítico consistia em ensinar a leitura pela palavra e pela sentença. O uso do Manual *Expositor da língua materna*, de Januário Sabino e Cunha e Costa, ou *Cartões de leitura* e *Cartilha*, de Arnaldo Barreto eram recomendados durante o ensino no Grupo Modelo. Ao usar estes compêndios o professor procedia da seguinte forma: primeiro, palestrava sobre dez lições da cartilha por dez a trinta dias, depois, questionava e ouvia as respostas com o objetivo de provocar o discente a pensar e responder em linguagem clara. Era recomendado ao professor um maior critério na escolha do livro de leitura durante a qual deveria ser observada a segurança do texto, a correção da linguagem, a utilidade e moralidade dos trechos.

Dentre os compêndios recomendados para a alfabetização estavam: a *Nova Cartilha Analítico Sintética* (Mariano de Oliveira); a *Cartilha Infantil* (Carlos Alberto Gomes Cardim); a *Cartilha Analítica* (Arnaldo Barreto) e a *Cartilha Ensino Rápido da Leitura* (Mariano de Oliveira).

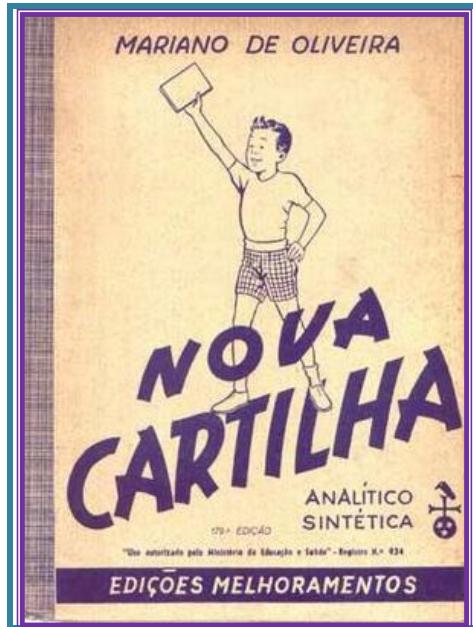


Figura 17 - *Nova Cartilha Analítico Sintético* (OLIVEIRA, M., 2009).

Fonte: www.crmariocovas.sp.gov.br.

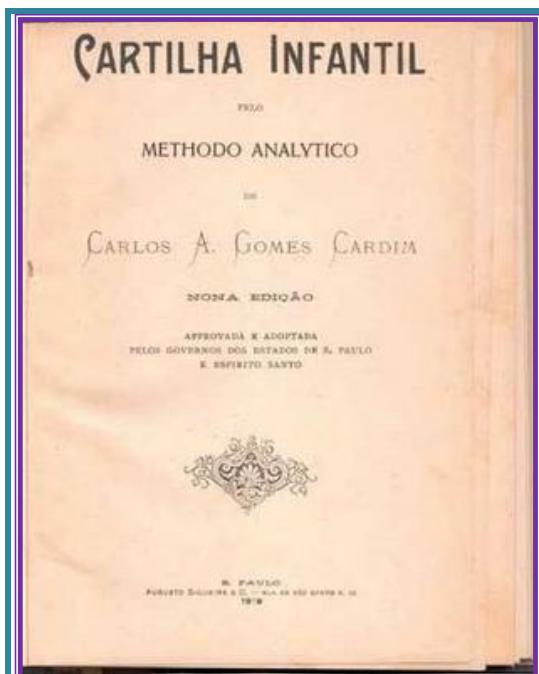


Figura 18 - *Cartilha Infantil* (CARDIM, 2009).

Fonte: www.crmariocovas.sp.gov.br.



Figura 19 - *Cartilha Analítica* (BARRETO, 2009).

Fonte: www.crmariocovas.sp.gov.br.

A *Cartilha Ensino Rápido da Leitura*, de autoria de Mariano de Oliveira, era um dos livros recomendados pela Diretoria Geral de Instrução Pública do Rio Grande do Norte para uso durante o ensino da leitura no Grupo Escolar Modelo Augusto Severo e nos demais estabelecimentos de ensino. Este material foi um dos poucos que podemos manusear e digitalizar.

Nas cartilhas utilizadas, método e forma coadunam-se para facilitar o aprendizado da leitura pela criança. Os livros apresentam-se de forma colorida, com personagens infantis, aproximando-se do contexto dos infantes. Enquanto suporte material de textos escritos, sistematizam formas de ensinar a ler e escrever e, sobretudo, incutem os valores republicanos, os ensinamentos, assim como os papéis sócio-culturais e sexuais dos sujeitos aos quais se destinavam.



Figura 20 - *Cartilha Ensino Rápido da Leitura* (OLIVEIRA, M., 1944).
Fonte: Acervo da autora

Na *Cartilha Ensino Rápido da Leitura* observamos a construção dos papéis sexuais das crianças, expressos textualmente ou nas ilustrações. As leituras vinculam a boneca à figura feminina e a bola e o boné como objetos circunscrito ao universo masculino.



Figura 21 - Cartilha Ensino Rápido da Leitura (OLIVEIRA, M., 1944, p. 4-5).

Fonte: Acervo da autora

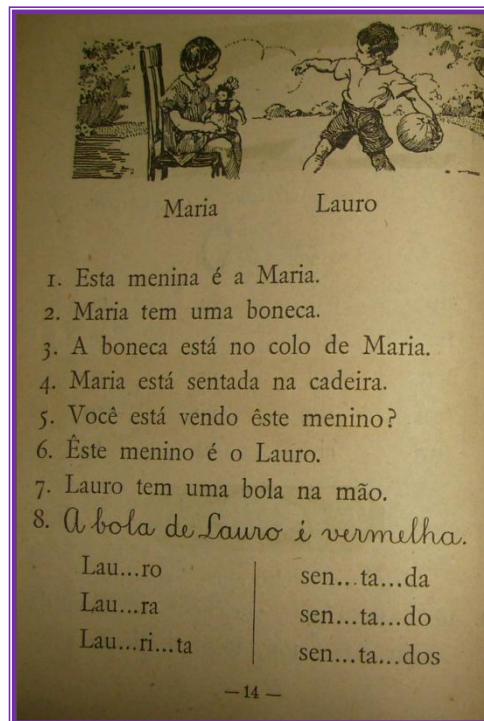


Figura 22 - Lição de leitura (OLIVEIRA, M., 1944, p. 14).

Fonte: Acervo da autora

Os textos mostram os valores a serem incutidos nos meninos e meninas que frequentavam o Grupo Escolar. Para as meninas o ensino valorizava atributos como leitura, considerado de bom tom para seu papel social de futura mãe, esposa, professora. Enquanto os

meninos realizavam performances que condiziam com sua futura função de cidadão. Ambos contribuiriam para a formação da nação. A lição, abaixo ilustrada, demonstra o papel socialmente construído para meninos e meninas nos livros. É comum encontrarmos frases como *O Clóvis quer ser soldado* e *Glorinha gosta muito de livros*.



Figura 23 - *Cartilha Ensino Rápido da Leitura* (OLIVEIRA, M., 1944, p. 40-41).

Fonte: Acervo da autora

A prática de leitura na escola possibilitava a educação moral, a difusão dos valores republicanos e o doutrinamento das camadas populares.

Outro aprendizado importante na escola primária era o da Escrita, entendida como a arte de gravar os pensamentos e sentimentos através das letras. Através dela as ideias e pensamentos ganhavam formas, a comunicação era facilitada e as verdades das ciências eram propagadas (LIMA, 1911a).

Os educadores do Grupo Modelo consideravam necessário o ensino da escrita porque escrever bem era uma atividade útil ao cidadão republicano. Conforme os professores, a boa escrita é “regular, completa, inteligível”. Em seu exercício deveriam ser observados alguns processos a serem empregados. Um dos princípios importantes durante a escrita em classe diz respeito à disposição do corpo do aluno, do papel e da pena. A falta de cuidado com esses preceitos acarretaria problemas na visão, como a miopia, ou deformações na coluna da criança, dentre outras enfermidades. Os procedimentos empregados na escrita eram o

rascunho que consistia em cobrir as letras feitas a lápis ou por meio de papel transparente. A imitação dos modelos favorecia o ensino coletivo, uma vez que o mestre fazia no quadro negro ou expunha no cartão modelos a serem copiados. Nesta tarefa, ressaltava-se o caderno preparado em que havia o rascunho e a imitação. Este era um dos materiais usados no Grupo Escolar Augusto Severo, sendo adotado o de autoria de Olavo Freire (2009). Este autor organizava coleções de livros destinados ao ensino na Escola Elementar. Os compêndios eram de métodos para o ensino de Desenho e de Geometria Prática.

Era conveniente que os infantes escrevessem no quadro negro, pois neste momento tinham a liberdade de fazer as letras do tamanho e espessura que desejassem para desenvolver os braços e dedos. Este exercício procurava desenvolver a caligrafia, escrita feita com arte, recomendada na escola primária e que poderia ser do tipo inglesa – vertical – e francesa – inclinada. Conforme os higienistas, a escrita inclinada era apropriada à escola elementar, porque permitia a postura correta, dificultando o surgimento de problemas ortopédicos e havia, também, a preocupação por parte dos docentes com a escrita no sentido de evitar doenças musculares e de visão. Lima (1911a) assevera que neste período existia na Europa um movimento em defesa do uso das duas mãos durante a escrita. O educador assinalava que não era sem razão a campanha pela ambidestria.

As lições dos compêndios da escola elementar tratavam sobre as Ciências, no que tange à Física, Química, Zoologia, Botânica, Mineralogia, Geologia e Higiene. As lições de Gramática, Sistema Métrico, Zoologia, Botânica, Agronomia, Geografia, História do Brasil eram dispostas nestes textos, que traziam, ainda, poesias brasileiras e portuguesas, as quais retratavam o amor à pátria e enalteciam o Brasil. Os exercícios evidenciavam normas de conduta moral e cívica que difundiam o patriotismo, o culto à família e à escola.

O Cálculo Aritmético, a Geometria, como também o Sistema métrico decimal, eram os conteúdos que aproximavam os educandos das ciências matemáticas. A aritmética era considerada uma das bases da escola, desde quando esta se restringia ao ensino do ler, escrever e contar. Nas escolas modernas outras disciplinas eram professadas, mas este estudo continuava nos programas de ensino, pois o cálculo era importante na vida prática. Ele desenvolvia as faculdades da inteligência e o raciocínio imprescindíveis na educação. No ensino do cálculo poderia ser empregado o cálculo material, mental ou escrito (LIMA, 1911d, p. 1). O cálculo mental era considerado o mais importante e o mais difícil de ser ensinado. No ensino da aritmética e da geometria empregava-se o método intuitivo ou concreto, por isso, as operações se iniciavam com materiais a mão e passavam pelo conhecimento dos números, através do qual se utilizaria a leitura e a escrita.

O ensino desta matéria era graduado nas três classes da instituição modelo. A lição iniciava-se com a fase concreta, utilizada nas classes infantis, onde era recomendado uso de objetos sensíveis durante o ensino. Na segunda, denominada concreta abstrata, usava-se as palavras as quais simulavam os números que, por sua vez, eram a representação da quantidade de objetos que figuravam ao seu lado. A fase concreta abstrata era ministrada para a primeira escola elementar. Esta era a etapa dos problemas com os números concretos quando a criança faria exercício mental e concreto, e adquiriria conhecimentos úteis aos estudos. Na última, abstrata, as operações eram realizadas com o uso dos números. Este ensino era destinado aos alunos da segunda classe elementar.

As Noções de Geografia Geral e Corografia do Brasil, bem como a disciplina Rudimentos de História Pátria, ambas voltadas à análise de aspectos especialmente sobre o Rio Grande do Norte, incutiam o sentimento de amor à pátria, à República. O ensino da Geografia na escola era útil por lecionar conhecimentos necessários à vida, ao trabalho, assim como por formar os discentes quanto ao patriotismo. Este conteúdo introduzia o espírito da criança na ciência revelando-lhe as leis da natureza e se dava a partir de nomenclaturas, nas quais aprendia-se sobre a geografia física, da descrição de aspectos culturais dos povos e da cartografia. Os passeios ao ar livre pelos arredores da cidade complementavam o quadro dos processos para o aprendizado dos conteúdos, uma vez que era atividade obrigatória e mensal com a finalidade de desenvolver a “cultura física dos alunos, assim como as proveitosas lições de coisas” (INSTRUÇÃO..., 1914, p. 1).

Os passeios ou excursões escolares aconteciam nos campos de cultura, fábricas, fazendas e outros estabelecimentos industriais. Nestas ocasiões, os alunos aprendiam sobre as relações de trabalho e outros aspectos físicos, políticos e econômicos da ciência que estuda a sociedade. Durante os passeios escolares as classes elementares recebiam explicação sobre os termos geográficos, que elas por suas próprias mãos, conduzindo areia em pequenas vasilhas, concretizavam, formando, com a dita areia, na água rasa, ilhas, penínsulas, cabos, istmos, costas, enquanto ao mesmo tempo, o seu relevo deixava ficar bem representado, o oceano golfos, estreitos, dentre outros. Os alunos recebiam, também, explanação concreta sobre o vulcão, despertando nos discentes interesses por conhecerem suas naturezas, erupções.

Nas lições de Geografia eram usados desenhos, gravuras, recomendados porque despertavam o interesse da criança pelo estudo. O uso da intuição tinha a finalidade de permitir a comparação. Em vez de decorar mecanicamente o nome de rios, vilas, e outros, na escola primária usava-se materiais diversos, tais como globos, mapas, quadros que facilitavam a compreensão.

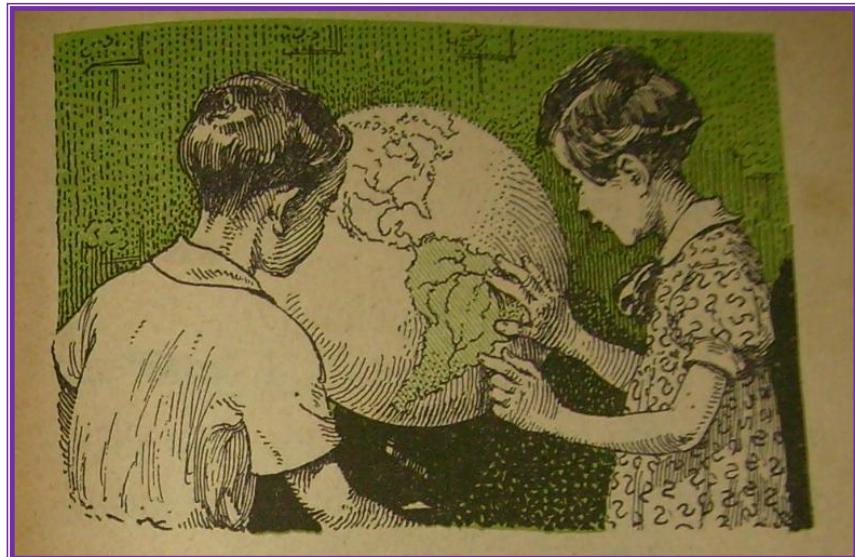


Figura 24 - *Cartilha Ensino Rápido da Leitura* (OLIVEIRA, M., 1944, p. 43).
Fonte: Acervo da autora

A lição de leitura evidencia a aproximação dos alunos com o conteúdo estudado durante o ensino de Geografia, o material e o objetivo a ser alcançado, neste caso, a compreensão das noções de localização geográfica.



Figura 25 - *Cartilha Ensino Rápido da Leitura* (OLIVEIRA, M., 1944, p. 43).
Fonte: Acervo da autora

A leitura evidencia a base do ensino na escola primária. Ler, escrever e contar estavam entre as principais habilidades a serem desenvolvidas. O texto ratifica, ainda, o procedimento do professor primário durante a lição de Geografia e a ressignificação de materiais e métodos que compunham o modelo escolar, como o globo terrestre e a ardósia para ilustrar o ensino.



Figura 26 - Ilustração da lição (OLIVEIRA, M., 1944, p. 44).
Fonte: Acervo da autora



Figura 27 - *Cartilha Ensino Rápido da Leitura* (OLIVEIRA, M., 1944, p. 45).
Fonte: Acervo da autora

O ensino da História, também era importante por ser este um campo de conhecimento instrutivo, uma vez que fazia os educandos conhecer os fatos, os homens e seus feitos. Exercitava o juízo, o raciocínio e a imaginação, “pelo julgamento das coisas e dos homens, pela comparação do passado com o presente e pela representação e reconstituição mental dos acontecimentos” (LIMA, 1911b, p. 1). Através dela educava-se o coração, desenvolvia-se o sentimento de amor à pátria, como também o aluno era educado para a vida pública e tinha uma formação do senso moral. Do mesmo modo, nesta era feito o uso do método intuitivo, através de retratos, quadros e figuras dos fatos e dos homens. aos professores recomendava-se evitar a sobrecarga de datas na memória das crianças, sendo necessário o estudo das principais datas.

A disciplina Instrução Moral e Cívica coadunava-se aos objetivos de transmitir os valores cívico-patrióticos na escola, ao oportunizar o aprendizado de condutas e valores necessários à vida na sociedade civilizada. Para a instrução moral os alunos eram encorajados a analisarem os deveres do homem para consigo mesmo, para com seus pais e parentes, para com a humanidade. No estudo da Moral e Civismo eram realizadas leituras diárias, observados os acontecimentos da vida da escola, as ações tidas como boas ou más das crianças, os fatos da vida social por meio de notícias da imprensa. A instrução tinha por fim fazer a criança conhecer a organização política e administrativa do país. Para tanto, era empregado o método socrático de perguntas e respostas a respeito dos organismos políticos. Este estudo era ministrado desde o Curso Infantil e, posteriormente, desenvolvido na segunda classe elementar (LIMA, 1911g, p. 1).

Compunha o programa de ensino do Grupo Escolar Augusto Severo, a disciplina Noções de Ciências Físicas e Naturais, com aplicações, especialmente à higiene, à agricultura e à zootecnia através do uso das Lições de Coisas. Conforme Lorenz (2007, p. 11) o ensino das ciências passa a integrar o programa de ensino da escola primária a partir do fim do século XIX. A inclusão deste campo de conhecimento nos programas dos Grupos Escolares evidencia a científicidade de que se reveste a escola neste momento histórico. Este é um reflexo das idéias, dos avanços científicos que permeiam a sociedade de então. As lições de coisas ou “noções de coisas” correspondem à exploração elementar dos objetos e fenômenos da natureza e é o principal meio de estudo das ciências na Escola Elementar. Elas são rudimentos de ciências, física e química, e história natural sob forma concreta (LIMA, 1911h, p. 1).

A importância educativa do estudo das Lições de Coisas estava no fato desta desenvolver as faculdades de observação e percepção dos sentidos, a memória, o juízo, o

raciocínio, a abstração, a generalização, dentre outros. Este era um conhecimento de utilidade porque instruía a criança com os conhecimentos que lhe são necessários (LIMA, 1911h, p. 1). O ensino das coisas só atingiria o objetivo que se tinha em vista se fosse rigorosamente intuitivo e concreto o “que provoca a observação do aluno, sobre o seu todo, suas partes, qualidades” (LIMA, 1911h, p. 1). Para os professores, enquanto a educação da natureza e de seus fenômenos deveriam ser apreciadas no laboratório do universo ou tocadas na escola.

As disciplinas Economia Doméstica, Cantos Escolares e Hinos Patrióticos, Trabalhos Manuais e Exercícios Físicos concluíam o programa de ensino do Grupo Modelo. Estes conhecimentos denotavam as necessidades de complementar a formação humanística recebida nesta instituição. As Noções de Economia Doméstica presente nos programas primários destinavam-se às meninas com a finalidade de habituar as futuras mães de família nos cuidados necessários à direção da casa, ao trato dos filhos, à economia e à higiene da família e da habitação, no tratamento das moléstias. O ensino doméstico era considerado útil, instrutivo e educativo.

O estudo do Canto desenvolvia a criança em seu aspecto físico porque esta atividade fortificava os pulmões e os órgãos vocais. No aspecto intelectual contribuía para o conhecimento e o sentido do belo. O gosto pelo canto, oferecido às crianças como uma fonte de prazer considerada elevada e delicada, afastando-as de distrações tidas como grosseiras, contribuía para desenvolver a criança moralmente. Contudo, o caráter disciplinar era um dos que mais atraía os educadores, já que este era um meio de regular a entrada e saída dos alunos, assegurava o silêncio nas classes, proporcionando a “satisfação à necessidade do ruído e do movimento tão natural nas crianças” (LIMA, 1911k, p. 1).

As noções de música eram dadas através de Hinos Patrióticos, cantos escolares e canções populares aprendidos de cor. O professor precisava cantar ou tocar um instrumento para que os educandos reconhecessem o tom em que tinham que cantar. Esta atividade era importante, uma vez que constava em todas as programações de festividades da escola. As crianças cantavam na entrada e saída da escola e meia hora do horário de estudos destinava-se ao ensaio de cânticos, hinos e declamações.

O ensino de Trabalho Manual versava sobre a manipulação pelos alunos de papel, cartão, argila, gesso, madeira e metal. Dobraduras, modelagem de objetos em barro, gesso e moldagem de outros também faziam parte do estudo. Havia uma diferença entre o trabalho artesanal masculino, que limitava-se aos dobrados de papel e cartonagem, e o trabalho manual feminino, o qual consistia em crochê, costura, dentre outras prendas.

O estudo do Desenho estava entre as disciplinas de caráter recreativo na escola primária. O desenho era tido como uma arte, uma linguagem como as demais onde se educava a visão, a observação, o gosto, o traçado, as formas. O desenho era importante por educar as faculdades da inteligência, por ser prático e útil, uma vez que facilitava a transmissão das idéias e dos conhecimentos, como uma ‘linguagem da forma’ e constitui uma ocupação elevada e agradável (LIMA, 1911e). No ensino do desenho, os professores empregavam o método geométrico, que consistia na lição do traço de linhas, ângulos, triângulos e quadrados e o método natural, através do qual a criança agia sem prescrição no que diz respeito ao uso de retilíneas, ângulos e semelhantes, mas eram observadas pelo mestre.

Os Exercícios Físicos estavam atrelados a conselhos higiênicos relativos à conservação da saúde, atividades corporais, recreativas e independentes de aparelhos, educação dos órgãos dos sentidos pelo conhecimento e análise dos objetos materiais (RIO GRANDE DO NORTE, 1909f, p. 7).

O Departamento de Educação do Rio Grande do Norte recomendava o ensino de marchas cadenciadas, acompanhadas de música, corridas, saltos, exercícios de alinhamento, calistênia, jogos ao ar livre, futebol e natação, quando possível, ginástica de flexionamento com bastão. O programa de ensino do Curso Elementar aconselhava jogos ao ar livre, prendas e danças, para as meninas.

Para os alunos do Curso Complementar era indicado o ensino de ginástica sueca, que consistia em “exercícios de ordenação corporal, compostos de movimentos repetitivos e sequenciados de marcha e de modelação do corpo, muito próximos, em alguns movimentos, da ginástica aplicada às corporações militares” (RODRIGUES, 2006, p. 185). Os jogos ginásticos, futebol, exercícios militares, quando possível, eram preconizados para os meninos. Para as alunas, matriculadas no referido curso, recomendava-se saltos em corda, *voley-ball*, *basket-ball* e outros exercícios apropriados às moças. Contudo, a Diretoria Geral do Departamento de Educação assinalava que os exercícios deveriam ser proporcionais ao estado fisiológico dos alunos, observando-se uma progressão crescente, nos dias e horas convenientes, sendo preferíveis, para sua realização, as ocasiões de passeios ou excursões escolares (RIO GRANDE DO NORTE, 1925c, p. 75).

Educar e higienizar os corpos estavam entre as atribuições da escola. Conforme Rodrigues (2006, p. 186) a prática da ginástica sueca era comum. Dentre os argumentos para seu exercício estava sua base fisiológica, que desenvolvia simetricamente os músculos superiores e inferiores. Além disso, contribuía para a função respiratória, ampliava harmonicamente o corpo. Praticados ao ar livre, estes exercícios cumpriam os princípios

higiênicos e demonstravam a distribuição das atividades escolares no âmbito da instituição escolar, ampliando as funções e o uso dos espaços.

A ilustração de uma das lições de leitura na escola primária trata sobre a higiene e a ginástica. Demonstra o uso de objetos para o exercício do corpo, e mostra somente os vultos de meninos exercitando-se.



Figura 28 - Segundo Livro de Leitura (CARVALHO, F., 1934b, p. 58).
Fonte: Centro do Professorado Paulista.

Eis em que consistem os principaes d'esses preceitos: respirar um ar puro, renovando o ambiente nos quartos de dormir e nas salas de trabalho; banhar-se frequentemente; deitar-se cêdo e cêdo tambem levantar-se; alimentar-se regularmente e com sobriedade; entregar-se a exercicios corporaes, á marcha, á carreira, aos jogos athleticos, para fazer circular o sangue e desenvolver os membros. Esses exercicios, quando são feitos com attenção a certas regras, denominam-se **gymnastica**.

Figura 29 - Segundo Livro de Leitura (CARVALHO, F., 1934b, p. 59).
Fonte: Centro do Professorado Paulista.

O programa de ensino do Grupo Escolar Augusto Severo contemplava disciplinas de caráter intelectual, científico, cívico-patriótico que buscavam formar integralmente a infância norte-rio-grandense. Neste momento, o saber adquirido na instituição escolar se revestia de importância, uma vez que a capacidade de ler e escrever era indispensável à vida na sociedade que se pretendia moderna.

As disciplinas distribuídas no programa de ensino configuraram um modelo escolar que permitia ao aluno o desenvolvimento físico e mental pautado nos princípios ditos modernos. Não deveriam fatigar os infantes. Os alunos deveriam higienizar corpos e mentes por meio do aprendizado de códigos e modos de ser. O estudo permitia ao aluno o desenvolvimento do raciocínio, do juízo e da moral.

3.3 - Avaliação e recompensa: vigiar e punir?

A avaliação é mais um dos elementos que constituem a Cultura Escolar. As ações no interior da sala de aula, especificamente, no que tange ao desempenho dos alunos, seguem normas avaliativas que criam “hierarquias de excelências” (PERRENOUD, 1999, p. 11) e prefiguram, por um lado, o êxito e, por outro, o fracasso escolar. Neste processo os estudantes são comparados e, posteriormente, classificados, em virtude de um código de excelência, cujo cerne é o domínio de saberes e competências.

Para Perrenoud (1999, p. 124) toda avaliação é um meio de controle social e de correção. A regulação dos horários, a divisão do tempo das atividades, também nas escolas elementares, torna-se cada vez mais parceladas e cercadas por “ordens a que se tem que responder imediatamente” (FOUCAULT, 1987, p. 128). A competição e busca de distinções, prêmios, honra, denotam a valorização dada às relações de poder construídas no âmbito escolar entre os alunos, o sentimento de domínio, superioridade, bem como a reputação e a nobreza, conferidos aos que obtêm sucesso.

O conjunto do trabalho escolar transforma-se em rotina a se cumprir minuciosamente. Os imperativos temporais expressam-se na decomposição dos gestos e dos movimentos que ajustam o corpo. Um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente (FOUCAULT, 1987, p. 130). Os princípios avaliativos no Grupo Escolar conduziam à classificação de alunos por competências, tais como aproveitamento, conduta e frequência, valores considerados fundamentais ao ajustamento social pretendido. Esta categorização não subverte a importância do saber, uma vez que este é colocado com uma das prioridades da escola primária, e não desvirtua a função social da instituição escolar.

Os exames escolares são regulamentados por meio de editais divulgados em *A República* e servem para legitimar o sucesso e difundir a representação do bom aluno. Hábitos como pontualidade, ordem e cortesia são incluídos aos saberes e competências desenvolvidos na escola.

No que diz respeito ao rendimento escolar, o parâmetro era o nível estabelecido para o grupo de alunos que compunham cada escola e a condição em que se encontrava cada criança, sob o ponto de vista cognitivo. Logo, a promoção dos alunos apresentava certa rigidez e pouca flexibilidade. Os alunos eram submetidos a processos avaliativos que verificavam se estavam hábeis à progressão no curso.

Todavia, o modo como se dava o trabalho pedagógico no Grupo Escolar Augusto Severo chamava atenção da sociedade potiguar da época. No que toca ao método de ensino intuitivo utilizado, bem como ao ensino ministrado de maneira gradual, observamos que estes causaram estranheza em alguns cidadãos da cidade de Natal no primeiro ano de funcionamento desta instituição primária.

As crianças precisam primeiro conhecer o que vêm, o que as cerca. Precisam mais ainda da educação física, principalmente, e da educação moral. Os verbos, a sintaxe, os pronomes e quejandas barbaridades virão depois, quando tiverem elas idade de fazer versos e contos, o que elas aprenderão sem que precisem de professores, literatices enfim, a maior praga que nos pode ameaçar. Deixemos de lado os *acácios*, continuemos na obra benemérita de remodelação iniciada com o grupo ‘Augusto Severo’, e os aplausos chegarão (BRAZ, 1908a, p. 1).

O referido discurso demonstra os fins da educação na escola graduada o qual deveria atender, especialmente, aos fins cívicos, morais e físicos. Além disso, o ensino deveria ser ministrado de maneira prazerosa, gradual e harmônica.

As atividades letivas do Grupo Escolar Augusto Severo tiveram início em junho e culminaram em novembro com a avaliação do trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores na escola. Para tanto, foram realizados os exames aos quais foram submetidos os meninos e meninas. As aulas começavam no dia 1º de fevereiro e encerravam-se a 31 de outubro de cada ano, realizando-se em novembro os exames. Havia uma diferença de mais de um mês entre os dias letivos do Grupo Modelo e os das demais instituições públicas primárias. No entanto, o processo avaliativo dos alunos no Curso Primário era mais um dos pontos observados pela imprensa. O colunista anuncia que:

Dentro de poucos dias começarão os exames do Grupo Escolar ‘Augusto Severo’ e não temo afirmar, pelo que tenho visto, que vai ser um sucesso o primeiro ano letivo, daquela proveitosa escola. Ano é um modo de dizer, os primeiros seis meses de trabalho, e trabalho insano, qual o da organização de coisas tanta responsabilidade (BRAZ, 1908b, p. 1).

Os pontos dos exames eram retirados do programa de ensino. O resultado das avaliações que poderiam ser de suficiência, parciais ou de promoção era divulgado no jornal A

República. As médias, procedimentos e faltas dos alunos eram lançadas pelos professores no livro de notas ou na caderneta diária. Estas notas eram classificadas em ótima, boa, sofrível, má e péssima. Os exames de promoção, constando de prova oral, aconteciam na segunda quinzena de junho e em dezembro. Eram aprovados os alunos que tivessem boa média em aproveitamento geral. Na última quinzena de novembro eram realizados os exames finais dos estudantes que tivessem concluído com proveito os estudos da segunda classe do Curso Elementar.

Os examinados deveriam fazer provas escritas, orais e práticas, conforme os conteúdos dos programas de ensino que foram ministrados nos dias letivos. “A aprovação será com Distinção, para quem conquistar a média Ótima (0); Plenamente para os que obtiverem média Boa (1); Simplesmente, para quem obtiver média Sofrível (2)” (RIO GRANDE DO NORTE, 1909f, p. 17). Estes números correspondiam a falhas por má conduta, falta de assiduidade e asseio, como também mau desempenho nas atividades em sala de aula. Portanto, era considerado um bom aluno aquele desprovido de reprimendas e que fosse considerado pontual no que diz respeito aos afazeres.

Em conformidade com o regimento, o aluno que fosse aprovado com Distinção seria premiado em reunião solene com assistência de autoridades e famílias. Ao estudante aprovado no exame da segunda classe seria conferido um certificado assinado pelo diretor do Grupo, com visto do Delegado Escolar (RIO GRANDE DO NORTE, 1909f, p. 17-18).

Após a avaliação anual, acontecia a premiação dos alunos que obtivessem as melhores performances. A honraria concedida ao aluno era organizada por categoria. Havia o 1º e 2º prêmios por aproveitamento, o 1º e 2º prêmios por conduta, assim como o 1º e 2º prêmio por frequência. A comenda era concedida a seis alunos em cada categoria, sendo premiados trinta e seis alunos, anualmente.

1º Prêmio de aproveitamento: Alzira Ferreira da Silva, Aida Barros, Anna Alice Nunes, Alina Brandão, Domingos Lins e Francisco Pignataro.

2º Prêmio de aproveitamento: Alice Lampreia, Dalila Cavalcante, Celina Trindade, Maria Janini, Joaquim Marinho Pessoa e José Alves de Carvalho.

1º Prêmio de conduta: Raymunda Silva, Manoel Lustosa, Annita Álvares, Maura Henriques, Clidenor de Freitas e Tácito Brandão.

2º Prêmio de conduta: Zilda Marinho, Bazilissa Barbosa, Alice Augusta de Freitas, Maria Elita de Carvalho, José Ivo de Moreira e Pedro Odilon de Amorim Garcia.

1º Prêmio de frequência: Áurea Maria dos Santos, Alaíde Barros, Clarisce Rocha, Theodolina Garcia, Joaquim Mavignier de Noronha e Olivério Mavignier de Noronha.

2º Prêmio de frequência: Ramiro Rocha, Antônio da Silva, Lívia Garcia, Francisca Silvina Dias, Algilano Barros e Maurillo Lyra (O ENSINO, 1911, p. 1).

A relação dos nomes sublinhados representa as meninas que receberam a comenda. A análise da lista de alunos premiados na instituição escolar evidencia que o número de meninas recompensadas, em todas as categorias, era superior ao dos meninos. No primeiro e segundo prêmios de aproveitamento foram quatro meninas laureadas e somente dois meninos. Enquanto, no primeiro prêmio por conduta foram contemplados três meninos e três meninas. A lista do segundo, por sua vez, demonstra que quatro foi o número de meninas premiadas e dois o de meninos. A premiação por frequência apresenta-se de maneira adversa das demais. Nesta categoria, foram premiadas quatro meninas e dois meninos, na primeira; e duas meninas e quatro meninos, na segunda premiação.

No resultado dos exames, de promoção de classe e finais do ano letivo, de 1911 observamos que a maior parte dos aprovados pertencia ao sexo feminino. De oitenta e um alunos, quarenta e sete eram do sexo feminino.

1ª Classe Infantil: aprovados com Distinção – Raymunda Silva, Zilda Marinho e Luis Rullins; Plenamente – Celina Paiva, Cleonice Rocha, Olavo de Freitas, Mario Veiga, Alice Lampreia e Nísia Pinheiro; Simplesmente – Augusto do Lago, Julieta Ferreira, Divaldo Mello, Maria da Paz e Aracy Barros.

2ª Classe Infantil: aprovados com Distinção – Bazilissa Barbosa, Aida Barros e Dalila Cavalcante; Plenamente – Luiz Lampreia, Maria Rulins, Paulo Lyra, Eloy da Câmara, Almir de Góes e Manoel Lustosa; Simplesmente – Vinício Dantas, Maurillo Leite, Antônio da Silva, Virgílio de Andrade, Leonel Chaves, Maria de Lourdes Aguiar, Ignez Dantas, Alayne Barros e Luiz Trindade.

1ª Classe Elementar Feminina: aprovados com Distinção – Alice A. de Freitas e Maria Clarisse Rocha; Plenamente – Annita Álvares, Lívia Garcia, Celina Trindade, Amália de França e Iracy do Lago; Simplesmente – Alzira de Ávila, Laura Lampreia, Sephora Ramos, Diva Áurea de Andrade, Anna Alice Nunes, Maria Annita de Aguiar, Maria das Mercês Gomes, Luzia Waller, Alice Genoveva Álvares, Edith Aguiar e Dalila Leite.

2^a Classe Elementar Feminina: aprovados com Distinção – Iracema Rocha, Maria Alice Rocha, Guiomar Mesquita, Maria Brazilia de Souza, Alina Brandão e Maria Janini; Plenamente – Maura Henriques, Theodolina Garcia, Eulália Aguiar, Maria Justina e Maria da Glória Lima; Simplesmente – Hortênsia de Paula, Anna China e Alzira Tavares.

1^a Classe Elementar Masculina: aprovados com Distinção – Algílano Barros, Luiz Lyra e José Ivo Moreira; Plenamente – Lauro Lyra e Joaquim Noronha; Simplesmente – José Peixoto Moreira, João de Aguiar Guimarães, Rencard Leite e Domingos Lins.

2^a Classe Elementar Masculina: Plenamente – Tácito Moreira Brandão, Maurillo Lyra e Francisco Leite de Carvalho; Simplesmente – Luiz Virgílio de Miranda, Francisco Pignataro, José Alves de Carvalho, José Mendes da Costa Filho e Olivério Mavignier de Noronha ([GRUPO...], 1911, p. 1).

A assiduidade estava dentre os principais deveres dos alunos no que diz respeito à escola, conforme ratifica a lição do *Livro de Leitura* da escola elementar.

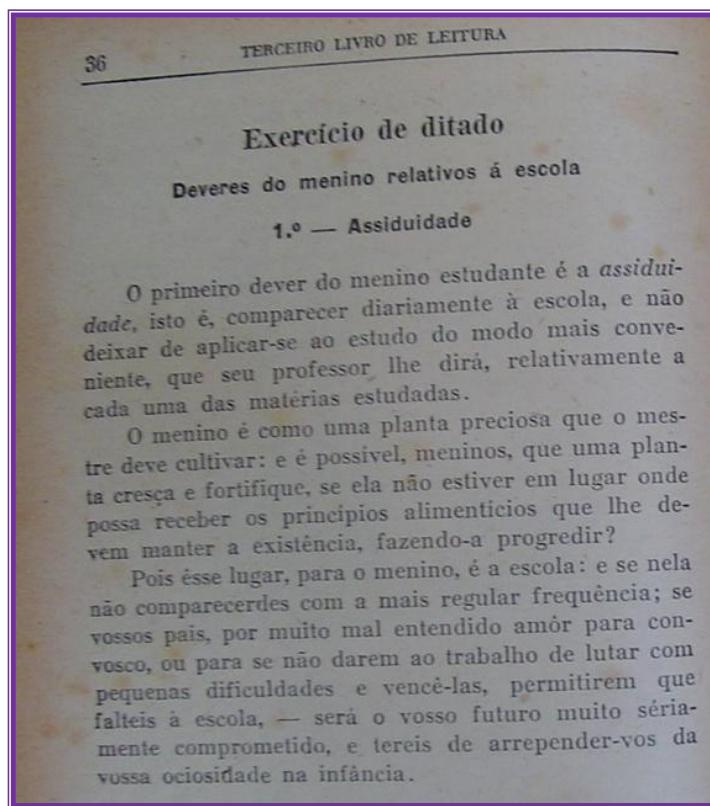


Figura 30 - Terceiro Livro de Leitura (CARVALHO, F., 1946, p. 36).

Fonte: Centro do Professorado Paulista.

Aplicar-se nos estudos para desenvolver-se além de ser um dos deveres dos alunos na escola, conforme a lição de leitura (Figura 30), era também um dos requisitos básicos para a promoção dos educandos. Os exames de promoção e finais se dava nas categorias Distinção, Plenamente e Simplesmente. Na primeira Classe Infantil foram aprovados com Distinção duas meninas e um menino; no quesito Plenamente, quatro alunas e dois alunos; Simplesmente, três meninas e dois meninos.

A segunda Classe Infantil, por seu turno, laureava três alunas com Distinção; uma menina e cinco meninos, Plenamente; bem como três alunas e seis alunos, Simplesmente. No que concerne à Classe Elementar Feminina, foram premiadas dezoito meninas, na primeira classe e quatorze na segunda.

Na primeira Classe Elementar Masculina foram premiados três alunos com Distinção, dois Plenamente e quatro Simplesmente. Na segunda Classe Elementar Masculina, foram laureados Plenamente três alunos e seis Simplesmente. Enquanto foram premiadas trinta e duas meninas, somente dezoito meninos foram laureados. Estas informações, bem como o número de alunos matriculados nos cursos em que havia uma distinção por sexo, evidenciam que as classes femininas eram mais frequentadas que as de meninos.

Para Foucault (1987, p.154) “o exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir”. No Grupo Escolar Modelo, o sistema de prêmios e notas substituía os castigos físicos e as coerções severas, presentes nas práticas educativas de outrora. O método da escola republicana abolia o uso da palmatória. Para manter a classe na devida disciplina os mestres estavam autorizados a impor a seus alunos algumas correções. Competia aos educadores oferecerem as seguintes penalidades: admoestação, repreensão, exclusão da aula e privação de recreio. O momento de recreação era oportuno aos mestres os quais deveriam observar a conduta dos seus alunos.

Entretanto, a base da disciplina escolar deveria ser a estima e a confiança recíproca entre o professor e o aluno. A direção moral do educando se dava de forma mais ativa do que passivamente. Os professores desencorajados a usarem a palmatória tinham por prática incitar a liberdade que permitiria à criança um desenvolvimento moral e a formação de um caráter sólido e seguro. Conforme o Regimento Interno do Grupo Escolar os castigos físicos pervertiam o caráter das crianças e tornavam odiosa a lição do mestre. O jornal *A República* veiculava a matéria *O medo como método de educação*, na qual eram acentuadas as formas de medo que poderiam influir útil e eficazmente na direção da alma infantil, guiando-a, dominando-a e instigando-a de vez em quando. Dentre estes estavam o medo de ser

repreendido, de causar desgosto aos pais, de fazer mal aos outros. “Corrija-se o erro fazendo-se sentir naturalmente aquele que pratica as suas consequências funestas, mas não opondo-lhe a reação artificial do castigo que é um erro muito pior”, assinalava a escritora. “De que modo se devem fazer censuras a uma criança?”, interpelava ao leitor. A severidade ou a doçura poderia produzir efeitos contrários ao desejado. Por isso, “em vez de censura o pedagogo prudente empregará a doçura e a persuasão para fazer compreender a criança a falta cometida”.

O caráter principal que se deve dar à vida infantil é o de uma liberdade serena capaz de desenvolver na criança aquele espírito de iniciativa que, pelo contrário, tantas vezes é constrangido e sufocado por uma contínua fiscalização da parte dos pais ou, o que é pior, da parte das governantas (O MEDO..., 1908, p. 2).

Na escola graduada modelo, os alunos seguiam um código de conduta, no qual constava apresentar-se com asseio, decência e pontualidade. Deveriam ter um tratamento ameno e afetuoso com colegas, funcionários e visitantes da instituição escolar. A ideia que circulava era a de que uma liberdade bem compreendida de movimentos, de discernimento e de crítica desenvolve na criança, desde os primeiros anos, um sentimento profundo e quase instintivo de responsabilidade serena e tranquila que nada tem de comum com o estouramento e a disciplina, mas que procede passo a passo com um espírito reto e franco de cautela, de raciocínio e de previdência, virtudes estas que nós estamos mais habituados a considerar como o apanágio da idade adulta (O MEDO..., 1908, p. 2).

A matéria do jornal apregoava que, em vez das reprimendas, o educador deveria ser brando, pois assim convenceria o infante sobre as más condutas. Os gestos de insubordinação ou de descortesia deveriam ser extirpados do comportamento dos alunos pelos professores que provocariam na alma da criança um sentimento de vergonha, que, se fosse intenso seria o melhor remédio para evitar uma reincidência na culpa. De modo análogo, o regimento do Grupo Modelo assinalava que o fundamento da disciplina era a afeição recíproca dos mestres e discípulos. O docente deveria fazer-se estimar, em vez de se fazer temer, porque assim ganharia a confiança e o respeito. A persuasão e o conselho conseguiriam o que o temor das punições não conseguia (RIO GRANDE DO NORTE, 1909f, p. 10-11).

Se houvesse a necessidade de aplicar um castigo, este “não deveria ser aplicado como uma espécie de retribuição ou de vingança, mas simplesmente como um auxílio salutar à sua memória”. O educador, sobretudo, deveria confiar em seu método, uma vez que:

A primeira condição para que o nosso ensino produza bons efeitos é que nós que o ministramos, tenhamos plena e absoluta confiança nele, e que esta confiança seja partilhada pelos nossos discípulos. Eles não devem ter a impressão de que nós duvidamos da eficácia dos nossos métodos, e o que ainda é mais necessário que nos temos a certeza que eles hão de cair no erro as crianças são o que nós estamos convencidos que elas devem ser; se nós esperamos delas, sinceramente, obediência e bondade dar-nos-la-hão sem dúvida. A base da educação, tanto para as crianças [...] é aquela pressão moral, indefinível e com tudo muito eficaz, graças a qual a alma da criança se sente em poder do educador pronto a tomar a forma que ele quiser dar (O MEDO..., 1908, p. 2).

Proceder com amabilidade, civilidade, no trato dos colegas, trajar com asseio, ter pontualidade e assiduidade eram formas de obter premiação no Grupo Escolar Augusto Severo e, logo, participar da solene distribuição destas condecorações. A solene festa contava com a presença de políticos e era uma festividade esperada pelos alunos dos diversos cursos. O primeiro festejo deste tipo no Grupo Escolar Augusto Severo, aconteceu no fim do primeiro ano letivo e contou com a presença do Governador do Estado, Alberto de Albuquerque Maranhão, em 1908. Os prêmios consistiam em medalhas com as armas da República, fixadas ao peito dos alunos pela autoridade política presente na solenidade.

Acreditamos que todos compartilham conosco a idéia lisonjeira que se ficou formando a respeito da organização e do aproveitamento dos alunos do grupo, sendo muito merecidas as felicitações dirigidas ao seu digno diretor, professor Benigno de Vasconcellos, e ao Dr. Diretor Geral da Instrução Pública, pela sua sábia superintendência nesse importante ramo de sua administração (GRUPO..., 1908b, p. 1).

A coluna *Coisas da Terra*, assinada por Braz Contente, acentuava a satisfação com que foi recebida a solenidade realizada na “oficina onde se estão preparando, para a Pátria e para a República, os futuros cidadãos e as futuras mães de família que precisam beber em crianças essas lições de civismo que as escolas bem organizadas sabem ministrar”

(CONTENTE, 1908b, p. 1). A medalha anexada ao peito do aluno pelo Governador era Lição de Coisas no culto da Pátria:

Todos experimentaram a sensação de que algo de elevado ali se representava para os destinos do Rio Grande do Norte, desde as mães que choravam de ternura aos aplausos com que eram saudados os filhinhos premiados, até o honrado Governador do Estado, que não ocultava sua emoção ao pregar no peito das jovens criancinhas a medalha, que será muita vez beijada com reconhecimento (CONTENTE, 1908b, p. 1).

Um bom desempenho nos exames nos Grupos Escolares conferia prestígio social ao estudante. Em 1914, o senador Eloy de Souza instituiu para a aluna mais distinta do Curso Elementar Feminino do Grupo Escolar Auta de Souza, no município de Macaíba, um prêmio que consistia em subsidiar o curso completo da aluna na Escola Doméstica, recém inaugurada.

A recompensa aos alunos era uma prática comum aos Grupos Escolares, mas há registros de que a distribuição de prêmios aos alunos também estava presente em escolas particulares como o Colégio Diocesano Santo Antônio. De acordo como o Regimento Interno dos Grupos Escolares, as escolas particulares eram inteiramente livres quanto aos métodos de ensino e ao regime didático. Somente a higiene, moralidade e o programa de ensino passavam pela fiscalização do Governo (RIO GRANDE DO NORTE, 1917c, p. 29).

A seriedade no desempenho das atividades, a disciplina e a assiduidade são requisitadas aos alunos que desejam ter reconhecimento. Estes preceitos validam o mérito escolar e configuram a avaliação nos Grupos Escolares. No Grupo Escolar Augusto Severo eram formados os cidadãos republicanos que atuariam no setor público e, desse modo, no desenvolvimento da nação, como também as mães de família que organizariam a sociedade em formação, no que tange à moral.

Os princípios que regulavam a postura dos discentes com relação à escola tinham em vista suas futuras atribuições na sociedade. As avaliações serviam para individualizar competências, sintetizar aptidões. A ordenação das atividades de estudo em horários reflete o desejo de regular, classificar e racionalizar. O exame não se contenta em sancionar um aprendizado, “é um de seus fatores permanentes: sustenta-o segundo um ritual de poder constantemente renovado”. O exame na escola é uma troca de saberes que “garante a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre” (FOUCAULT, 1987, p. 155).

A cultura da seleção perpassa a escola e a hierarquia da excelência, da comparação e da competição eram expressas durante as solenidades de premiação que serviam como dispositivos de disciplina. O regulamento do Grupo Escolar classificava, ritualizava, padronizava os alunos e contribuía para que a “excelência escolar” fosse construída (PERRENOUD, 1999).

A formalização de exames de avaliação pelo qual passou a escola republicana transferia a responsabilidade do professor para o aluno. A propaganda da escola republicana permitia o reconhecimento de alunos por meio da divulgação dos resultados nos jornais da cidade. Demorou algum tempo para que a avaliação fosse um rito interno à escola. Para a sociedade este era um espetáculo das letras, da ordem, das lições morais e cívicas.

Capítulo Quatro – “Pomposas e encantadoras foram as festas”

4.1 – “Deve ser assim a escola!”

As relações do Grupo Escolar Modelo com a sociedade não se restringiam à formação escolar recebida, mas aconteciam também através da participação dos alunos nas festas cívicas e religiosas da cidade, bem como por meio de visitas dos estadistas e ilustres à instituição. Em seu primeiro ano de funcionamento, membros do Congresso Legislativo visitaram o Grupo Escolar Augusto Severo, a convite de Francisco Pinto de Abreu. O jornal *A República*, de 14 de novembro de 1908, noticiava:

Ontem, a convite do ilustre Dr. Pinto de Abreu, diretor geral da Instrução Pública, teve lugar uma visita dos membros do Congresso Legislativo deste Estado ao Grupo Escolar Augusto Severo [...] Ouvimos que a impressão de todos foi agradabilíssima (GRUPO..., 1908a, p.1).

Os visitantes eram recebidos com as cerimônias que o momento demandava. Na ocasião, as alunas entoavam o *Hino à Bandeira Nacional*, letra de Olavo Bilac e música de Francisco Braga, quando os congressistas adentraram às portas da instituição. Recebidos pelo professor Benigno de Vasconcelos, diretor do Grupo, os políticos percorreram as diversas classes do estabelecimento de Instrução Primária.

Em todas as classes foram arguidos alunos e alunas em várias matérias, como português, geografia, história e a aritmética. O Dr. Pinto de Abreu acompanhava os seus convidados, naquela honrosa visita, solicitando o apoio para a continuação do seu trabalho (GRUPO..., 1908a, p.1).

Conforme as recomendações dispostas no Regimento Interno dos Grupos Escolares, a instrução nesta instituição era leiga e gratuita (RIO GRANDE DO NORTE, 1909f, p. 5). A nenhum mestre era permitido o doutrinamento religioso de qualquer natureza, ainda mesmo solicitado pelos pais e responsáveis de alunos, nem a percepção de gratificação por motivo de ensino público. Porém, o Grupo Escolar Augusto Severo participava de quermesses católicas na cidade, ao lado de agremiações e outros estabelecimentos de ensino, representados por

alunos em barracas na Praça André de Albuquerque, por ocasião da festa da padroeira da cidade de Natal. A formação dos alunos era importante, uma vez que egressos ao Curso Primário submetiam-se aos exames para adentrarem no Curso Secundário oferecido no Ateneu Norte-Rio-Grandense ou no Curso Normal na Escola Normal de Natal.

O civismo era um valor a ser transmitido. A Festa da Árvore, a Festa da Ave e as solenidades patrióticas eram lições de coisas no culto à nação. Estas festividades escolares difundiam os valores da República e tinham representatividade na Escola Primária. O estabelecimento de ensino reveste-se de princípios cívico-patrióticos e as datas comemorativas são solenidades nas quais alunos, professores, diretores das instituições, a elite intelectual e política vivenciam a cidadania.

As festas do Grupo Escolar Augusto Severo cultuavam a Pátria com hinos, cânticos, exercícios, poesias. Dentre estas celebrações destacamos a Festa da Árvore uma solenidade realizada nos Grupos Escolares que colocava em prática os princípios das lições de coisas. Em 1920, Antônio José de Melo e Souza, Governador do Estado do Rio Grande do Norte, plantou árvores na Praça 7 de setembro, por ocasião da festividade que acontecia anualmente no mês de maio no Grupo Modelo. Teceu elogios aos professores e alunos pelo esforço, correção e disciplina na manifestação em homenagem à árvore, que, segundo Manoel Dantas, Diretor Geral da Instrução Pública, “personifica a natureza e o trabalho” (RIO GRANDE DO NORTE, 1920b, p.199). Manoel Dantas solicitava a indicação dos nomes dos professores que organizaram o festejo para ser inscrita no Registro Profissional.

No Regimento Interno dos Grupos Escolares ficava instituída a data de 3 de maio para a Festa da Natureza que constava de uma reunião ou passeio geral no qual aconteciam desde o plantio de árvores, a soltura de pássaros, gestos de carinho aos animais domésticos, admiração pelas flores e frutos, como também outras atos de afeto à criação natural. Além de tudo, ocorriam momentos de entretenimento dos quais faziam parte a recitação de poesia e prosa alusivas à descoberta do Brasil (RIO GRANDE DO NORTE, 1925c, p. 19-20).

Um registro da Festa da Árvore no Grupo Escolar Augusto Severo, também denominado Escolas Modelos, realizada a 1º de maio de 1916, em Natal, conforme inscrição do documento evidencia a representação desta prática.



Figura 31 - Alunos do Grupo Escolar Augusto Severo na Festa da Árvore de 1916.

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/ RN).

A imagem (Figura 31) evidencia a ordem requerida na escolarização, sobretudo, em um dia de festividade cívica. Com relação à uniformidadeposta no ícone a partir do uso do que parece um fardamento, inferimos que trata-se de vestimenta própria de cada criança. A boina dos meninos, a cor branca em todas as indumentárias não faziam parte do fardamento escolar, uma vez que os Regimentos Internos dos Grupos Escolares não apresentam alusão a este uniforme.

A indumentária escolar é símbolo de distinção e identidade da escolarização. Ela diferencia as crianças que frequentam o estabelecimento de ensino das demais que estão, por algum motivo, fora dele. No início da institucionalização da escola esta é uma realidade carregada de simbologias.

Com relação à disposição dos alunos na fotografia, os meninos apresentam-se numa aparente proteção às meninas ao ocuparem os espaços das laterais. Os últimos alunos e alunas misturam-se numa certa desarrumação à ordem colocada para o registro do momento. A imagem representa cerca dos duzentos alunos matriculados nas escolas do Grupo Modelo norte-rio-grandense. Na imagem, os adultos figuram na frente da instituição simbolizando a sociedade que participava das atividades da instituição. A fotografia (figura 25) analisada

apresenta um corte na parte superior e rasuras que expressam as marcas do tempo no documento iconográfico que está sob a custódia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/ RN).

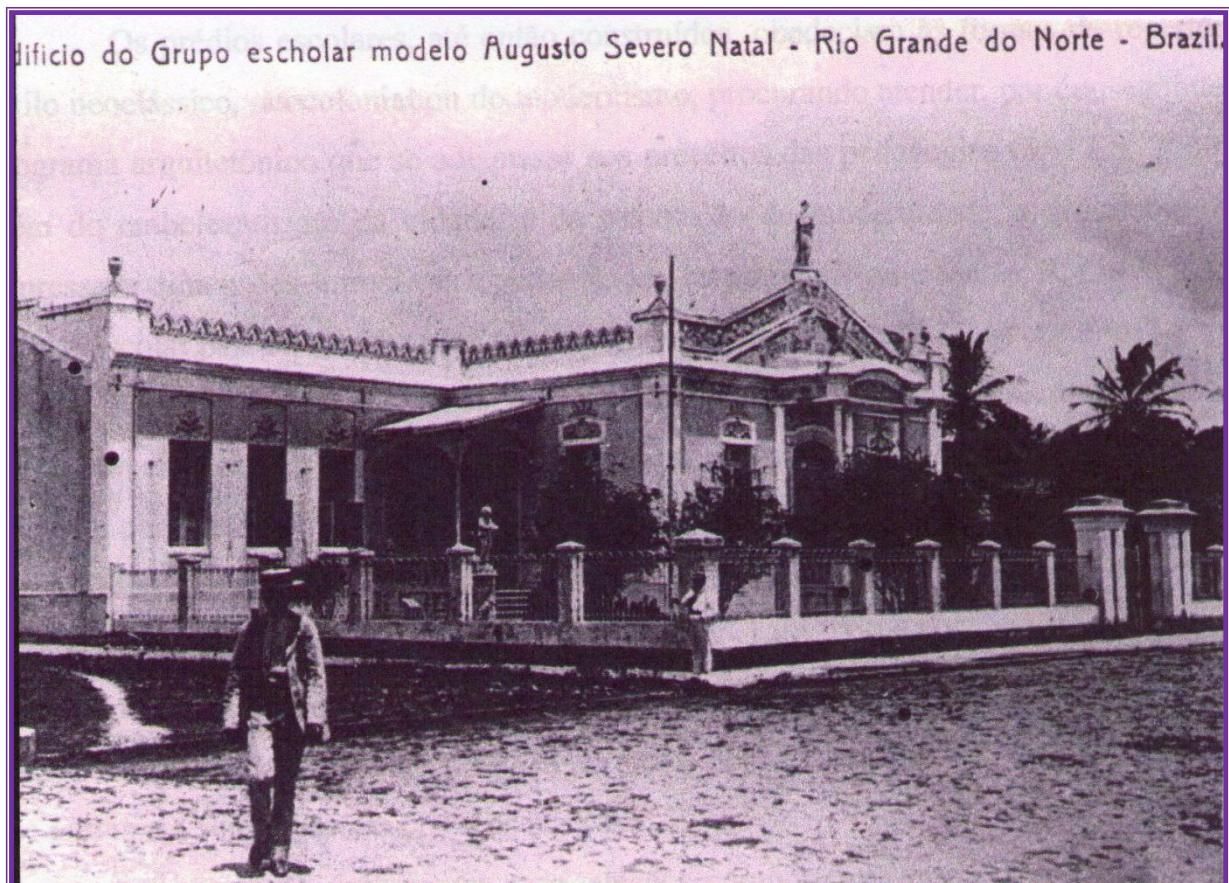


Figura 32 - Grupo Escolar Augusto Severo e dois transeuntes, em 1907.
Fonte: Aquino, 2007, p. 73.

Na fotografia (Figura 32) acima figuram ao lado do Grupo Escolar Augusto Severo dois sujeitos com vestimentas peculiares. O primeiro deles aparece em posição de marcha e o outro permanece encostado ao muro da instituição. Trata-se de transeuntes. Conforme a fonte pesquisada este é um registro fotográfico de 1907.

Na Festa da Ave, uma metáfora da liberdade da ave com a Independência do Brasil, eram desenvolvidos os sentidos por meio de atividades físicas que assinalavam a utilidade dos elementos e fatos cotidianos reconhecidos nestas comemorações. Para Barbosa (1914, p. 1) “Augusto Severo e civismo moral preparam no menino moderno uma témpera rija, transformando-o não na timidez em pessoa, mas na bravura e dignidade”. Os jornais da cidade noticiavam a realização deste evento escolar:

Às 8 horas da manhã, no Grupo Modelo ‘Augusto Severo’, anexo à Escola Normal, realizar-se-á a ‘Festa das Aves’, tocante entretenimento das crianças daquele estabelecimento, havendo além de recitativos análogos à festa e à data, cânticos de hinos ([FESTA...], 1914c, p. 1).

Estas eram atividades escolares presentes nos demais estabelecimentos de Ensino Primário situados nas cidades do interior, como o Grupo Escolar 30 de setembro, em Mossoró e o Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, na cidade de Assú. Nestas solenidades

O salão regurgitava de gente, o seu céu coberto por papelitos multicores dispostos de maneira a simular a bandeira nacional num grande amplexo a todo aquele povo, como que a dizer-lhes: – amem a pátria! (FESTA..., 1914a, p. 1).

Nas festividades figurava, na parede principal dos prédios destinados ao ensino, o retrato de Alberto Maranhão, Governador que criou os Grupos Escolares, a presidir toda a comemoração. Os alunos recitavam poesias, executavam exercícios, recreações sobre as cores, mas, sobretudo, plantavam árvores em frente ao edifício do Grupo Escolar. Aprendiam a respeitar os animais e a preservar a natureza. O plantio de árvores acontecia com a ajuda de comissões de meninos e meninas e havia uma intensa assistência dos alunos às lições acerca da natureza.

O diretor do grupo proferia discursos em que revelava a cultura intelectual. Os educadores e o diretor eram felicitados pelo Diretor da Instrução Pública e pelo Governador que, posteriormente, os indicava para serem homenageados no *Livro de Honra*. Este era considerado um reconhecimento dos atributos dos considerados “educadores exímios”. A felicitação aos educadores era uma valorização, por parte do poder público, às práticas de civismo e intuitivas realizadas nas escolas primárias ([DIRETOR...], 1914, p. 1). Por ocasião, desta festa no Grupo Modelo era declamada a poesia *As árvores*, de Olavo Bilac.

Na celagem vermelha, que se banha
Da rutilante imolação do dia,
As árvores, ao longe, na montanha,
Retorcem-se espetrais à ventania.

Árvores negras, que visão estranha
 Vos aterra? que horror vos arrepia?
 Que pesadelo os troncos vos assanha,
 Descabelando a vossa ramaria?

Tendes alma também... Amais o seio
 Da terra; mas sonhais, como sonhamos,
 Bracejais, como nós, no mesmo anseio...

Infelizes, no píncaro do monte,
 (Ah! não ter asas!) estendeis os ramos
 À esperança e ao mistério do horizonte...
 (BILAC, 1978, p. 279).

Posteriormente, era entoado Hino das Árvores. A temática passa a ser de interesse do corpo discente e docente. O professor José Rodrigues Filho (1922a, p. 29-30) compõe a poesia *As árvores*. Não obstante, não é o único a produzir literatura para as crianças. Na instituição pública primária de Mossoró a poesia *O Trabalho*, do diretor Eliseu Vianna era declamada pelos alunos na Festa da Árvore que acontecia nesta instituição (FESTA..., 1914a, p.1).

A Festa da Árvore e da Ave tinham o cunho cívico e evidenciam aspectos relevantes da prática na instituição modelo, a valorização da natureza, do método intuitivo, da moral e de outros valores. As árvores, as flores, os frutos, as aves tinham sua festa “um culto fervoroso, de onde o coração humano aprende logo a virtude de praticar o bem” (BARBOSA, 1914, p.1). As atividades na escola instruíam os alunos e este método agradava a sociedade norte-rio-grandense.

Tudo quanto se aprende agora é proveitoso, nutre o espírito desabrochante, sem aquela cantilena monótona das tabuadas e das demais disciplinas que o método antigo sabia estabelecer. A escola ensina ser tudo: útil, grande e bom. Explica os exemplos de modo a alma ficar bem iluminada e os meninos desejam aprender convictos de que todas as lições têm um substancioso interesse e um extraordinário fim (BARBOSA, 1914, p. 1).

A Festa da Árvore também era uma prática escolar presente nas instituições educativas primárias da Espanha de outrora, relativa à proteção dos pássaros e das árvores, que suscitava a discussão da ecologia, amplamente tratada no início do século XXI, e suas

implicações sociais e econômicas. Conforme Escolano (2001, p. 42) as Festas das Árvores, inscritas na escola elementar, “respondiam às propostas de exaltação naturalista e romântica feitas pelos regeneracionistas, os quais acreditavam no poder civilizatório da terra e do bosque”. A instituição da festividade tinha por fim sensibilizar a sociedade espanhola quanto aos riscos do desmatamento, induzida em geral pelos interesses de agricultores e criadores de gado (ESCOLANO, 2001, p. 42). No Rio Grande do Norte, a comemoração servia para iluminar os meninos que desejasse aprender e deixá-los convictos de que todas as lições eram interessantes e úteis. Esta festa fazia parte do calendário escolar das instituições primárias de São Paulo. Segundo Souza (1998b, p. 274) a festividade não era um desvirtuamento do ensino, mas uma prática social que se tornou educativa.

O mês de maio era singular no que concerne às celebrações cívicas. Neste mês realizavam-se a Festa da Natureza, bem como a festa do patrono do Grupo Escolar Augusto Severo. A 12 de maio os alunos rendiam homenagens a Augusto Severo⁸, rememorando o aniversário de morte deste norte-rio-grandense que dedicou-se ao estudo sobre a navegação aérea. Ele morreu a 12 de maio de 1902, na França, ao realizar um experimento com o balão dirigível denominado *Pax*. Na ocasião da festa do patrono os educandos voltavam-se à Praça homônima na qual há um busto do patrono da escola e entoavam o Hino do Grupo Escolar Augusto Severo, cuja letra foi escrita por Francisco Pinto de Abreu e a música composta por Dona Eulália Câmara.

Foi a 12 de maio lá na França
 Era puro e sereno o azul do céu
 Flutuava o *Pax* nas asas da bonança
 A glória conduzindo o seu troféu

Auri-verde pavilhão
 Ia a popa do balão (bis)

Belo sonho de amor e liberdade
 A grandeza da pátria e ao mundo inteiro
 Paz e concórdia a toda a humanidade
 Proclama a voz do Augusto brasileiro

Auri-verde pavilhão
 Ia a popa do balão (bis)

⁸ Augusto Severo de Albuquerque Maranhão (1864-1902) foi vice-diretor e professor de Matemática do Ateneu Norte-Rio-Grandense. Pertencia a uma família tradicional do Rio Grande do Norte. Dentre seus irmãos estão Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, líderes republicanos e políticos atuantes. Ambos ocuparam o cargo de Governador do Rio Grande do Norte.

Ouve um rastro de luz pelo horizonte
Um sussurro de dor nos ares corre
A águia rolou do píncaro do monte
No coração da pátria não se morre

Auri-verde pavilhão
Ia a popa do balão (bis)
(MORAIS, 2009).

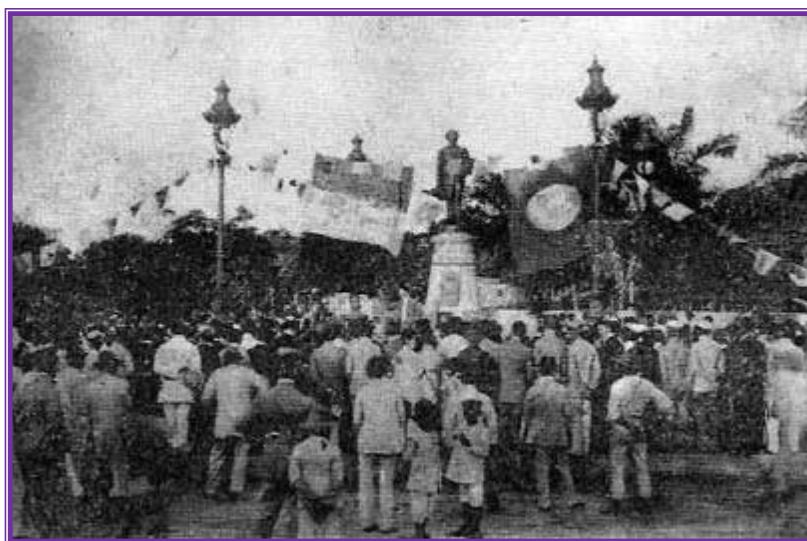


Figura 33 - Inauguração do Busto de Augusto Severo em 12 de maio de 1913.
Fonte:www.reservaer.com.br/biblioteca/e-books/augusto-severo.



Figura 34 - Busto de Augusto Severo.
Fonte: Acervo da autora

Muitos são os monumentos erguidos em tributo ao norte-rio-grandense. As homenagens são registrados por contemporâneos. Em *Tragédia da Glória*, escrito por Segundo Wanderley e dedicado à memória de Augusto Severo, o aviador recebe dentre outros títulos, o de “domador dos ares”.

Águia da paz, de olímpicos sonhares,
Da colmeia de Bem formosa abelha,
Foi ao berço da Luz ver a centelha
Para sagrar o Anjo dos Palmares.

Já do porvir nos rutilos altares
Da Pátria o vulto homérico se espelha,
E dos Andes nas grimpas se ajoelha,
Saudando livre o domador dos ares.

Mas, ao fitar-lhe o busto aureolado,
De tamanha ousadia despeitado,
Mudar-lhe o Gênio da Fortuna o rosto;

E o vencedor, vencido na conquista,
Para o solo natal, volvendo a vista –
Morre de pé no glorioso posto.
(WANDERLEY, S., 2009, p. 125-126).

Este era um dos textos lidos pelos alunos durante o Curso Complementar no Grupo Escolar Augusto Severo. O referido texto compõe o compêndio *Leituras Potiguares* compilação do educador Antonio Fagundes (2009), imbuída de valores a serem incutidos nos jovens cidadãos. Deste livro destacam-se “páginas de civismo” das quais buscava-se, antes de tudo, a formação da nacionalidade nos alunos.

De modo semelhante, outras comemorações incutiam esses preceitos. No dia 7 de setembro, celebrava-se a Festa da Pátria rememorando a Independência Política do Brasil. As atividades do Grupo Escolar Augusto Severo nesta data consistiam em reunião cívica, recitativos, cânticos e recreação alusiva à data, homenagem à Bandeira, recordação dos grandes nomes da Independência, havendo passeata geral, quando possível.

No Grupo Modelo Augusto Severo, será também comemorada festivamente a data da nossa independência, com um passeio cívico pelas ruas da capital, às 4 ½ horas da tarde às 6 ½ horas da noite no edifício do mesmo grupo, uma sessão cívica, que constará de recitativos e alocuções patrióticos pelos alunos e pelo diretor e exercícios físicos dos três cursos sob a direção dos respectivos professores. Na abertura da sessão será cantado o Hino Nacional e ao ser encerrada o Hino da Independência, por todos os alunos do grupo (NO GRUPO..., 1911a, p. 1).

As festividades da Independência do Brasil evidenciam que nos programas dos eventos cívicos, geralmente, constavam atividades comuns, tais como canto, ginástica, poesias, hinos. A presença de professores e alunos, nestas celebrações era flagrante.

Pomposas e encantadoras foram as festas com que o digno diretor do Grupo Escolar ‘Augusto Severo’, desta cidade, Dr. Nestor Lima fez comemorar-se ali a grande data nacional. As quatro e meia hora da tarde partiram do grupo todos os seus alunos, formando as seis classes, na seguinte ordem: a primeira classe infantil, sob a direção da professoranda Stellita Mello; a segunda

infantil com a respectiva professora Áurea Barros; a primeira e segunda elementares femininas, sob a direção das professoras Stellita Gonçalves e Ecila Cortez e a primeira e segunda elementares masculinas, dirigidas pelos professorandos Francisco Gonzaga e Eliseu Vianna (NO GRUPO..., 1911b, p. 1).

Na festividade descrita em *A República* os primeiros mestres da Escola Modelo aparecem conduzindo as atividades. Dentre estes as professoras diplomadas na primeira turma da Escola Normal de Natal. Além disso, os alunos da instituição de formação docente que seriam os futuros educadores primários, tais como Stellita Mello, Francisco Gonzaga e Eliseu Vianna. No primeiro ano de funcionamento do Grupo Escolar Augusto Severo o quadro de docentes efetivos era composto por professoras auxiliadas por alunos da Escola Normal. Esta tendência foi intensificada nos anos seguintes.

Eram desfiles pelas ruas da cidade, entre a Ribeira e a Cidade Alta. O marco inicial era a concentração na Praça Augusto Severo. Depois o percurso seguia pelas Ruas Junqueira Ayres, Conceição, Praça João Maria, Rua Pedro Soares, Avenida Rio Branco, Rua Juvino Barreto e voltava para a Praça Augusto Severo.

Às seis e meia, realizou-se a ascensão cívica sob a presidência do Dr. Manoel Dantas, diretor geral da Instrução Pública. Cantado o Hino Nacional foi aberta a sessão e dada a palavra ao diretor do grupo que proferiu uma expressiva alocução, justificando aquela festividade porque queria que seus alunos aprendessem a amar com devotamento o dia 7 de setembro que é o dia da Pátria, o seu aniversário (NO GRUPO..., 1911b, p. 1).

As crianças declamavam poesias e realizavam exercícios de calistênia suíça, uma marcha cadenciada com o acompanhamento de cânticos. Para a apresentação desta atividade física durante as festividades, os alunos do Grupo Escolar Augusto Severo exercitavam-se durante dez minutos semanais do tempo letivo. Durante as festas a atividade envolvia as meninas do Curso Infantil Misto as quais apresentavam-se no salão sob a direção das professoras. Em seguida, o Curso Elementar Feminino executava, também, a marcha calistênia. Os infantes do Curso Elementar Masculino realizavam a ginástica de flexionamento sem arma. Estes exercícios eram apreciados pelos presentes, entre outros cavalheiros, o Desembargador Dionísio Filgueira, o Coronel Pedro Soares e os senhores José Augusto Bezerra de Medeiros, Brito Guerra, Tertuliano Pinheiro e o Coronel Avelino Freire.

Os professores João Tibúrcio e Teódulo Câmara, muitas famílias e o repórter Moisés Soares, por *A República*.

A sessão terminava com o Hino da Independência brasileira cantado por todos os alunos, acompanhados ao piano pela professora Áurea Barros.

Foi assim no meio dessa ordem e desse júbilo, que deixam em nossas almas o mais justo entusiasmo e as mais fagueiras esperanças, que os alunos do Grupo Escolar ‘Augusto Severo’, graças aos esforços do seu dedicado diretor visam passar este ano a data que rememora a nossa emancipação política (NO GRUPO..., 1911b, p. 1).

O colunista expressa a opinião social acerca das festas na formação cívica das crianças. Em sua visão, eram “felizes as criaturinhas que guiadas por mãos tão carinhosas vem recebendo esses fortes estímulos e guardando essas belas lições de civismo! Deve ser assim a escola! Deve ser assim o mestre!” (NO GRUPO..., 1911b, p. 1). Esta era uma data bastante comemorada pela sociedade natalense de outrora.

O Monumento à Independência, na Praça 7 de setembro, concentrava a população por ocasião desta festividade. Em 1924, na data que fazia parte do calendário cívico-escolar, Nestor Lima enunciava em *Oração Cívica*:

Mimosas crianças escolares, aurora rutilante da jovem nacionalidade, onde nasce e vive cantando um coração repleto de civismo, vós, que já sabeis vibrar de amor pelos grandes feitos nacionais. Juremos todos, aqui, no altar da Pátria, nesta hora de intensa vibração patriótica; juremos todos, pela nossa honra e por aquela Bandeira, que é o símbolo sacrossanto dos nossos ideais; Juremos todos, num só pensamento e numa só vontade, amar e defender a nossa Pátria Imortal, a nossa terra e a nossa gente, as nossas instituições e as nossas autoridades legítimas, a ordem e a lei, a paz e a felicidade dos nossos lares, entoando, no transbordamento das emoções que se não reprimem, o hino tradicional desse magno acontecimento, enquanto se levanta do fundo dessas novas almas o grito vibrante da nossa força e da nossa grandeza! Salve! Salve! Brasil amado! (LIMA, 2009, p. 51-52).

Entusiasmava seus concidadãos, os compatriotas que assumiam a direção pública, os “denodados educadores” que cumpriam sua missão sublime, ali presentes, a orgulhar-se da terra, da qual eram filhos, e a manterem a cultura cívica.

A Festa da Bandeira comemorada a 19 de novembro contava com o hasteamento da flâmula, pontualmente às 12 horas, na fachada do edifício do Grupo Modelo Augusto Severo, acompanhado do Hino de Olavo Bilac, de saudações e palmas. Posteriormente, aconteciam passeios e outras homenagens especiais. O estandarte do desfile era recebido pelas classes, após ser retirado pelo porta-bandeira e guarda de honra, composta pelos alunos considerados mais distintos. Este dia era também importante para os alunos do Grupo Modelo por acontecer a solenidade de premiação destes educandos que se destacassem nos exames de promoções e o encerramento dos trabalhos letivos (RIO GRANDE DO NORTE, 1925c, p. 19-20).

Dos textos e poesias destacam-se trechos e versos plenos do ideal de amor à Pátria. A *Oração à Bandeira*, de Olavo Bilac, é um culto ao estandarte. Versos como “Bendita sejas, bandeira do Brasil! Bendita sejas, pela tua beleza! [...] Bendita sejas, pela tua glória! Para que seja maior a tua glória, juntam-se, na mesma labuta, a enxada e o livro” (BILAC, 2009, p.18), dos quais emerge a importância do trabalho e da instrução para a formação, o progresso material da nação brasileira eram declamados pelos alunos do Grupo Escolar Augusto Severo.

A escola era o suporte dos símbolos nacionais da República. Bandeira e hino constituíram-se como elementos importantes na “legitimização do novo regime” (CARVALHO, J., 1990, p. 109). A flâmula representava não somente o presente do novo regime político, mas o futuro estabelecido na premissa positivista de “Ordem e Progresso”. O hino, por sua vez, servia à expressão da emoção cívica. Nas letras de Bilac (2009, p. 18) “[...] Sobe o hino sacro de todas as nossas almas, ressoando o nosso esforço, o nosso pensamento e a nossa dedicação”.

O culto à Pátria era algo a ser visto, uma vez que as alegorias aproximavam as ideias da população. Esta ideia é ratificada nos seguintes versos sobre a bandeira: “[...] Bendita sejas, pelo teu poder; pela esperança que nos dás; pelo valor que nos inspiras, quando, com os olhos postos em tua imagem, batalhamos a boa batalha” (BILAC, 2009, p. 19).

Olavo Bilac (1865-1918) ressalta:

Pátria, que queremos criar forte e livre [...] maternal para os filhos; liberal, misericordiosa, suave, lírica, mas escudada de energia e de prudência, de instrução e de civismo, de disciplina e de coesão, de exercício destro [...] Bendita sejas, para todo o sempre, bandeira do Brasil! (BILAC, 2009, p. 19-20).

A instrução estava associada ao civismo a fim de tornar o Estado uma nação, fazer do país uma sociedade e dos homens cidadãos. Para Carvalho, J. (1990) os símbolos nacionais têm a função de traduzir o sentimento coletivo, de expressar a anseio patriótico dos membros de uma comunidade nacional.

Dentre os textos, recomendados à leitura dos alunos do Grupo Modelo, estavam *A formação de nossa nacionalidade*, escrito por Dioclécio Duarte (2009) e poesias como *Dever supremo*, na qual Carolina Wanderley (2009) celebrava “um país às vitórias afeito”, e *A Bandeira*, de autoria de Augusto Meira.

Vem do céu repousar sobre o meu peito,
Bandeira de ouro do Brasil!... pedaço
Ardente do meu ser, solto e desfeito
Em luz, cantando e dominando o espaço!

Com um rio extravasa do seu leito,
Inunda-me de esperança o teu regaço!
Tens a glória, por donaire, o ardor perfeito
No grande amor de tudo o quanto eu faço!

Estrelas pulcras, madrugadas de ouro,
O cruzeiro em tropel largo e sonoro,
Voz do passado... vão ao teu porvir!

O anseio do meu ser e o teu anseio...
Bandeira Pátria, deslumbrado eu creio
Que, em ti, eternamente hei de existir!
(MEIRA, 2009, p. 52-53).

Após a festa cívica acontecia a distribuição da honraria aos alunos que obtivessem os melhores desempenhos durante o ano letivo. As representações que os alunos, os familiares e a sociedade construíam acerca da escola podem ser evidenciadas pela interlocução com a imprensa local. As solenidades eram frequentadas pelos estadistas, políticos e intelectuais locais. Estes eram momentos nos quais os professores e alunos podiam demonstrar o que ensinavam ou aprendiam na instituição.

Nas imagens (Figuras 29, 30 e 31) aparecem as ruas da cidade de Natal de outrora. A Rua da Conceição, espaço no qual atualmente está construída a Praça Padre João Maria, na qual situa-se o edifício do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. As ruas, avenidas e praças eram cenários ideais para as apresentações escolares. Nestas ocasiões as crianças apresentavam-se com asseio e uma padronização por meio das vestimentas, de condutas e atividades a elas solicitadas. Ao lado dos infantes, os professores e as professoras

dirigiam as ações e manifestações de civismo. Os préstitos eram acompanhados por Banda de Música. As atividades extrapolavam o ambiente escolar e congregavam a sociedade.



Figura 35 - Festividade Cívica na Rua da Conceição, em Natal na década de 1920.

Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte



Figura 36 - Festividade Cívica na Praça 7 de Setembro, em Natal na década de 1920.
Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.



Figura 37 - Préstito na Praça Augusto Severo no Centenário da Revolução de 1817.
Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Nestas festividades, tal qual a do Centenário da Revolução de 1817, a participação social era evidente, como ilustra a fotografia acima (figura 31). Além do bulício dos

transeuntes, a fotografia demonstra a transformação da cidade por meio do calçamento das ruas, as linhas de bondes, como também as casas comerciais do bairro da Ribeira.

O poema *Fibra de Herói*, cuja autoria é de Teófilo de Barros Filho, é uma das obras literárias que exaltavam a Pátria, tendo por mote a defesa da Bandeira Nacional. Entre seus versos estão “Bandeira do Brasil; Ninguém te manchará; Teu povo varonil; Isso não consentirá”. Este poema ainda hoje é usado pelo Exército Brasileiro. A mini série *Anos Dourados*, exibe em um de seus episódios, um grupo de jovens cantando essa música.

Se a Pátria querida for envolvida
Pelo inimigo, na paz ou na guerra
Defende a terra
Contra o perigo

Com ânimo forte se for preciso
Enfrento a morte
Afronta, se lava com fibra de herói
De gente brava

Bandeira do Brasil
Ninguém te manchará
Teu povo varonil
Isso não consentirá

Bandeira idolatrada
Altiva a tremular
Onde a liberdade
É mais uma estrela
A brilhar
(MORAIS, 2009).

O primeiro centenário da Lei Imperial que criou o Ensino Primário oficial no Brasil, comemorado em 15 de outubro de 1927, foi uma solenidade de significação social e política. Celebrada em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e na Paraíba, a data foi destinada pelo Congresso Nacional, à festa do magistério. Era instituído o Dia do Professor (LIMA, 1927, p. 196).

No Estado do Rio Grande do Norte, todas as Escolas Normais e primárias adotaram um programa de festividades determinado pelo Departamento de Educação. Na capital, a festa começava em 12 de outubro, quando se comemorava o Dia da Criança, com festa cívico-literária. Às nove horas festejava-se a Descoberta da América e os alunos rememoravam Cristovam Colombo. A festa da criança era comemorada às dezesseis horas no jardim da Praça André de Albuquerque com jogos, cânticos, calistênia e recitativos.

A programação do dia 15 de outubro constava de missa campal às seis horas na Praça 7 de setembro, onde estavam presente as Escolas Primárias do Estado e a Escola Normal de Natal. À tarde, houve uma sessão solene de consagração do magistério primário, no salão nobre do Palácio da Presidência do Rio Grande do Norte, presidida por José Augusto Bezerra de Medeiros. Na ocasião foi executado o *Hino do Primeiro Centenário do Ensino Primário*, cuja letra fora escrita, em 11 de julho do mesmo ano, pelo educador Nestor dos Santos Lima e a música era do Maestro Luigi Maria Smido.

Já liberta e organizada
Vivia a ingente Nação,
Quando foi sancionada
A sábia lei de Instrução
Cumpre às gerações de agora
Seguir-lhe as inspirações,
Elevando, a toda hora,
Desta pátria as tradições,

Para as letras, para a arte,
Com tino extraordinário,
Erigiu, por toda a parte,
Aulas de ensino primário.
Lei prudente, lei preclara,
De um cunho tão senhoril,
Em preceitos bons traçará
Novos rumos ao Brasil.

Ao fundar o Novo Império,
Dom Pedro Primeiro vê
Que de um povo o esteio sério
Só se encontra no A B C.
Em qualquer cidade ou vila
De intensa população,
Manda ouvir-se a voz tranqüila
Dos pregoeiros da Instrução.

Lei preclara, lei prudente,
Que deu subido valor,
Regulando eficazmente,
A missão do Professor.
Premiando os preceptores
De gente assaz varonil,
Veio honrar os propulsores
Da grandeza do Brasil.

E um pedagogo estadista,
Bernardo de Vasconcelos,
Quem, com os louros da conquista,
Traduz do povo os anelos.
Quem dispõe, com mão segura,

As bases da Educação,
E destarte nos augura
A mais bela evolução.

Salve! Dia sempre novo
Que, há cem anos irradia,
Disseminando entre o povo
Os dons da sabedoria!
Salve! Data cintilante,
Repleta de encantos mil,
Para a História radiante
Do nosso amado Brasil!

Lembrando, a 15 de Outubro,
Da sábia lei a sanção,
Saudamos nela o delubro
Da brasileira Instrução.
(LIMA, 1927, p. 189-191).

O Teatro Carlos Gomes recebia, às dezenove horas, os alunos da Escola Normal de Natal e do Grupo Modelo. A festa continuava com cânticos, corais, declamação, discurso do Diretor Geral do Departamento de Educação e publicação da monografia *Um século de ensino primário*, escrita por Nestor dos Santos Lima (1927). A data reconhecia que os professores eram os artífices da nacionalidade.

As festas cívicas estavam entre as lições de boa moral. Estas eram ocasiões nas quais aconteciam exposições das atividades pedagógicas, que pretendiam dar visibilidade aos trabalhos realizados na escola, como também às autoridades políticas e seus feitos. Os cantos, recitativos, danças e marchas estavam entre as lições e as atividades formativas e buscavam formar a cultura e a identidade da nação. A escola era, por assim dizer, a oficina da nacionalidade. As datas cívicas legitimavam o regime político. Nestas ocasiões, as imagens, as alegorias, os símbolos da República, recém proclamada, estavam à vista do alunado e da população.

As festividades cívicas eram práticas notórias nas instituições primárias de outrora. As crianças preparavam-se através de exercícios de cantos, hinos, declamações, assim como exercícios físicos os quais seriam demonstrados à sociedade durante o culto à Pátria. Consciências patrióticas eram inculcadas nas crianças durante estas festas. Lembranças destes cultos figuram nos grotões da memória dos sujeitos que as vivenciaram no contexto escolar dando-lhes o sentimento de agentes construtores da cultura cívica do país.

4. 2 – “Deve ser assim o mestre!”

Para lecionar nos Grupos Escolares os professores tinham que ser diplomados pela Escola Normal de Natal. Cada escola graduada tinha dois docentes que ministrariam sua aula consoante a Moderna Pedagogia. O ensino deveria considerar o bem estar do educando. Para isto, os mestres deveriam esforçar-se para tornar o estudo agradável preparando as lições, que deveriam ser variadas, concisas e acessíveis à inteligência infantil, terminando antes que os alunos apresentassem sinais de fadiga (RIO GRANDE DO NORTE, 1909f, p. 6).

O exercício da docência nos Grupos Escolares era importante por estes oferecerem remuneração e condições de trabalho favoráveis, assim como por serem “considerados escolas de qualidade e de grande prestígio social que se estendia ao corpo docente” (SOUZA, 1998b, p. 73). Entre os anos de 1924 e 1925 o quadro docente do Grupo Escolar Augusto Severo era composto pelos seguintes mestres: Stellita Mello (Infantil Misto), Antônio Gomes da Rocha Fagundes (Curso Elementar Masculino), Guiomar de França (Curso Elementar Feminino), Aprígio Soares da Câmara (Curso Complementar Masculino), Herondina Raposa da Câmara (Curso Complementar Feminino – 1º ano), Maria Emiliana da Silva (Curso Complementar Feminino – 2º ano), Olda Marinho Rodrigues (Curso Isolado Masculino), Anna Silva de Araújo (Curso Isolado Feminino), Stella Ferreira Gonçalves (Curso Rudimentar Misto), Francisca Dias da Silva (Curso Noturno para Adultos). Posteriormente, esta educadora foi designada pelo Diretor da Escola Normal de Natal para servir na Escola Infantil Mista durante os três meses em que a professora efetiva esteve de licença, assumindo esta escola o professor Galdino Lima da Silva. Na condição de professor provisório atuaram no Grupo Modelo a educadora Alice Pereira de Britto no Curso Infantil Misto e o professor Joaquim Mavignier de Noronha no Curso Complementar Masculino.

Em seu livro *Um Século de Ensino Primário* (1927, p. 177), Nestor dos Santos Lima registra a relação nominal dos professores efetivos do Grupo Escolar Augusto Severo. Consta nesta lista os nomes dos docentes e as respectivas escolas nas quais ministram: Stella Ferreira Gonçalves (Infantil Mista), Anna Silva de Araújo (Elementar Masculina), Francisca Dias da Silva (Elementar Feminina), Herondina Raposo da Câmara Caldas (Complementar Feminina – 1º ano), Maria Emiliana da Silva (Complementar Feminina – 2º ano), Antônio Gomes da Rocha Fagundes (Curso Complementar Masculino – 1º ano), Manoel Varella de Albuquerque (Curso Complementar Masculino – 2º ano), Alice Pereira de Britto (Isolada

Masculina), Guiomar de França (Isolada Feminina), Marcina Pinto Villar Barroca (Noturna para Adultos) e Olda Marinho Rodrigues (Rudimentar Mista).

A atividade de ensinar era um ofício. Produzia práticas, consolidava a profissão docente e delineava condutas e mentalidades. Nas salas de aula, nos corredores, nos pátios e em outros meios, os professores representavam os artífices da moral, dos valores cívicos, atendiam aos preceitos vigentes. Enfrentavam desafios, colocados durante a atividade docente, ao ocuparem os novos postos de trabalho na inspeção, fiscalização e produção de leis relativas ao ensino. Estas formas do fazer docente instituíram a profissão.

No primeiro ano de funcionamento o Grupo Modelo era dirigido pelo Diretor Geral de InSTRUÇÃO PÚBLICA, o qual acumulava os cargos de diretor da escola graduada da capital, da Escola Normal e da diretoria.

A direção do Grupo Escolar Augusto Severo será exercida por um profissional técnico expressamente contratado para tal fim. Na falta do diretor efetivo, a direção do grupo escolar será exercida pelo Diretor Geral da InSTRUÇÃO PÚBLICA e nas ausências temporárias desse funcionário (RIO GRANDE DO NORTE, 1909b).

O diretor era escolhido entre um dos normalistas pelo Governador. Com o regimento interno de 1909, o Grupo Modelo passa a ser dirigido pelo professor da Cadeira de Pedagogia da Escola Normal. A Lei n. 284, de 30 de novembro de 1909, reforma a instrução pública do Estado e atribui ao Diretor Geral da InSTRUÇÃO PÚBLICA o exercício dos cargos de diretor do Ateneu, da Escola Normal, do Grupo Escolar Modelo Augusto Severo e da Escola de Música.

Duby (1993, p. 13) lembra que uma sociedade “é um sistema cuja estrutura e evolução são determinadas por múltiplos fatores, que as relações entre esses fatores não são de causa e efeito, mas de correlação, de interferência”. Sob esta perspectiva o desenvolvimento material da capital potiguar era acompanhado pelos progressos de ordem intelectual. Conforme Berman (1986, p. 143) “a modernização da cidade simultaneamente inspira e força a modernização da alma dos seus cidadãos”.

Publicações diárias e semanais, sociedades literárias coadunam a idéia que “o melhor indício de progresso é, ao lado e de par com a ação dos poderes públicos, o interesse crescente de todas as classes por tudo quanto se refere à instrução” (RIO..., 1911, p. 2). No período circunscrito a esta pesquisa circulavam impressos que evidenciam o ideário educativo da época. Se uma figuração corresponde a “rede de interdependências que os indivíduos formam

entre si” (ELIAS, 2001, p. 128), assinalamos que a produção cultural destes sujeitos na figuração de Natal, no campo educativo, eram o *Boletim Pedagógico*, o *Livro de Honra* e a revista *Pedagogium*.

O *Boletim Pedagógico*, órgão do ensino público no Estado do Rio Grande do Norte, criado em 1909, difundia entre alunos-mestres da Escola Normal os processos didáticos e os preceitos da Pedagogia Moderna. Mantido pela Diretoria Geral da Instrução Pública tinha por finalidade a sistematização de Leis e Decretos do Governo, decisões do Conselho de Instrução e atos da Diretoria Geral, referentes ao ensino, bem como propagar os conhecimentos técnicos entre os mestres e alunos dos diversos cursos.

A administração do ‘Boletim Pedagógico’ era do Diretor de Instrução ao qual cabia a nomeação dos seus redatores, selecionados entre os professores e alunos distintos da Escola Normal. Na primeira edição dessa publicação, foram redatores, Francisco Pinto de Abreu, Diretor Geral da Instrução Pública, João Tibúrcio, lente do Atheneu, Nestor dos Santos Lima, lente da Escola Normal, Clotilde de Oliveira, professora do Grupo Escolar Augusto Severo, Nicolino Milano, professor da Escola de Música, Ecila Cortez e Francisco Ivo Cavalcante, normalistas. Nomeados por ofícios datados de 19 de julho de 1909 (RIO GRANDE DO NORTE, 1910c, p. 18).

Em 11 de setembro de 1909, circula no jornal *Diário do Natal* uma nota sobre o primeiro número do Boletim Pedagógico. O jornal anuncia as características do impresso educativo, mantido pelas assinaturas e vendas aos professores, alunos-mestres e interessados em educação, assinalando que “é de grande formato nitidamente impresso em bom papel. O 1º número traz bons escritos, atos do governo e da diretoria” (BOLETIM PEDAGÓGICO, 1909). Posteriormente, o Boletim Pedagógico passa a ser mantido também pelo Governo, conforme as prescrições do Código de Ensino (RIO GRANDE DO NORTE, 1911, p. 110).

O *Livro de Honra* era um impresso, criado pelo art. 195, da Lei Orgânica do Ensino, n. 405, de 29 de novembro de 1916, no qual os professores primários que se destacassem no Estado do Rio Grande do Norte eram homenageados, um estímulo para a prática docente. O assentamento neste livro era uma justa recompensa aos professores que mais trabalhassem pela difusão e desenvolvimento do ensino. Além dos professores que se distinguissem pelo trabalho intelectual, pela técnica escolar, bem como no cumprimento dos deveres profissionais e na dedicação à causa do ensino, eram recomendados os docentes que tivessem lecionado, com aproveitamento, a um número de alunos excedente ao máximo estabelecido pela Lei de Reforma do Ensino.

Em 26 de março de 1919 eram louvados pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Manoel Dantas, e publicados no Livro de Honra os nomes dos professores primários que se destacaram no cenário educativo do Estado nos anos de 1914 a 1918, bem como os respectivos números de alunos por ano que obtiveram êxito escolar (RIO GRANDE DO NORTE, 1919b, p. 102-103). Constava neste livro os nomes dos professores primários Manoel Tavares Guerreiro, Luiz Antônio dos Santos Lima, Stella Ferreira Gonçalves, Oscar Wanderley, Guiomar de França, Stellita Melo e Anna Silva de Araújo. A nomeação dos professores se dava hierarquicamente. Como o Grupo Escolar Augusto Severo era modelo e estava instalado na capital, portanto, de primeira classe, seus professores eram sempre os primeiros a serem homenageados. Em seguida, eram nomeados os do Grupo Escolar Frei Miguelinho e, posteriormente, os docentes das demais instituições primárias do Estado.

A revista *Pedagogium*, órgão da Associação de Professores do Estado do Rio Grande do Norte (APRN), era um periódico, em circulação desde 1921, no qual eram veiculados artigos sobre a educação concernentes à Pedagogia e aos aspectos administrativos e organizacionais da Instrução Pública. No Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte estão disponíveis cinco edições desta revista que, inicialmente, tinha três impressões por ano, e a partir de 1923, passa a ter seis publicações anuais. Os números que podem ser pesquisados no acervo do Instituto Histórico correspondem aos anos de 1921, 1922, 1923, 1924 e 1925.

As principais matérias da *Pedagogium* tratavam sobre a inspeção escolar, escolas rudimentares, caixas escolares, a Associação de Professores, informativos acerca do funcionamento do ensino potiguar. Além destas, eram veiculados relatos de viagens, realizados por educadores e ilustres como Antônio José de Melo e Souza, Governador do Estado entre os anos de 1920 a 1924. A edição de março de 1922 traz as impressões deste administrador sobre a educação em estados da região sudeste do país, tais como Minas Gerais e São Paulo. A co-educação na América do Norte, de Christovam Dantas (1923), A higiene escolar no México, assinado por A.L. (1923), fazem parte do *hall* de matérias acerca de experiências educativas em outros países.

Matéria com conteúdos propedêuticos nos faz inferir que esta revista servia para a formação continuada dos professores e alunos-mestres da Escola Normal de Natal e de Mossoró. A exemplo, o professor Ivo Filho, lente da cadeira de História, no Ateneu Rio-grandense, escreveu sobre a Abolição (1921), posteriormente, sobre a Ásia (1922). As modas e a educação, artigo escrito por Nestor dos Santos Lima (1921), A ação social e educativa da Escola Doméstica, de Manoel Dantas (1921), têm um cunho mais reflexivo-formativo, seja ao

ressaltar a moralidade das vestimentas da professora primária ou ao apregoar a importância da educação feminina.

Discursos e poemas, também compunham a *Pedagogium*. Os discursos são, geralmente, proferidos por Governadores, como por exemplo, o de Antônio José de Melo e Souza, em virtude do Congresso Pedagógico, realizado em 1922. Ou, ainda, por Secretários de Governo, a exemplo, Manoel Dantas, por ocasião do mesmo evento, e professores. O exemplar de março de 1923 apresenta o discurso proferido pelo professor Oscar Wanderley, na inauguração do Grupo Escolar Antônio de Souza, instituição da Associação de Professores, instalada no bairro de Petrópolis em 1923. No que concerne à literatura, destacam-se as criações poéticas de José Rodrigues Filho (1922a) e Carolina Wanderley (1921).

Ao entendermos que “as sociedades são figurações de homens interdependentes” (ELIAS, 2001, p.43), compreendemos que os jornais, os impressos educativos, os livros eram produzidos pela elite intelectual da capital natalense. Neste contexto educadores, legisladores, ocupavam uma posição privilegiada na produção da cultura letrada. A lida com a leitura e a escrita conferia *status* e possibilitava a ocupação de espaços de decisões.

Atualmente, os primeiros professores diplomados na Escola Normal de Natal nomeiam instituições escolares da rede pública de ensino na capital e em outras cidades do Rio Grande do Norte. Antônio Fagundes, Francisco Ivo Cavalcante, Luiz Soares, Maria de Belém Câmara, Olda Marinho, Stella Vésper, são conhecidos nomes inscritos nas fachadas das instituições contemporâneas. Estes docentes são objetos de estudos desenvolvidos na Base de Pesquisa *Gênero e Práticas Culturais:abordagens históricas, educativas e literárias*, da Linha de Pesquisa Cultura e História da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. As pesquisas que resultam em Teses, Dissertações e Monografias particularizam as práticas educativas na sociedade natalense de outrora de educadoras como Stella Vésper Gonçalves (SENA, 2005), Josefa Botelho (SILVA, I., 2009), Judith Bezerra de Melo (NOGUEIRA; BARBOSA, 2001), e Severino Bezerra de Melo (SILVA, J., 2009).

Estes estudos somam-se às produções acadêmicas de Amorim (2007), Hollanda (2002), Ribeiro (2003) e Silva, F. (2007) que por perspectivas e metodologias semelhantes investigam a produção pedagógica educacional dos primeiros educadores primários, seja nas cidades do interior do Rio Grande do Norte, nos Grupos Escolares, na direção dos órgãos públicos administrativos educacionais ou na redação da revista *Pedagogium*.

Embora muitos estudos apontem para a prática de professores, sabemos que há pesquisas a serem desenvolvidas tratando acerca da temática. A instalação da Escola Normal

de Natal, por exemplo, é marcada por intermitências. A consolidação do curso de formação de professores, posteriormente, as migrações da instituição por diversos estabelecimentos de ensino norte-rio-grandense (MORAIS, M., 2006), merecem uma análise aprofundada, no que concerne ao modelo formativo vigente em cada época. A necessidade de evidenciar como deveria ser o mestre, em cada período, é uma possibilidade ao entendimento da concepção de mestre em nossos dias. Deve ser assim o mestre! Um investigador do passado de sua profissão para compreender e intervir no seu presente.

Considerações Finais

Apropriarmo-nos do conhecimento. Este sempre foi nosso desejo. E onde encontrarmos ciência, senão nos livros, estes objetos misteriosos? Os livros falam. Buscamos ouvi-los e, mais, fazermos uma interlocução com seus autores. Desde sempre. Em busca do conhecimento encontramo-nos com uma autora de livros e de sonhos.

Na mesma direção, o anseio pela escrita aflora. Mas o que escrever? A dificuldade de colocarmos o que pensamos no papel se impõe. “Escrever é um desnudamento, é um despojamento da alma”, tantas vezes nos lembra Morais, M. (2002, p. 85). Como contar uma história da qual fizemos parte? Uma história que até bem pouco estava no imaginário social. Quando criança, fomos matriculadas no “Grupo” perto de nossa casa. O tempo passa, mudam as configurações, mas permanecem as tradições, as lembranças de práticas educativas de outrora. Voltarmo-nos para o passado da instrução pública permite-nos compreendermos aspectos da organização educacional no presente. Esta é a contribuição que pretendemos dar à História da Educação do Rio Grande do Norte.

Escrever sobre a história do primeiro Grupo Escolar do Rio Grande do Norte é, de certo modo, revivermos estas práticas que contribuíram para que a configuração educativa do presente fosse escrita. Estudar História da Educação significa apropriarmo-nos de um corpo de conhecimentos peculiares e, ao mesmo tempo, registrarmos nossas conjecturas.

A história desta instituição não acaba aqui. Por onde ela andou? Onde está agora? Atualmente, o prédio instalado na Rua Mipibú, n. 449, bairro de Petrópolis, em Natal é o espaço das práticas educativas contemporâneas. Várias gerações passaram por ela. A própria orientadora oferece informações preciosas sobre a vida escolar daquela instituição. Estudante que foi do referido estabelecimento situado na Ribeira relembra as festividades cívicas, a premiação por comportamento em sala de aula, o fardamento escolar composto por saia azul e blusa branca, com um distintivo na gravata, no qual cada fita simbolizava uma série do curso.



Figura 38 - Escola Estadual Augusto Severo, em 2009.
Fonte: Acervo da autora



Figura 39 - Escola Estadual Augusto Severo, Petrópolis/Natal.
Fonte: Acervo da autora

Desta feita, o trabalho que ora finalizamos circunscreve-se neste contexto de subjetividade e pesquisa. Adentrarmos nos arquivos históricos, manusearmos objetos tantas vezes manuseados, desvendarmos a vida de homens de outrora para escrevermos. Escrever sempre. “Que outra coisa fazer?”, questiona-nos Sartre (1970). Um dos objetivos da Base de Pesquisa *Gênero e Práticas Culturais* é o registro da vida de homens e mulheres em suas atuações nas sociedades. Fazermos parte desta rede de interdependência que se coloca é prazeroso e instigante. Por ora, finalizamos este texto acentuando a necessidade do estudo, da leitura e da escrita para aprendermos sempre.

Concluímos que fazer um estudo historiográfico é difícil, pois a ida às fontes e a escrita de uma história envolta nas brumas do passado requer pesquisa, estudo e paciência. Nem sempre encontramos o material necessário a uma dada análise no momento em que realizamos o trabalho. O desafio é ler as entrelinhas dos materiais disponíveis e realizarmos o trabalho a partir das possibilidades que as fontes nos propiciam.

O que buscávamos? O que encontramos? Procurávamos a história do Grupo Escolar Modelo e encontramos um manancial para estudo e pesquisa, ainda, a serem realizados. São possibilidades de investigações não somente sobre a escola primária, mas sobre a formação e atuação das professoras e professores primários, muitos deles, diplomados pela Escola Normal de Natal.

Os jornais nos apresentam uma configuração da sociedade letrada norte-rio-grandense. Por meio das manchetes percebemos o bulício da cidade de Natal, ou mesmo das cidades do interior do Estado. Os desejos, acontecimentos triviais do cotidiano, eventos da elite intelectual assim como as demandas sociais são dados a conhecer a partir dos anúncios.

Os registros nos quais pesquisamos são mais que registros escritos de um passado, tratam do pensamento de uma sociedade que se pretendia letrada e moderna e sobre a qual muito pode ser investigado.

A história da escolarização da infância norte-rio-grandense tem recebido contribuições dos estudos já realizados, mas é um objeto a ser investigado em seus pormenores. São muitas as instituições primárias instaladas no Rio Grande do Norte no início do século XX. Rastreá-las, pesquisar em seus acervos fotografias, materiais escolares, tais como livros de leitura e diários de classe, por exemplo, são desafios que se colocam aos historiadores da educação. Por ora, assinalamos o desejo de contribuirmos para a escrita desta história e o término deste estudo para o momento.

Referências

Entrevista

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Entrevista*. Entrevistadora: Francinaide de Lima Silva. Natal, 2009.

Jornais

A DATA da República. A Reforma do Ensino. *A República*, Natal, p. 1, 15 nov.1911.

ALTEREGO. Respingos. *A República*, Natal, p.1, 11 nov.1908.

ALVES, João. Reparos. *A República*, Natal, 27 nov.1908. Cartas de Longe, p.1.

[ANÚNCIOS diversos]. *A República*, Natal, p.1, 25 set. 1911.

A MENSAGEM e o ensino. *A República*, Natal, p.1, 19 jan. 1914.

A MODA. *A República*, Natal, p.1, 29 maio 1914.

BARBOSA, Ponciano. Quadro triste. *República*, Natal, p.1, 14 maio 1914.

BOLETIM pedagógico. *Diário do Natal*, Natal, p.1,11 set.1909.

BRAZ, João. Casos e coisas. *A República*, Natal, p.1, 12 nov. 1908a.

BRAZ, João. Casos e coisas. *A República*, Natal, p.1, 17 nov.1908b.

CÂMARA, A. A Reforma da Instrução. *A República*, Natal, p.1, 30 nov. 1911.

COELHO NETTO, [Maximiliano]. A eschola (Página de Ouro). *A República*, Natal, p.2, 7 ago.1911.

COLÉGIO Diocesano. *A República*, Natal, p. 2. 15 jan. 1914.

CONFERÊNCIA no instituto. *A República*, Natal, p.1, 12 set.1908.

CONTENTE, Braz. Coisas da terra. *A República*, Natal, p.1, 16 nov. 1908a.

CONTENTE, Braz. Coisas da terra. *República*, Natal, p.1, 30 nov. 1908b.

CURSO primário e de humanidades. *A República*, Natal, p. 2, 9 mar.1914.

[DIRETOR Geral da Instrução]. *A República*, Natal, 25 maio 1914.Várias, p.1.

[ENSINO primário]. *A República*, Natal, p. 3, jul. 1908.

[ESCOLA noturna]. *A República*, Natal, 14 abr. 1914. Várias, p.1.

FESTA das árvores. Mais um fecho da interessante festa das árvores. *A República*, Natal, p.1, 25 maio 1914a.

FESTA das árvores. S. José de Mipibú. *A República*, Natal, p.1, 02 maio 1914b.

[FESTA das aves]. *A República*, Natal, 17 nov. 1914c. Várias, p.1.

FRANCERLE, Francisco. Disciplina marca história do Winston Churchill. *Diário de Natal*, Natal, 19 nov. 2006. Caderno DN Educação, p. 12-13.

GARAGE Rio Branco. *A República*, Natal, 6 fev. 1914. Annuncios, p.2.

GRUPO Escolar “Augusto Severo”. *A República*, Natal, p.1, 14 nov. 1908a.

GRUPO Escolar “Augusto Severo”. *A República*, Natal, p.1, 30 nov. 1908b.

GRUPO Escolar “Augusto Severo”. *A República*, Natal, p.1, 24 nov. 1908c.

GRUPO Escolar “Augusto Severo”. *Diário do Natal*, Natal, p. 1, 11 jun. 1908d.

GRUPO Escolar “Frei Miguelinho”. *A República*, Natal, p.1, 28 nov. 1914.

[GRUPO Modelo “Augusto Severo”]. *A República*, Natal, 4 dez. 1911. Ensino, p.1.

[HONROSA visita]. Pinto de Abreu. *A República*, Natal, 14 nov. 1908. Várias, p.1.

[HORÁRIO de plantão da Pharmacia Monteiro]. *A República*, Natal, 25 maio 1914. Várias, p.1.

[HORÁRIOS dos bondes]. *A República*, Natal, p. 3, 6 fev. 1914.

[INSPETOR de higiene]. *A República*, Natal, 24 nov. 1914. Várias, p.1.

INSTRUÇÃO pública. *A República*, Natal, p.2, 3 nov. 1908.

INSTRUÇÃO pública. *A República*, Natal, p.1, 20 abr. 1914.

LIGA do Ensino. *A República*, Natal, p.1, 7 out. 1911.

LIMA, Nestor. A escrita, seus princípios e processos. A caligrafia. *A República*, Natal, 28 jul. 1911a. Pedagogia, p.1.

LIMA, Nestor. A história, sua importância, métodos e processos. *A República*, Natal, 18 ago. 1911b. Pedagogia, p.1.

LIMA, Nestor. A Leitura, suas espécies, métodos e processos. *A República*, Natal, 21 jul. 1911c. Pedagogia, p.1.

LIMA, Nestor. Aritmética, sua importância e processos. Morfologia Geométrica. *A República*, Natal, 8 ago. 1911d. Pedagogia, p.1.

LIMA, Nestor. Ensino do desenho, sua importância e métodos. *A República*, Natal, 25 ago. 1911e. Pedagogia, p.1.

LIMA, Nestor. Geografia, importância, métodos e processos. *A República*, Natal, 10 ago. 1911f. Pedagogia, p.1.

LIMA, Nestor. Instrução moral e cívica e economia doméstica. Métodos e Processos. *A República*, Natal, 23 ago. 1911g. Pedagogia, p.1-2.

LIMA, Nestor. Lições de coisas, sua importância, princípio e método. *A República*, Natal, 26 jul. 1911h. Pedagogia, p.1.

LIMA, Nestor. Língua materna. Importância, exercícios e progressos. *A República*, Natal, 2 ago. 1911i. Pedagogia, p.1.

LIMA, Nestor. O Grupo Modelo. *A República*, Natal, p. 3, 2 out. 1911j.

LIMA, Nestor. Trabalho manual. Canto. Exercícios Físicos, sua importância, métodos e processos. *A República*, Natal, p. 1, 5 set. 1911k. Pedagogia. Continua.

LIMA, Nestor. Trabalho manual. Canto. Exercícios Físicos, sua importância, métodos e processos. *A República*, Natal, p. 1, 9 set. 1911l. Pedagogia. Conclusão.

LONDRES. *A República*, Natal, p.1, 29 maio 1914.

[MATRÍCULA das escolas primárias modelo]. *A República*, Natal, 14 jan. 1914. Várias, p.1.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. Os estudos do historiador francês Roger Chartier. *Diário de Natal*, Natal, 27 maio 2000b. Caderno Da Vinci.

NO GRUPO “Augusto Severo”. *República*, Natal, p.1, 6 set. 1911a.

NO GRUPO “Augusto Severo”. *República*, Natal, p.1, 9 set. 1911b.

NOTAS e reparos. *A República*, Natal, p.1, 21 jul. 1908.

O ENSINO primário no Estado: uma palestra com o Professor Anfilóquio Câmara – Notas e informações I. *A República*, Natal, p.1, 24 maio 1914.

O MEDO como método de educação. *A República*, Natal, p.2, 16 set. 1908.

PALCOS e salões. Grupo Viana. *A República*, Natal, 14 out. 1908. Vida Social, p.1.

PALCOS e salões. Polytheama. *A República*, Natal, 25 jul. 1914a. Vida Social, p.1.

PALCOS e salões. Polytheama. *A República*, Natal, 29 dez. 1911a. Vida Social, p.1.

PALCOS e salões. Polytheama. *A República*, Natal, 27 dez. 1911b. Vida Social, p.1.

PALCOS e salões. Polytheama. Filme “Felicidade que mata ou felicidade perdida”. *A República*, Natal, 14 abr. 1914b. Vida Social, p.1.

PALCOS e salões. Por conta exclusiva da Empreza Cinematographica Brasileira. *A República*, Natal, 13 mar. 1914c. Vida Social, p.1.

PAULO. Notas e reparos. *A República*, Natal, p.1, 23 jul. 1908.

[PLANTÃO da Pharmacia Maranhão]. *A República*, Natal, 12 dez. 1914. Várias, p.2.

[PROFESSOR de música]. *A República*, Natal, p. 3, jul. 1908.

[PREMIAÇÃO no Grupo Escolar]. *A República*, Natal, 25 nov. 1908. Várias, p.1.

RIO Grande do Norte. *A República*, Natal, p. 2, 18 ago. 1911.

SEMPRE é tempo de emendar o erro. *Diário do Natal*, Natal, p. 1, 7 jun. 1908.

TEATRO Carlos Gomes. *A República*, Natal, 8 jul. 1908. Anúncio, p.3.

[TROUPE J. Viana]. *A República*, Natal, 13 de out. 1908.

TYPOGRAFIA d'a República. *A República*, Natal, 7 out. 1908. Anúncio, p.3.

VAPORES esperados. *A República*, Natal, p.3, 8 jul. 1908.

[VIAÇÃO urbana]. *A República*, Natal, 25 set. 1911. Várias, p.1.

Z.A. Pessoas e coisas. *A República*, Natal, p.1, 13 mar. 1914. O nome do autor do artigo encontra-se abreviado e não foi possível recuperá-lo em sua forma original e completa.

Revistas

A.L. A higiene escolar no México. *Pedagogium*, Natal, ano 1, n.7, mar. 1923. O nome do autor do artigo encontra-se abreviado e não foi possível recuperá-lo em sua forma original e completa.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Templos do saber: o processo de implantação e funcionamento dos grupos escolares em Aracaju. *Cadernos de História*, Uberlândia, n.12/13, v.1. p.189-208, 2004-2005.

BEZERRA, Severino. Escolas Rudimentares. *Pedagogium*, Natal, ano 1, n.2, p.36-38, nov. 1921.

_____. Escolas Rudimentares. *Pedagogium*, Natal, ano 2, n.3, mar. 1922.

DANTAS, Christovam. A co-educação na América do Norte. *Pedagogium*, Natal, ano 1, n.7, mar.1923.

DANTAS, Manoel. A ação social e educativa da Escola Doméstica. *Pedagogium*, Natal, ano 1, n.2, nov.1921.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Problematizando fontes em História da Educação. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p.99-118, jul./dez. 1996.

HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França – séculos XIX e XX). *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, SP, n.1, jan./jun. 2001.

IVO FILHO, [Francisco]. A abolição. *Pedagogium*, Natal, ano 1, n.2, nov.1921.

_____. A Ásia. *Pedagogium*. Natal, ano 2, n.3, p.31-41, mar.1922.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, SP, n.1. p. 09-43, jan./jun. 2001.

LIMA, Nestor dos Santos. As modas e a educação. *Pedagogium*, Natal, ano 1, n.2, nov.1921.

_____. *Síntese do nosso movimento pedagógico*. Natal: Empresa Tipográfica Natalense, 1921. Conferência inaugural da Associação de Professores, a 04 de dezembro de 1920. Separata da Revista *Pedagogium*.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Pensar categorias em História da Educação e Gênero. *Projeto História*, São Paulo, n.11, p. 19-29. nov. 1994.

LORENZ, Karl Michael. A biblioteca do ensino intuitivo e o ensino das ciências na escola primária brasileira: 1880-1900. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 28, n.14, p. 7-23, jan./jun. 2007.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. Reminiscências. *Educação em Questão*, Natal, v. 7, n. 1/2, p. 151-154, jan./dez. 1997.

NOBRE, Paulo. Caixas Escolares. *Pedagogium*, Natal, ano 1, n.2, p.39-41, nov.1921.

NUNES, Clarice. História Cultural e História da Educação, uma leitura de Clarice Nunes, *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 22, n. 8, p. 253-263, jan./ abr. 2005. Entrevistadores: Marta Maria de Araújo, Marlúcia Paiva Oliveira e José Willington Germano.

RODRIGUES FILHO, José. As árvores. *Pedagogium*, Natal, ano 2, n.3, p. 29-30, mar.1922a.

_____. Inspeção Escolar. *Pedagogium*, Natal, ano 2, n.3, p.42-45, mar.1922b.

VIÑAO, Antonio. A história das disciplinas escolares. Tradução: Marina Fernandes Braga. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas,SP, n. 18, p. 174-215, set./dez. 2008. Tradução de: The history of the school subjects.

[WANDERLEY, Oscar]. Elementos de Educação Cívica: governo e suas formas. *Pedagogium*, Natal, ano 1, n.7, mar.1923. No documento encontramos o nome do referido autor na forma abreviada - O.W.

Leis, Decretos e Mensagens Governamentais

BRASIL. *Actos do Poder*. Lei de 15 de outubro de 1827. [S.l.], 1827.

BRASIL. Lei 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br>>. Acesso em: 10 maio 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 jul. 2007.

RIO GRANDE DO NORTE. *A Reforma do Ensino*. Texto e comentário da Lei n. 405 de 29 de novembro de 1916. Natal: Tipografia de A República, 1917a.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto n. 178, de 29 de abril de 1908. Restabelece a Diretoria Geral da Instrução Pública, cria a Escola Normal, Grupos Escolares e Escolas Mistas e dá outras providências. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*. Natal: Tipografia de O Século, 1908.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto n. 174 de 5 de março de 1908. Cria no bairro da Ribeira um Grupo Escolar denominado “Augusto Severo”. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*. Natal: Tipografia de A República, 1909a.

RIO GRANDE DO NORTE. *Decreto n.198, de 10 de maio de 1909*. Declara que o Grupo Escolar Augusto Severo será a Escola Modelo para servir de tipo do Ensino Público Elementar em todo o Estado. Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: Tipografia de A República, 1909b.

RIO GRANDE DO NORTE. *Decreto n. 214, de 26 de janeiro de 1910*. Providencia sobre a sistematização do Ensino Público. Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: Tipografia de A República, 1910a.

RIO GRANDE DO NORTE. *Decreto n. 239, de 15 de dezembro de 1910*. Código de Ensino. Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: Tipografia de A República, 1910b. p.119 - 148.

RIO GRANDE DO NORTE. *Decreto n. 261 de 28 de dezembro de 1911*. Cria o Código de Ensino. Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: Tipografia de A República, 1911. p. 90-116.

RIO GRANDE DO NORTE. *Decreto n. 11.201, de 06 de dezembro de 1991*. Natal: Diário Oficial, 1991.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento da Instrução Pública. *Livro de actos da Directoria Geral da Instrucçao (1914-1919)*. Registro de atas e resoluções. Ato n. 55.

Discorre sobre o ensino da leitura nas Escolas Isoladas e Grupos Escolares. Natal, 1919a. p. 15.(Livro n.2. 50f.)

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento da Instrução Pública. *Livro de Actos da Directoria Geral da Instrução* (1914 - 1919). Registro de atas e resoluções. Natal, 1919b. (Livro n.2. 50 f.)

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento da Instrução Pública. *Registro de ofícios (15.6.1908 a 1910)*. Natal, 1910c. 50f. Manuscrito. Ofícios de números 23, 24, 25, 26, 27, do dia 19 de julho de 1909, encontrados na página 19, os quais foram enviados aos professores: Nestor Lima, Nicoleni Milani, D. Clotilde de Oliveira, Francisco Ivo e D. Ecila Cortez.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento da Instrução Pública. *Registro de ofícios (1918-1920)*. Ofício n. 154. Discorre sobre Inspeção Escolar. Natal. 1920a. 200f. 200f. p.184. Livro n. 5 (completo). Manuscrito.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento da Instrução Pública. *Registro de ofícios (1918-1920)*. Ofício n. 241. Discorre sobre Festa da Árvore. Natal. 1920b. 200f. p.199. Livro n. 5 (completo). Manuscrito.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento da Instrução Pública. *Registro de ofícios (1918-1920)*. Ofício n. 3.834. Discorre sobre Escola Isolada Noturna do Grupo Escolar Frei Miguelinho. Natal. 1920c. 200f. p. 56. Livro n. 5 (completo). Manuscrito.

RIO GRANDE DO NORTE. Diretoria Geral de Instrução Pública. *Lei n.284, de 30 de novembro de 1909*. Reforma a Instrução Pública do Estado. Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: Tipografia de A República, 1909c.

RIO GRANDE DO NORTE. Diretoria Geral de Instrução Pública. *Registro de ofícios*, n. 57. Natal. 1917b. Manuscrito.

RIO GRANDE DO NORTE. *Lei n.249 de 22 de novembro de 1907*. Autoriza o governo a reformar a Instrução Pública. Actos Legislativos e Decretos do Governo. Natal: Tipografia da República, 1909d.

RIO GRANDE DO NORTE. *Lei n. 359 de 22 de dezembro de 1913*. Código de Ensino. Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: Tipografia de A República, 1913. p. 101-127.

RIO GRANDE DO NORTE. *Lei n. 405 de 29 de novembro de 1916*. Actos Legislativos e Decretos do Governo de 1916. Natal: Tipografia de A República, 1917c.

RIO GRANDE DO NORTE. *Livro de Inscrição dos Grupos Escolares* (1924-1925). Natal. 1925a. 200f. Manuscrito.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem dos governadores*. Natal: Tipografia da República, 1907.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem dos governadores*. Natal: Tipografia da República, 1909e.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem dos governadores*. Natal: Tipografia da República, 1910d.

RIO GRANDE DO NORTE. *Regimento Interno das Escolas Rudimentares*. Natal: Tipografia de A República, 1925b.

RIO GRANDE DO NORTE. *Regimento Interno dos Grupos Escolares*. Natal: Tipografia de A República, 1925c.

RIO GRANDE DO NORTE. *Regimento dos Grupos Escolares do Estado do Rio Grande do Norte*. Natal: Tipografia de A República, 1909f.

RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório Anual da Instrução Pública*. Natal: Tipografia da República, 1906.

Livros

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. *Ler as Letras: por que educar meninas e mulheres?* São Bernardo do Campo,SP: Universidade Metodista de São Paulo; Campinas,SP: Autores Associados, 2007.

AMORIM, Sara Raphaela Machado de. *Nestor dos Santos Lima e a educação norte-rio-grandense (1910-1930)*. 2007. 65 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) — Departamento de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

AQUINO, Luciene Chaves de. *De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação Presidente Kennedy (1950-1965): configurações, limites e possibilidades de formação*. 2007. 262 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Os Grupos Escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 233-257.

ARAÚJO, Maria Marta de. *Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte - da colônia à primeira república*. 1982. 230f. Dissertação (Mestrado em Educação na Área de Administração e Supervisão Educacional) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 1982.

ARAÚJO; Marta Maria de; MOREIRA, Keila Cruz. O Grupo Escolar Modelo “Augusto Severo” e a educação da criança (Natal/RN, 1908-1913). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 193-213.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. *Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar e civilização.* 2006. 213f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2006.

BARRETO, Arnaldo. *Cartilha Analítica.* Disponível em: < <http://www.crmariocovas.sp.gov.br>>. Acesso: 05 maio 2009.

BARROS FILHO, Teófilo. Fibra de herói. Disponível em: < <http://letras.terra.com.br/hinos/250259/>> Acesso em: 15 maio 2009.

BARTHES, Roland. *O Prazer do Texto.* Tradução: J. Guinsburg. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996. Tradução de: Le Plaisir du Texte.

_____. S/Z. Uma análise da novela Sarrasine de Honoré de Balzac. Tradução: Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BENCOSTTA, Marcos Levy Albino. Desfiles Patrióticos: memória e cultura cívica dos Grupos Escolares de Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971).* Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p.299-321.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo.* Tradução: José Martins Barbosa, Hemerson Alves Batista. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras Escolhidas, v.3). Tradução de: *Auswahl in drei Baenden.*

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar:* a aventura da modernidade. Tradução: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Loriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. Tradução de: *All that is Solid Melts into Air.*

BILAC, Olavo. As Árvores. In: _____. *Poesias.* Rio de Janeiro: Ediouro, 1978. 228p.

BILAC, Olavo. Oração à Bandeira. In: FAGUNDES, Antonio. *Leituras Potyguares.* Natal: Sebo Vermelho, 2009.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia.* São Paulo: UNESP, 1997.

_____. Cultura, tradição e educação. In: GATTI JÚNIOR, Décio; PINTASSILGO, Joaquim (Orgs.). *Percursos e desafios da pesquisa e do ensino em História da Educação.* Uberlândia: EDUFU, 2007.

CALKINS, Norman Alisson. *Primeiras lições de coisas* – manual de ensino elementar para uso dos pais e professores. Tradução: Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1950. 573 p. (Obras Completas, v. 13, tomo 1).

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos.* Tradução: Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Tradução de: Perché leggere i classici.

CÂMARA, Adauto da. Saudação à Pátria. In: FAGUNDES, Antonio. *Leituras Potyguares.* Natal: Sebo Vermelho, 2009.

CÂMARA, Anfilóquio. *Scenarios: norte-riograndenses*. Rio de Janeiro: Empr. Ind. Editora “O Norte”, 1923.

CÂMARA, Sônia; BARROS, Raphael. Por um Projeto Escolar Modelar: a constituição dos Grupos Escolares no Distrito Federal em finais do Século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 277-300.

CARDIM, Carlos Augusto Gomes. *Cartilha Infantil pelo método analítico*. Disponível em: <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2009.

CARVALHO, Felisberto de. *Primeiro livro de leitura*. Desenhado e refundido por Epaminondas de Carvalho. 119. ed. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo & Cia.; Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1934a.

CARVALHO, Felisberto de. *Quarto livro de leitura*. Curso Superior por Felisberto de Carvalho. Desenhado e refundido por Epaminondas de Carvalho. 36. ed. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo & Cia. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1932.

CARVALHO, Felisberto de. *Quinto livro de leitura*. Curso Superior (continuação). Desenhado e refundido por Epaminondas de Carvalho. 22. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931.

CARVALHO, Felisberto de. *Segundo livro de leitura*. Desenhado e refundido por Epaminondas de Carvalho. 90. ed. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo & Cia.; Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1934b.

CARVALHO, Felisberto de. *Terceiro livro de leitura*. Curso médio por Felisberto de Carvalho. Desenhado e refundido por Epaminondas de Carvalho. 75. ed. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo & Cia. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 3. ed. Natal: RN Econômico : Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

DUARTE, Dioclécio D. A formação de nossa nacionalidade. In: FAGUNDES, Antonio. *Leituras Potyguares*. Natal: Sebo Vermelho, 2009.

DUBY, Georges. *A História Continua*. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: Editora da UFRJ, 1993. Tradução de: L'Histoire Continue.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*: uma história dos costumes. Tradução: Ruy Jungmann. Revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 2 v. Tradução de: *Über den Prozess der Zivilisation*.

_____. *A sociedade de corte*: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução: Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. Tradução de: Die höfische Gesellschaft.

ESCOLANO, Augustín. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. In: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Augustín. *Curriculum, Espaço e Subjetividade*: a arquitetura como programa. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 152 p. Tradução de: Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones e La arquitectura como programa. Espacio-escuela y curriculum.

FAGUNDES, Antonio. *Leituras Potyguares*. Natal: Sebo Vermelho, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos Pardieiros aos Palácios*: Cultura Escolar e Cultura Urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UFP, 2000.

FELGUEIRAS, Margarida Louro; POUBEL e SILVA, Elizabeth. A Implantação das Escolas Centrais em Portugal. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares*: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p.57-79.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: história da violência nas prisões. 30.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FREIRE, Olavo. *Desenho Geométrico e Noções de Geometria*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923. Disponível em: <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br>>. Acesso: 05 maio 2009.

HOLLANDA, Valkley Xavier Teixeira de. *A Expansão do ensino no RN (1910-1920)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Tradução de: La Nouvelle Historie.

LIMA, Nestor. Oração Cívica. In: FAGUNDES, Antonio. *Leituras Potyguares*. Natal: Sebo Vermelho, 2009.

LIMA, Nestor dos Santos. *Um século de Ensino Primário*. Natal: Tipografia da República, 1927.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Das Escolas Reunidas ao Grupo Escolar: a escola como repartição pública de verdade. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares*: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p.81-107.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Perspectivas históricas da Educação*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Fontes e História da Educação. In: _____. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MEIRA, Augusto. A Bandeira. In: FAGUNDES, Antonio. *Leituras Potyguares*. Natal: Sebo Vermelho, 2009.

MENEZES, Antônio Basílio Novaes Thomaz de. *Nestor dos Santos Lima e a modernidade educacional: uma história do discurso*. 2003. 221f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

MIRANDA, João Maurício Fernandes de. *380 anos de história foto-grafia da cidade de Natal. (1599 – 1979)*. Natal: Editora Universitária, 1981.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. Vida íntima das moças de ontem: um encontro com Sophia Lyra. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Tereza Santos (Orgs.). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000a. p. 109-122.

_____. *Leituras de Mulheres no Século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. *Isabel Gondim, uma nobre figura de mulher*. Natal: Terceirize, 2003. (Série Educação e Educadores do Rio Grande do Norte, v.1).

_____. Educação, Gênero e Literatura na pesquisa histórico-educacional. In: XAVIER, Libânia Nacif; CARVALHO, Marta Maria das Chagas de; MENDONÇA, Ana Waleska; CUNHA, Jorge Luiz da (Org.). *Escola, Cultura e Saberes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, v. 1. p. 164-170.

_____. *Chicuta Nolasco Fernandes, Intelectual de Mérito*. Natal: Editorial A República, 2006. (Série Educação e Educadores do Rio Grande do Norte, v.2).

_____. Gênero, Representações e Práticas de Leitura. (PVE066-07). Disponível em: <<http://www.cnpq.br>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

MORAIS, Sônia Maria de. *Um olhar sobre o ensino primário: o Grupo Escolar "Capitão Mór Galvão" (1911-1927 – Currais Novos-RN)*. 2006b. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal,RN, 2006.

MOREIRA, Ana Zélia Maria. *Um espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar “Augusto Severo” – Natal/RN – 1908/1913*. 2005. 177f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

_____. Um Espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar “Augusto Severo” – Natal/RN – 1908-1913. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. *Anais..., Uberlândia: EDUFU, 2006a. 1 CD-ROM*. Produzido por Digital CDVD.

_____. Um Espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar “Augusto Severo” – Natal/RN – 1908-1913. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. *Anais...*, Uberlândia: EDUFU, 2006b. Caderno de Programação e Resumos.

MOREIRA, Keila Cruz. *Grupos Escolares* – Modelo Cultural de Organização (Superior) da Instrução Primária (Natal, 1908-1913). 1997. Monografia (Especialização em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997.

MOREIRA, Keila Cruz; ARAÚJO, Marta Maria de. Grupos Escolares: uma nova forma de cultura escolar da modernidade (Natal, 1908-1913). In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE, 13., 1997, Natal. *Anais...*, Natal: [s.n.], 1997.

MOTTA, Diomar das Graças. A Emergência dos Grupos Escolares no Maranhão. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares*: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p.141-171.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A Escola no Espelho: São Paulo e a implantação dos Grupos Escolares no Estado de Sergipe. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares*: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p.153-170.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Grupos Escolares na região dos Campos Gerais (PR). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares*: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p.323-339.

NESI, Jeanne Fonseca Leite. *Natal Monumental*. Natal: Fundação José Augusto: APEC, 1994.

NOGUEIRA, Elisângela de Araújo; BARBOSA, Marta. A prática pedagógica de Judith Bezerra de Melo. In: MORAIS, Maria Arisnete Câmara de (Org.). *A mulher em nove versões*. Natal: EDUFRN, 2001.

NÓVOA, Antônio. Prefácio. In: MONARCHA, Carlos (Org.). *História da educação brasileira*: formação do campo. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999. (Coleção Fronteiras da Educação).

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da Educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). *Pesquisa em História da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a cidade*: o processo de modernização do Natal/1889-1913. Natal: EDUFRN, 1999.

OLIVEIRA, Mariano de. *Cartilha Ensino Rápido da Leitura*. 266. ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1944.

OLIVEIRA, Mariano de. *Nova Cartilha Analítico Sintética*. Disponível em: < <http://www.crmariocovas.sp.gov.br>>. Acesso em: 05 maio 2009.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação*: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. Tradução de: L'évaluation des élèves: de la fabrication de l'excellence à la régulation des apprentissages. Entre deux logiques.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. Grupos Escolares na Paraíba: iniciativas de modernização escolar (1916-1922). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p.109-139.

PINHEIRO, Rosa Aparecida. *Educação e modernização em Henrique Castriciano*. Natal: EDUFRN, 2005.

PINHEIRO, Rosanália de Sá Leitão. *Sinhazinha Wanderley*: o cotidiano do Assu em prosa e verso (1876-1954). 1997. 200f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997.

_____. Sinhazinha Wanderley: professora em Assu/RN. In: MORAIS, Maria Arisnete Câmara de (Org.). *A Mulher em Nove Versões*. Natal: EDUFRN, 2001. p. 29-39.

POUBEL e SILVA, Elizabeth. O Florescer de uma Cultura Escolar no Ensino Públco Mato-Grossense. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p.215-232.

RIBEIRO, Marlene Fernandes. *Revista Pedagogium*: um olhar sobre a educação do Rio Grande do Norte (década de 1920). 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2003.

ROCHA, Lucia Maria da Franca; BARROS, Maria Lêda Ribeiro de. A Educação Primária Baiana: Grupos Escolares na penumbra. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 173-192.

RODRIGUES, Andréa Gabriel Francelino. *Educar para o lar, educar para a vida: cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945)*. 302f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SARTRE, Jean-Paul. *As palavras*. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

SENA, Érika Danielle Gomes de. *Stella Vésper Ferreira Gonçalves*: divulgando a educação através dos jornais (1920-1930). 63 f. 2005. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

SILVA, Francinaide de Lima. A Prática Educativa de Professoras no Grupo Escolar Augusto Severo (1908-1920). In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16., 2005, Natal. *Anais...* Natal: EDUFRN, 2005. 1 CD-ROM.

- _____. A Prática Educativa de Professoras no Grupo Escolar Augusto Severo (1908-1920). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: EDUFU, 2006a. 1 CD-ROM. Produzido por Digital CDVD.
- _____. O Grupo Escolar Modelo Augusto Severo e a Pedagogia de suas Professoras (1908-1920). In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 17., 2006, Natal. *Anais...* Natal: EDUFRN, 2006b. 1 CD-ROM.
- _____. *O Grupo Escolar Modelo Augusto Severo e a Prática Pedagógica de suas Professoras* (Natal/RN, 1908-1920). 2007. 63f. Monografia (Curso de Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- _____. Um alpendre, uma rede, o vento e um livro. In: MORAIS, Maria Arisnete Câmara de (Org.). *Os Escritores 10*. Natal: [s.n.], 2006c.
- SILVA, Ingrid Katiúcha Albuquerque da. *A prática pedagógica de Josefa Botelho*. 2009. 60f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- SILVA, Janeclécia Ferreira da. *A prática pedagógica de Severino Bezerra de Melo*. 2009. 64f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- SILVA, Maria da Conceição. *Reconstruindo práticas: significações do trabalho de professoras na década de 1920*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2004.
- SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Vitrines da República: os Grupos Escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p.341-376.
- SOARES, Magda Becker. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica. 1998.
- SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Tereza; ALMEIDA, Jane Soares de. *O Legado Educacional do século XIX*. Araraquara,SP: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, 1998a. p. 19-62.
- _____. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Derméval; ALMEIDA, Jane Soares; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Tereza. *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*. 2. ed. Campinas, SP: Autores e Associados, 2006. p.111-161.
- _____. *Templos de Civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998b.
- SOUZA, Rosa Fátima de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre Grupos Escolares para a renovação da História do Ensino Primário no Brasil. In:

VIDAL, Diana Gonçalves. *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p.21-35.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A Escola da Ordem e do Progresso (Brasil: 1889-1930). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. *Anais...*, Uberlândia: EDUFU, 2006. 1 CD-ROM. Produzido por Digital CDVD.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves . Escola Nova e Processo Educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 608p. p. 497-518.

WANDERLEY, Carolina. Dever supremo. In: FAGUNDES, Antonio. *Leituras Potyguares*. Natal: Sebo Vermelho, 2009.

WANDERLEY, Segundo. Tragédia da Glória. In: FAGUNDES, Antonio. *Leituras Potyguares*. Natal: Sebo Vermelho, 2009.

YAZBECK, Lola. Um Projeto Modernizador: o Grupo Escolar numa cidade de vocação industrial. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 259-298.